

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Faculdade de Filosofia e Ciências

O mito da Síntese Experimental do Comportamento: reflexões a partir do Behaviorismo Radical e do Contextualismo Pepperiano

Kester Carrara

Trabalho apresentado à banca de concurso público para obtenção do título de livre-docente na disciplina Psicologia da Educação: Aprendizagem, junto ao Departamento de Psicologia da Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília da UNESP.

Marília - 2002

SUMÁRIO

<u>APRESENTAÇÃO</u>	1
----------------------------------	---

CAPÍTULO I

Em busca da Psicologia unificada: contexto histórico e tendências recentes

.....	6
<u>Origens da Psicologia: do geral para o particular?</u>	6
<u>A Psicologia como ciência natural ou social:</u> <u>empecilho central ao consenso metodológico?</u>	19
<u>O Behaviorismo e a AEC como alternativas</u> <u>ao estudo do “psicológico”</u>	27
<u>Tendências atuais na Psicologia: do específico ao abrangente?</u> ...	31
<u>O significado de uma síntese experimental</u>	36

CAPÍTULO II

Bases epistemológicas do Behaviorismo Radical, dimensões da AEC e eventuais compatibilidades com o Contextualismo de Pepper.....

.....	49
-------	----

CAPÍTULO III

Dificuldades essenciais do processo de unificação:

<u>“concepção de homem” e o problema da causalidade</u>	83
<u>Noções de causa em ciência: qual ciência?</u>	83
<u>Critérios de cientificidade,</u> <u>relativismo e o delineamento da AEC</u>	100

CAPÍTULO IV

A literatura crítica e a trajetória polêmica do Behaviorismo Radical: a transição do behaviorismo watsoniano ao behaviorismo skinneriano.. 110

CAPÍTULO V

O contextualismo pode contribuir para um Behaviorismo comprometido eticamente?..... 134

CAPÍTULO VI

Implicações de uma possível integração teórica no campo da Educação..... 148

CAPÍTULO VII

Contextualismo, Síntese Experimental, delineamentos culturais e implicações sociais de esforços de integração..... 159

Efeito Walden e outras utopias..... 164

REFERÊNCIAS..... 167

APRESENTAÇÃO

Começo, regra geral, as minhas lições sobre método científico dizendo aos meus alunos que o método científico não existe. Acrescento que tenho obrigação de saber isso, tendo eu sido, durante algum tempo, pelo menos, o único professor desse inexistente assunto em toda a Comunidade Britânica.

(...) Tendo, então, explicado aos meus alunos que não há essa coisa que seria o método científico, apresso-me a começar o meu discurso e ficamos ocupadíssimos, pois um ano mal chega para roçar a superfície mesmo de um assunto inexistente.

Karl Raimund Popper (1956)

Ao apresentar à Comissão Julgadora do Concurso de Livre Docência o presente trabalho, creio pertinentes alguns esclarecimentos preliminares, que buscam situá-lo no histórico das atividades do candidato.

Ao longo dos últimos dez anos, pelo menos, o autor manteve-se em contato com a literatura sobre o tema do contextualismo de Stephen Coburn Pepper em suas relações com a Psicologia e, mais especialmente, com o Behaviorismo Radical de Skinner. Essa aproximação decorreu da constatação, durante mais de vinte anos de contato com as questões da Análise do Comportamento, da importância de serem encontradas alternativas teórico-metodológicas para contemplar uma ciência do comportamento que possa, ao mesmo tempo em que preservar sua precisão e objetividade, ampliar o espectro de variáveis levadas em consideração na determinação do comportamento.

Tal preocupação levou a leituras de textos da literatura científica que começaram a ser publicados (eg., Hayes, 1988; Morris, 1988) nos periódicos especializados e despertaram um interesse que agora é corrente na área. A idéia, evidentemente, não é a de proceder a qualquer alteração radical no modelo skinneriano de análise das interações entre organismo e ambiente, uma vez que o paradigma explicativo de seleção pelas conseqüências parece estar muito bem estabelecido, tendo adquirido razoável funcionalidade. Trata-se de buscar ênfase diferencial na ampliação do foco de análise das variáveis que compõem o conjunto de condições sob as quais o comportamento ocorre, seja nas situações de trabalho, educacionais ou clínicas. Para o quadro da

causalidade – melhor dito, das relações funcionais implicadas – concorre um número freqüentemente imenso de variáveis que – ainda mais – encontram-se entrelaçadas em intrincada rede. Se tal arranjo apresenta-se de um modo, as condições sob as quais o comportamento ocorre são de uma natureza específica; se se apresenta de outro modo, naturalmente tais condições controlam de outra maneira o comportamento. Desvendar a forma pela qual se organizam tais condições, visando ampliar o controle que o analista poderá vir a ter sobre a situação em pauta, bem como desenvolver instrumentos, quer conceituais, quer práticos, para que todo o contexto (ou a maior parte dele) possa ser amplamente conhecido em cada situação analisada, parece objetivo relevante da própria Análise do Comportamento, sob os auspícios da filosofia de ciência do Behaviorismo Radical. A literatura dos últimos anos vem mostrando, sistematicamente, que o auxílio do contextualismo pepperiano, forjado completamente à parte do Behaviorismo, mas agora absorvido por diversos autores behavioristas como ferramenta importante para ampliar a idéia de condições discriminativas e/ou estabelecedoras, pode constituir alternativa interessante para o aprimoramento, quanto à amplitude, dos procedimentos de análise.

Se o contextualismo, com suas proposições de metáfora-raiz e suas preocupações com a análise do *ato (comportamento) no contexto* e *ato (comportamento) com o contexto*, efetivamente, poderá ou não vir a ser decididamente incorporado e trazer os frutos nele buscados, é questão que apenas as incursões teóricas sérias e muita pesquisa empírica poderão responder. Todavia, para os propósitos da AEC em se consolidar enquanto alternativa científica definitiva, bem como para os propósitos discutidos no presente trabalho, de busca de instrumentos para estabelecer uma espécie de

síntese experimental do comportamento, suas possíveis contribuições parecem alentadoras.

Ainda uma palavra parece oportuna quanto à natureza deste ensaio: uma vez que nele estão inevitavelmente presentes, através dos argumentos e das citações utilizadas, os sinais claros do percurso acadêmico do autor, creio pertinente apresentá-lo à banca, como previsto no edital deste concurso de livre-docência, enquanto texto que sistematiza parte da obra do candidato, buscando evidenciar alguma contribuição científica à AEC e ao Behaviorismo Radical. Nessa perspectiva, consideradas as possibilidades de aplicação desse enfoque às chamadas questões de aprendizagem humana, entendo que, a critério da banca, um texto sobre o tema ora desenvolvido pode trazer contribuições no âmbito da Psicologia da Educação. O caminho trilhado para sustentar as especulações que se seguem levam em conta um interesse do autor em restringir-se a: 1) explorar as possibilidades e controvérsias que permeiam a busca de um paradigma científico unificador da Psicologia; 2) avaliar as eventuais contribuições que a adoção de unidades conceituais oriundas do contextualismo pepperiano pode trazer para ajudar a pensar estratégias para tal projeto unificador e, ao mesmo tempo, para ampliar, a partir do atual estado do Behaviorismo Radical, o foco de análise de variáveis determinantes do comportamento humano; 3) proceder a uma análise preliminar da possibilidade de, via contribuições conceituais do contextualismo e visando contribuir para a gradativa e complexa construção de um paradigma unificador, explorar a perspectiva da consolidação de um caráter humanista do behaviorismo e suas práticas.

O presente ensaio, portanto, tem caráter eminentemente conjectural, teórico e especulativo. Não tem a pretensão de abolir as principais mazelas que

atormentam os cientistas do comportamento. Não pretende responder conclusivamente às grandes dúvidas teóricas dos behavioristas radicais e nem menciona oferecer fórmulas acabadas de práticas profissionais que atendam às complexas demandas sociais. Em contrapartida, aponta a busca de um paradigma unificador e o auxílio conceitual do contextualismo como caminhos valiosos neste momento de consolidação da Psicologia enquanto ciência.

Os objetivos mencionados são, por certo, inatingíveis na sua completitude, especialmente a partir de um ensaio incipiente como este. Entretanto, se quaisquer novos esclarecimentos sobre essas questões puderem advir do exame deste texto, estará posto a este e outros pesquisadores o desafio e interesse em prosseguir em busca de respostas mais incisivas.

CAPÍTULO I

Em busca da Psicologia unificada: contexto histórico e tendências recentes

Origens da Psicologia: do geral para o particular?

Para o conjunto das variadas dificuldades da Psicologia em consolidar-se enquanto ciência parece concorrer, além dos entraves originários do instrumental metodológico de pesquisa, a própria complexidade da delimitação de seu objeto de estudo. Essas dificuldades, dentre outras, tornam a Psicologia uma ciência aberta e disponível à convivência de diversas óticas teóricas e abordagens empíricas, por sua vez amparadas em pressupostos epistemológicos freqüentemente inconciliáveis. Apesar dessas inconsistências, muito menos presentes nas ciências duras, pode-se dizer que a Psicologia dispõe, na atualidade, de uma literatura extensa, rica e variada, acenando com diversas possibilidades de desenvolvimento teórico e aplicado.

É conhecido o fato de que a Psicologia apenas recentemente conseguiu identidade própria, embora ainda não como ciência, ao menos enquanto área bem delimitada de conhecimento humano sistematizado. Para ela confluíram, como ainda confluem contribuições, senão propriamente delimitações e marcos de outras ciências e campos de estudo, tais como a Física, a Biologia, a Química, a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia e tantas outras. Necessariamente, a Psicologia, ainda que plenamente reconhecida como campo de estudo privilegiado no cenário científico, em tempo algum poderá (e nem deve pretendê-lo) desvencilhar-se das relações e das contribuições típicas de outros setores do conhecimento sistematizado. Não se trata, pois, de uma característica restrita à origem de uma ciência. Se a Psicologia adota – e parece inevitável fazê-lo – um modelo de causalidade múltipla para os fenômenos que estuda, está fadada a deitar ramos de sua estrutura teórico-científica nas áreas fronteiriças de variada sorte de campos de investigação científica. Assim, a título de exemplo, baldados os esforços ufanistas dos que desejam eleger uma Psicologia “pura” e livre de quaisquer influências, especialmente da Filosofia, deve ela, ao contrário, tomar como condição para sua consolidação a idéia de estar inexoravelmente interligada ao restante do conhecimento científico.

De todo modo, quem quer que atente à consolidação da Psicologia numa perspectiva histórica, ainda que facilmente note iniciativas próprias e específicas dirigidas ao estudo, seja da consciência, seja do comportamento, seja da personalidade, de modo algum pode ignorar que agregam-se consistentemente conhecimentos, instrumentos de intervenção, técnicas de pesquisa e matrizes teóricas. A proliferação destas na Psicologia, particularmente, parece representar dissensões via de regra oriundas da

própria história multifacetada da concepção de homem. Mesmo que a história e a historiografia ingênuas da Psicologia lhe atribuam hoje um status de verdadeira independência, nas matrizes teóricas pode-se “ler” sempre a Filosofia, a Física, a Sociologia e outras fontes marcantes das escolhas epistemológicas que fazemos.

Essa caracterização plural da Psicologia, ao contrário de limitar seu valor, amplia-o e amplia igualmente a responsabilidade do profissional interessado em compreender o funcionamento “psicológico” do ser humano. Se se toma como pressuposto um ser multideterminado, em contrapartida a um ser linearmente explicável, não apenas a responsabilidade profissional multiplica-se, como, de resto, multiplica-se a importância de uma área do conhecimento comprometida com o mais complexo objeto científico jamais estudado.

Um retrospecto abreviado, a partir do que disponibiliza Pereira (2000), via Internet, permite acompanhar essa característica de compartilhamento da Psicologia e a maneira pela qual, numa perspectiva de linha do tempo, é possível identificar fatos que aos poucos se agregam e são paulatinamente absorvidos como próprios dessa área de investigação científica. Embora seja impossível determinar, fora de qualquer dúvida, qual o melhor marco histórico a balizar o interesse sistemático do ser humano pelo seu próprio comportamento (até porque provavelmente esse interesse, grosso modo, existe desde sempre, ou, ao menos, confunde-se com a própria evolução filogenética), pode-se tomar, arbitrariamente, alguns registros úteis aos propósitos deste texto. Por exemplo, se se tomam alguns registros escritos produzidos pelos filósofos clássicos, pode-se voltar aos anos 350 A.C., com Aristóteles (**Sobre a alma e Sobre a memória e a reminiscência**); se se busca a influência remota dos estudiosos preocupados com o que chamamos de “biológico”, pode-se retornar a

Galeno, por volta de 170 D.C e sua descrição da anatomia do cérebro e, especialmente, dos ventrículos cerebrais; se se busca um primeiro esforço de interligação, por assim dizer, entre o “corporal” e o “mental”, um exemplo talvez seja a sugestão de Avicena (por volta de 1020) de que três ventrículos do cérebro realizariam cinco diferentes processos cognitivos: senso comum, imaginação, cogitação, avaliação e memória. Se se busca alguma influência epistemológica, especialmente no sentido do culto à parcimônia na ciência e suas evidentes influências na busca do método ideal em Psicologia, talvez valha a pena lembrar da importância de um Guilherme de Ockham (mais ou menos 1300 D.C.). O pensamento de Ockham fazia valer à época medieval a lógica de que “as entidades não devem ser multiplicadas além da necessidade”, pressuposto canônico mais de seiscentos anos depois adotado pela escola behaviorista, inclusive com exageros e equívocos, por exemplo, por parte dos behavioristas metodológicos. A Navalha de Ockham (ou o princípio da parcimônia) desempenhou, entre outras influências recebidas pelo behaviorismo, significativo papel no contexto da definição do aparato metodológico por este escolhido.

Por certo, a Psicologia não tem sido a mesma ao longo da história. De resto, em ritmo muito rápido, se comparado ao das chamadas ciências duras, tem apresentado mudanças frequentes, seja quanto às finalidades, seja quanto ao método, seja quanto aos entornos teóricos, seja quanto às práticas, seja quanto aos chamados pressupostos de filosofia de ciência adotados. Nesse sentido, por óbvio, a *psychologia* a que o humanista croata Marulic (1506) fazia inicialmente menção, nem mesmo no seu **A psicologia do pensamento humano** (1524) pouco se aproxima de qualquer das correntes ou abordagens hoje consolidadas, quase quinhentos anos depois. Todavia, uma das características

dos conceitos historicamente construídos e consolidados é o fato de que, aos poucos, vão seletivamente agregando padrões, enquanto outros vão sendo descartados por inoperantes enquanto instrumentos para obtenção de respostas seguras às indagações sobre a natureza humana. O interesse pelas questões do psiquismo (no sentido mais popular) foi intenso e variado nessa época. Melanchton (1540) teria publicado seus **Comentários sobre a alma**, Vesalius (1543) teria se interessado muito pelas funções cerebrais ao levar adiante a prática da dissecação de cadáveres, do mesmo modo que Della Porta (1586) ao buscar sistematizar a descrição da morfologia corporal, no seu **De Humana Physiognomia**. Mas a “alma” da Psicologia certamente não se definiria tão cedo: seria uma alma “espiritual”, dada pela mão divina, ou seria uma alma “física”, construída em esmerado trabalho da fria natureza? Para alguns, a primeira hipótese certamente prevaleceria, como para o teólogo francês Taillepied (1588), com seu **Livro sobre a realidade dos espíritos e o conhecimento de almas errantes, fantasmas, milagres e estranhos acontecimentos que às vezes precedem a morte de personalidades importantes ou anunciam o que irá acontecer**; para outros, como Glacenus (1590, 1594), no seu **Psicologia** ou em **Psychologia Anthropologica** (ou **Animae Humanae Doctrina**), os determinantes estariam também (ou mais) apoiados pela lógica do cotidiano. Talvez uma espécie de *aprendizagem*, como propôs Francis Bacon (1605).

Muitas propostas por vezes entre si incompatíveis, ou ao menos de difícil conciliação adviriam. Especialmente, a fonte inequívoca de grandes influências eram a Biologia, de um lado, e a Filosofia, de outro. Demarcaram território obras como **Discurso sobre o método** e **Paixões da alma** (Descartes, 1637, 1649), assim como o **Ensaio sobre o entendimento humano** (Locke, 1690), **A**

história natural da alma e **O homem-máquina** (La Mettrie, 1745, 1748) e **Tratado sobre as sensações** (Condillac, 1754). Começam a aparecer algumas das principais expressões que se tornaram de uso corrente em Psicologia, naturalmente com diferentes interpretações e significados e, em avaliação mais tardia, de duvidosa contribuição para a intérmina busca à cientificidade: Unzer (1771) introduz o termo *reflexo* para diferenciar atos “voluntários” e “não voluntários”; Cullen (1777) emprega a expressão *neurose* para nomear, praticamente, quase qualquer espécie de “doença mental”; Reid (1788) vale-se da expressão *mente* em seu **Essay on the Active Powers of the Human Mind**, enquanto o iluminista francês Diderot (1794) faz sua crédula apologia à grandeza e mistério da natureza do homem em seu **Ensaio sobre o progresso do espírito humano**.

Progridem as ciências biológicas, apoiadas no desenvolvimento de instrumental básico para as investigações de laboratório e, nesse contexto, celebram-se importantes descobertas: Galvani (1787) relata os resultados de seus experimentos sobre a estimulação elétrica das patas da rã; Young (1800) publica **A Theory of Color Vision**, postulando que a retina está equipada com três receptores para as cores; Gall e Spurzhein (1809) publicam **Recherches sur le Système Nerveux**; Bell (1811) relata aos seus colaboradores a separação anatômica dos nervos sensoriais e motores.

No Brasil, surgem os primeiros trabalhos acadêmicos apresentando estudos sobre a natureza “psicológica” humana: no Rio, M. I. Figueiredo (1836) defende a tese **Paixões e afetos da alma**; em 1843, J. A. C. Menezes defende **Proposições a respeito da inteligência humana**; em Salvador, F. T. Cunha defende a tese **Psicofisiologia acerca do homem**. Em todo o mundo, multiplicam-se, nos anos 1800, os textos que buscam sistematização sobre o

assunto: Herbert Spencer (1855) publica dois volumes de **Princípios de Psicologia**; Darwin (1859) faz circular **A origem das espécies** e, mais tarde (1871), **A descendência do homem**; Fechner (1860) sistematiza seu **Elementos de Psicofísica**; Wundt (1862) oferece um curso denominado **A Psicologia como ciência natural** e publica (1863) **Lições sobre a Psicologia humana e animal**, além de (em 1873), os **Princípios de Psicologia Fisiológica**; Sechenov (1863) divulga monografia sobre os reflexos cerebrais, em que postula que os processos mentais superiores poderiam ser analisados em termos dos conceitos de esquemas reflexos; Brentano traz a lume (1874) seu **Psicologia segundo o ponto de vista empírico**; William James (1875) profere palestra sobre as relações entre a Fisiologia e a Psicologia, enquanto Francis Galton (1876) adota o método de comparação entre gêmeos, posteriormente tão profícuo no estudo do desenvolvimento humano e em outras áreas da Psicologia; Wundt (1879) cria o primeiro laboratório de Psicologia, na Universidade de Leipzig, Alemanha; no mesmo ano, Galton passa a usar o método de associação de palavras; em 1883 é a vez da Johns Hopkins University instalar o primeiro laboratório de psicologia da América.

Seguem-se obras e iniciativas importantíssimas, agora em ritmo crescente. Uma vez que o presente texto não tem qualquer interesse propriamente histórico, no sentido de recuperar detalhadamente os inúmeros episódios que marcaram a trajetória da psicologia “científica”, note-se, em contrapartida, o interesse em identificar, no sucinto relato, não só o caminho natural do genérico para o específico, de resto absolutamente lógico e coerente com o que ocorre em qualquer área científica, mas também o modo pelo qual esse caminho, tipificado pela diversidade metodológica, necessitará reverter-se no futuro, quando da consolidação do edifício científico da Psicologia. Ou seja, se, de um

lado, até conseguir respeitabilidade científica enquanto campo de estudo necessário, socialmente relevante e metodologicamente plausível, a Psicologia (e suas outras designações) passou pelo caminho da crescente especificidade das investigações, de outro, no século XXI, parece carecer de intensos esforços para consolidar um conjunto de descobertas, encontrar a via possível para o diálogo metodológico entre as diferentes vertentes e propor uma sistematização nova (mas não necessariamente novas teorias), de modo que passe a desfrutar de indiscutível presença no cenário da ciência.

Realçado o interesse, dentro do presente projeto, da recuperação pontual de alguns tópicos na linha do tempo de desenvolvimento da Psicologia, pode-se voltar a 1885, quando Ebbinghaus publica seu **Memória: contribuições à psicologia experimental**. Na mesma época em que Bechterev fundava o primeiro laboratório de psicologia na Rússia (1886), Ernst Mach publicava **The Analysis of Sensations** e, em seguida, **The Science of Mechanics**, que influenciaram, igualmente, a filosofia de ciência da Análise Experimental do Comportamento e o Behaviorismo Radical, especialmente no que respeita à candente questão da causalidade *versus* relações funcionais. Surgem, na mesma época, os primeiros laboratórios de psicologia em Toronto, no Canadá, bem como na Sorbonne, na França. No Brasil, ao mesmo tempo (1890), a reforma de Benjamin Constant introduz as primeiras noções de Psicologia nos currículos das escolas normais brasileiras. Em 1894, Dewey publica **O ego como causa**, assim como **O conceito de arco reflexo na Psicologia** (1896). São fundados o **Psychological Review**, o **Psychological Index** e o **Psychological Monographs**; em 1904, o **Journal de Psychologie Normale et Pathologique**. Titchener e Thorndike publicam (1898), respectivamente, seus **The postulates of a Structural Psychology** e **Animal Intelligence**. Seguem-se obras contrastantes

exemplificadas por Freud (1900), com **A interpretação dos sonhos** e James (1904), com **Existe a consciência?**

Curiosamente, nessa época, Ebbinghaus (1902) escreve, entre outras coisas, que a Psicologia "...possui um extenso passado, mas uma história muito curta". Há cem anos, pelo menos, repete-se a constatação (agora, a nosso ver, cada vez mais refreando a própria consolidação científica da Psicologia), de que, embora se reconheça seu passado longínquo, rico e híbrido, parece próximo o limite funcional para uma psicologia multifacetada e pródiga na produção indiscriminada de pequenas teorias, práticas alternativas de base fragilizada e perspectivas de consolidação duvidosas.

Vejam os novos exemplos dessa diversidade natural de iniciativas que, no caso da Psicologia, mais tarde contribuiriam para a necessidade de um caminho de encarte e descarte necessários à busca da cientificidade. Já em 1905, Pavlov começa a publicar seus achados a respeito do condicionamento clássico; Freud divulga **A origem e o desenvolvimento da Psicanálise** (1910); no mesmo ano, Jung publica **O método de associação de palavras**; em 1911, Thorndike faz circular **A inteligência animal**; Wertheimer apresenta sua psicologia da Gestalt através de **Estudo experimental sobre a percepção do movimento** (em 1912) e Watson (1913) lança **Psychology as the Behaviorist Views it** (o conhecido "manifesto behaviorista"); enquanto Köhler trabalha com sua estação de antropóides no Tenerife, Freud publica trabalhos sobre o conceito de recalque. No Brasil, Franco da Rocha começa a difundir a Psicanálise através de cursos proferidos na Faculdade de Medicina de São Paulo, publicando em 1919 **A doutrina de Freud**. Köhler, Kofka e Wertheimer criam o periódico **Psychologische Forschung** (1921), Tolman publica **Uma nova fórmula para o behaviorismo** e Dewey faz circular **A natureza humana e o comportamento**;

Boring (1929) já escreve a primeira versão da **História da Psicologia Experimental**, próximo do momento em que um de seus orientandos, Skinner (1930) escreveria o primeiro texto científico de sua polêmica obra, **On the Conditions of Elicitation of certain Eating Reflexes**; em 1935, publica importante artigo, **Two types of Conditioned Reflex and a Pseudo-Type**, onde começa a diferenciar condicionamento respondente de operante; em 1937, Anna Freud publica **O ego e os mecanismos de defesa**, ao passo que Skinner assina seu primeiro livro, **O comportamento dos organismos**. Nos anos 30 surge o famoso Círculo de Viena, onde encontraram-se, refletiram e publicaram notáveis textos sobre a ciência estudiosos de diversas áreas, entre elas a Matemática, a Lógica e a Física, com grande impacto no pensamento científico da época.

Surgem também os trabalhos de Carl Rogers (1942), que desenvolve a terapia centrada no cliente e os ensaios teóricos do filósofo S. C. Pepper, propondo metáforas-raiz para um enfoque analítico geral que ele designa “visões de mundo” (surgem aí as sistematizações da metáfora pragmática do contextualismo). Hull (1943) apresenta seu **Principles of Behavior** e Lewin (1945) organiza um importante centro de pesquisa em dinâmica de grupo. Em 1953, aparece **Ciência e comportamento humano**, no Brasil apresentado pela Editora Universidade de Brasília. Em 1957 aparece o **Verbal Behavior**, de Skinner; em 1958 Feigl apresenta **The Mental and the Physical**, cabendo a Fred Keller, Carolina Bori e Rodolpho Azzi instalarem o curso de Psicologia na UNB (Brasília) e investigarem as implicações científicas do uso da instrução programada.

Haveria necessidade de serem citadas outras centenas de nomes, no devido tempo e referendados por contextos diferentes: não se mencionou Hume e

Comte; não se citou Chomsky; não se falou, sequer, de Piaget, Emilia Ferreiro, Binet, Maslow, Bandura, Feyerabend, Searle. Todavia, ao leitor é lícito elaborar uma linha do tempo da história da Psicologia com outras perspectivas de rearranjo, todas elas culminando, entretanto, na identificação da mesma tendência diversificadora que chega ao momento atual constatando a lacuna de uma sistematização e síntese ancoradas em pressupostos que se consideram indispensáveis a qualquer abordagem e a qualquer corrente escolhida. Ainda que poucos se dediquem efetivamente à tarefa da pesquisa e que, desses, apenas alguns acabem se destacando como propositores de novidades significativas no cenário científico, basta inspecionar as estatísticas (desde o ano 2000, apenas no Brasil, já se podia contar com mais de cem mil psicólogos em exercício) para vislumbrar a proliferação provável de escolhas teóricas possíveis e de alternativas apresentadas a cada nova edição dos milhares de periódicos científicos disponíveis.

Um apanhado, ainda que o mais superficial, da evolução histórica da Psicologia, indica um desenvolvimento de óticas teóricas diferentes, surgidas em momentos distintos e influenciadas por fatores de época por vezes dependentes da conjuntura social, econômica e mesmo política da ocasião. Não teria maior acolhida, a título de exemplo, a propositura de Watson no seu “manifesto”, que o propício momento e as raízes coloniais que construíram o *Zeitgeist* da América do começo do século passado. É nessa perspectiva que Watson, reunindo e sistematizando o conhecimento resultante dos experimentos com animais, a aproximação aos métodos das ciências naturais, uma certa afeição ao objetivismo e uma adesão incontestada da cultura americana já consolidada a tudo que é funcional e pragmático, seja na economia, seja no cotidiano, acabou se transformando no “agente dos tempos” a

defender, não sem entusiasmo e nem sem opositores radicais, uma Psicologia ancorada nas Ciências Biológicas. A mesma Psicologia que substituía a introspecção pela observação e tomava como objeto de estudo inalienável o comportamento, em contrapartida à consciência humana.

De tal sorte as influências foram múltiplas e de tal modo a Psicologia e os psicólogos foram se sensibilizando a cada novo enfoque, buscando transformar em "teoria" cada pequeno senão encontrado em uma formulação maior, que um efeito quase caleidoscópico se instalou, permitindo que, no entorno dos principais edifícios teóricos, uma série de pequenos constructos, no mais das vezes longe de validação prática e justificada coerência, acabaram se instalando como se tivessem vida e origem próprias.

Parece que de há muito estão postas as principais razões de fundo para divergências entre os mais destacados enfoques da Psicologia. Salvam-se as grandes dicotomias entre o inatismo e o ambientalismo, o dualismo e o monismo, o caráter ativo, passivo ou interativo do ser humano, a explicação com ou sem a consideração ao conceito de estruturas mentais, cognição, intencionalidade, internalismos e externalismos, público e privado, contexto e circunstância. Naturalmente, muitas outras seriam possíveis, algumas delas até relevantes. No entanto, parece que há algumas dicotomias centrais, para além das quais pouco poderá a Psicologia evoluir, por mais que proliferem publicações, por mais que se ampliem pequenas oficinas teóricas e por mais que se batizem com múltiplos sobrenomes as grandes descobertas das principais escolas. Ao arremate, pouco parece haver mais que diversas psicanálises, diversos cognitivismos, diversos behaviorismos e assim por diante. Tal impressão não deve corresponder, obviamente, à idéia da impossibilidade de que, no tempo e sob as condições possíveis, a Psicologia se defronte com uma nova "revolução

científica” nos moldes kuhnianos; essa efeméride é até possível, mas parece que provavelmente desta vez ela decorrerá das “negociações” entre as diversas correntes, mais do que da identificação de uma inusitada e até aqui impensada e inimaginável descoberta conceitual. É evidente que não estão descartadas, aí, as certamente viáveis descobertas pontuais ligadas à neurofisiologia, à anatomia, à instrumentação metodológica. Entretanto, trata-se, aparentemente, de estarmos face a face com o limite imposto pela natureza do objeto de estudo com que lidamos. A propósito, por óbvio não se trata de uma tarefa tangencial e fortuita, mesmo porque até aqui já ensaiada por alguns setores e até mesmo cogitada, no que tange à metodologia da pesquisa e à filosofia da ciência, por brilhantes cérebros à época do Círculo de Viena, nos anos 30.

A Psicologia como ciência natural ou social: empecilho central ao consenso metodológico?

Dentre as inúmeras possibilidades teóricas possíveis, este trabalho se aterá à perspectiva da Análise Experimental do Comportamento enquanto ciência e do Behaviorismo Radical enquanto filosofia dessa mesma ciência. Atenção será dada especialmente no que de central contrastam com algumas formas de Cognitivismo e de Psicanálise e particularmente no que diz respeito ao tema indócil da causalidade. Não seriam menos valiosas outras alternativas, cabendo o indicativo das duas mencionadas apenas pela sua suficiência para caracterização das discrepâncias e das eventuais similitudes inter-abordagens, que permitiriam cogitar ou não da possibilidade de uma Síntese Experimental do Comportamento ou alternativa próxima, nos termos propostos por Ardila (1997a).

É pungente e histórica a discussão sobre o caráter de ciência natural ou de ciência social da Psicologia. Cada alternativa conduz não apenas a diferentes caminhos, mas a diferentes conclusões. Tratada como ciência social, a Psicologia exige método, técnicas e estratégias de pesquisa próprias e totalmente diversas daquelas frequentemente utilizadas pelas ciências duras. Mais do que isso, exige uma lógica totalmente diversa sobre o fazer científico. Considerá-la uma ciência natural também representa implicações vultosas: supõe-se para as ações humanas um estofo da mesma dimensão (física) que compõe quaisquer outros objetos mundanos, bem como supõe-se a adoção de atributos estáveis de mensuração, um papel relevante para a observação e uma incessante busca de objetividade, apesar das dissensões que esse termo costuma provocar. Permeia qualquer das escolhas uma discussão importante

acerca da caracterização do que sejam pesquisa qualitativa e quantitativa e, conseqüentemente, quais os formatos típicos dos delineamentos de pesquisa a serem adotados em cada caso.

Já no final do século XIX era intensa a expectativa de que a objetividade alcançada pelas ciências físicas e biológicas pudesse abranger a Psicologia. Quando Wundt funda seu laboratório em Leipzig, já se sinalizava claramente quais seriam as condições para um estudo “científico” ou “objetivo” das atividades humanas: as medidas oriundas da psicofísica e das investigações sobre percepção constituíam objeto de estudo predileto dos pesquisadores. Como mencionaram Marx & Hillix (1976), Wundt teria deixado à Psicologia um importante legado do início do trabalho de experimentação em Psicologia. Em suas próprias palavras, ele teria assegurado:

...Portanto, o experimento é que tem sido a fonte do decidido avanço da ciência natural e foi ele que provocou tamanha revolução em nossas concepções científicas. Apliquemos agora o experimento à ciência da mente. Devemos lembrar que, em todos os setores da investigação, o método experimental assume uma forma especial, de acordo com a natureza dos fatos investigados. Em Psicologia, verificamos que somente aqueles fenômenos mentais que são diretamente acessíveis às influências físicas podem se tornar objeto de experimento. Não podemos experimentar sobre a mente em si, mas tão só sobre as suas extensões físicas, os órgãos dos sentidos e do movimento que estão funcionalmente relacionados com os processos mentais (Marx & Hillix, 1976, p. 155, citando Wundt, 1894, p. 10).

Provavelmente não supunha Wundt, quase 110 anos atrás, que a polêmica acerca do status científico da Psicologia e suas implicações estava muito longe de ser resolvida, embora ele estivesse aparentemente seguro de ter descoberto o caminho similar e paralelo ao das ciências “exatas” e, por isso, convencido de partilhar da alternativa correta. Ao contrário de suas possíveis expectativas, está apenas começando uma longa discussão sobre a validação de concepções epistemológicas e metodológicas na Psicologia. A metodologia da pesquisa se aprimorou efetivamente e, com isso, uma série de vieses é hoje consensualmente evitada pela comunidade científica, sem maiores problemas. No entanto, arestas significativas por exemplo centradas numa suposta dicotomia entre os chamados métodos “qualitativo” e “quantitativo” sobreviveram e têm produzido enfrentamento invariavelmente acirrado através de publicações nos principais periódicos.

Como já se mencionou, torna ainda mais complexa a análise das questões aqui tematizadas a própria existência de um amplo contingente de “linhas” ou “abordagens” teóricas possuidoras de características frontalmente ou sutilmente divergentes, conforme seja o ângulo de análise escolhido. Além disso, existem discordâncias assumidas, inclusive, a respeito do que constituiria, de fato, o próprio objeto de estudo da Psicologia: se as ações humanas, se o próprio psiquismo, se o comportamento, se as estruturas psicológicas, se os processos cognitivos: a lista é tão ampla quanto difusa e não se limitaria às possibilidades aqui enumeradas.

Com tudo isso, no mínimo, a Psicologia tem tido toda a sua produção de pesquisa e uma eventual “tecnologia” (se assim podem ser chamadas as técnicas decorrentes de seus resultados, seus procedimentos, os materiais produzidos e os métodos gerais aplicados) submersa em intensa discussão. Tal discussão,

quando permanece interna a cada casela teórica própria, no mais das vezes perde sentido porque as partes envolvidas no debate, via de regra, não conseguem relacionar as questões filosófico-metodológicas aos fatos históricos que determinaram o desenvolvimento da área, assim como pela dificuldade de entendimento sobre pressupostos fundamentais e terminologias envolvidas. Para os profissionais de áreas diferentes (Física, Química, Biologia), mas de algum modo vinculadas, freqüentemente esse tipo de debate parece bastante distante dos parâmetros de análise sob os quais as ciências já consagradas como naturais se sustentam. Entretanto, parece haver esperança no sentido de que alguns padrões e pontos de partida para uma análise da viabilidade de uma ciência da Psicologia consolidada seja possível: parece que tais aspectos implicam moderna volta a Wittgenstein apenas no que respeita à busca de uma identidade lingüística plausível para a unificação da ciência. Naturalmente, respeitadas devem ser as dicotomias metodológicas já sobejamente decantadas nas obras dissidentes de Kuhn, Feyerabend, Popper, Lakatos e tantos outros. A polêmica imediatamente cogitada como passível de solução por Wundt permanece em pé: neste pequeno texto, apenas uma parcela pode ser abordada, certamente em termos de meras especulações, uma vez que quaisquer soluções contemporizadoras teriam que passar por um verdadeiro programa de pesquisa. Para este, deveria ser possível a confluência de investigadores dispostos a continuar polemizando, sim, mas amparados no bom senso perfeitamente cabível no contexto da ciência e sob o compromisso de parte a parte para a aplicação incontestada da Navalha de Ockham. Focalizar-se-á, aqui, apenas uma fatia da questão, ancorada na ótica skinneriana do estudo do comportamento humano, com suporte teórico da metáfora contextualista pepperiana, temas e ângulos que serão abordados detidamente mais adiante.

O “manifesto behaviorista” de 1913 chocou àqueles que viam nas técnicas da introspecção a única maneira de colher dados acerca do “psicológico” identificável no ser humano, em contrapartida acendendo esperanças naqueles sequiosos por mudanças na direção de maior objetividade na coleta de dados sobre a experiência humana. A esse respeito, Watson sempre foi muito direto em seus escritos e, ainda mais, nas suas palestras e conferências no meio acadêmico. É histórico um de seus pronunciamentos:

A Psicologia, tal como o behaviorista a vê, é um ramo puramente objetivo e experimental da ciência natural. A sua finalidade teórica é a previsão e o controle do comportamento. A introspecção não constitui parte essencial dos seus métodos e o valor científico dos seus dados não depende do fato de se prestarem a uma fácil interpretação em termos de consciência... ela já não precisa iludir-se crendo que seu objeto de observação são os estados mentais (apud Marx & Hillix, p. 158).

Nas expressões desse texto, fica clara a objeção de Watson ao uso de técnicas de introspecção como forma de obtenção de dados passíveis de análise do comportamento humano. Nessa época – e particularmente dentro do contexto cultural norte-americano – procurar a fórmula para uma Psicologia objetiva parecia ser exatamente o esperado: muitos estudiosos tentaram, antes de Watson, identificar a melhor maneira de expressar o exato sentido de uma interpretação objetiva da conduta. O artigo de Watson, embora as limitações pessoais que seus biógrafos descreveriam mais tarde, acabou sendo o agente a polarizar a questão: teve o papel de aglutinar as discussões vigentes na época. Nem a todos, entretanto, satisfazia a solução watsoniana. Ao longo

de décadas, os críticos do behaviorismo – e de Watson em especial – antecipavam ou procuravam antever a queda dessa abordagem. Já em 1938, Harrell & Harrison tentaram mostrar, no seu importante **The Rise and Fall of Behaviorism**, um – então recente – levantamento histórico do behaviorismo, entendendo que este poderia ser considerado de certa maneira como uma nova forma de materialismo fadada a desaparecer rapidamente. Tal não se sucedeu, embora o behaviorismo tenha se modificado muito com o passar do tempo: tornou-se excessivamente cuidadoso com a busca de paradigmas que realmente explicitassem, mediante o uso de fórmulas matemáticas, como nas ciências duras, as “leis” que governam o comportamento (com Hull e Tolman, por exemplo). Entretanto, abriu muitas perspectivas no sentido de considerar fundamental o estudo das relações entre o indivíduo e as instituições de controle social, a análise do comportamento verbal e os problemas com os conceitos de livre arbítrio e liberdade (já com Skinner). Na verdade, dentro do próprio behaviorismo precisam ser consideradas as diferentes concepções teórico-filosóficas que o caracterizam, com diferentes autores e em diferentes ocasiões: assim, num estudo com outros objetivos, precisarão ser consideradas as vertentes do behaviorismo metodológico (ou mesmo ortodoxo, como em Watson) e radical (como em Skinner). Além disso, também precisam ser ressaltadas as idéias pré-concebidas a respeito dessa terminologia empregada (por exemplo, há muita confusão com os conceitos de “metodológico” e “radical” – há quem pense no metodológico enquanto uma filosofia que priorize exclusivamente o método em detrimento do conteúdo substantivo dessa vertente; do mesmo modo, há quem conceba o radical enquanto sinônimo de intransigente, de fechado à discussão, de oposto ao diálogo, quando o termo apenas pretende tornar transparente a idéia de que é

preciso ir às raízes dos determinantes do comportamento, a partir do estudo das contingências químicas, biológicas, físicas e sociais que o cercam).

De qualquer maneira, o Behaviorismo, Radical ou Metodológico, esteve sempre necessariamente envolvido com a discussão sobre se considerar a Psicologia enquanto ciência natural ou social. A objetividade em Psicologia prosseguiu sendo a linha demarcadora de uma diferença visível entre diversas abordagens teóricas, ao menos na visão dos vários estudiosos engajados nos redutos departamentais das diferentes universidades americanas e européias. A Psicanálise, por exemplo, freqüentemente apontada como a fórmula definitiva para a compreensão da personalidade humana, passou a ser alvo de intensas críticas, em virtude de sua metodologia assegurada como pouco objetiva: a associação de idéias e a análise de sonhos, vinculados ao modelo estrutural de personalidade, mediante constructos estruturais (em muito bem articulado modelo) ao ver de muitos não verificável, passou a alvo fácil da crítica metodológica. As divergências principais, ainda hoje persistentes, correm por conta das diferenças teóricas fundamentais que se apresentam entre o que se convencionou chamar de cognitivismo (em geral) e behaviorismo (em geral). Na verdade, embora tenham ocorrido divergências entre outros enfoques, tal como o fenomenológico, as vias sob mais intensa dicotomia envolvem as vertentes veiculadas pela Epistemologia Genética de Jean Piaget e o Behaviorismo Radical de B. F. Skinner, embora o pensamento original desses dois importantes autores tenha sido, freqüentemente, objeto de incríveis distorções na literatura.

Talvez em função da procura persistente, no âmbito da Psicologia como um todo, pelo seu verdadeiro status de ciência, fosse ela social ou natural, a realização de pesquisas, no final do século 19 (reforçada com Watson, depois

de 1913) e até o início dos anos 70, pautou-se prioritariamente pelo que tem sido convencionalmente chamado de pesquisa “quantitativa”, ou seja, pela procura de dados numéricos acerca do comportamento ou outros estados e ações passíveis de serem expressos em índices. Dito de outro modo, caracterizou-se o uso da estatística inferencial aplicada à análise de dados. Ainda assim, o “qualitativo” estaria sempre presente no processo de análise, mais do que inerentemente vinculado aos próprios dados. Isto é, configurava-se o momento das discussões, nos artigos científicos, como aquele que permitia ao pesquisador, tomados os devidos cuidados metodológicos para evitar inferências infundadas, alçar voo maior na direção de conjeturas e sugestões. Além disso, o lado “quantitativo” da metodologia de pesquisa do behaviorismo radical (apropriadamente relatada por Sidman, 1976/1960), praticamente não implicava no uso de estatística inferencial, restringindo-se apenas ao uso de estatística descritiva. Isso decorria do modelo de pesquisa, embasado no que foi denominado de “delineamento de sujeito único, com replicação”. De qualquer maneira, essa constitui outra das polêmicas dentro da polêmica geral da análise da Psicologia enquanto ciência natural ou social.

O Behaviorismo e a AEC como alternativas ao estudo do "psicológico"

No meio dessa trilha de freqüentes debates sobre a necessidade ou não de que se elegesse um novo método para estudar o comportamento humano insere-se a propositura behaviorista em defesa da mesma lógica das ciências naturais. Muitas outras questões, comumente tomadas como pressupostos do behaviorismo radical, emergem no miolo dessa discussão. No contexto histórico examinado, não se pode mais dizer que o Behaviorismo tenha uma vida curta. Desde 1913 (na verdade, desde antes, uma vez que os debates já existiam e essa foi apenas uma data na qual apareceu o artigo **Psychology as the behaviorist views it**) até aqui as publicações têm sido intensas (e as polêmicas que freqüentemente geram, não menos). Por sua vez, o Behaviorismo Radical de Skinner, embora tendo aparecido mais tarde, tem permanecido no centro de discussões várias sobre os enfoques alternativos à compreensão da natureza humana. Provavelmente isso se deve a algumas questões: de um lado, a guinada behaviorista foi no mínimo pré-paradigmática, para acompanhar a expressão de Thomas Kuhn; em segundo lugar, tocou frontalmente a questão do objeto de estudo, consolidando o comportamento como foco de interesse e propondo a observação como instrumento; finalmente, tornou evidente a necessidade de se discutir a questão epistemológica principal em jogo, qual seja a de se a Psicologia toma ou não assento ao lado das ciências naturais ou se a natureza humana exige metodologia diversa da necessária ao estudo de qualquer outro fenômeno da natureza.

Confrontado com esses candentes temas, o Behaviorismo, especialmente o Radical, tomou prontamente suas decisões, capitaneadas por Skinner. Em particular, à questão epistemológica, este frisou que, no caso da AEC, o

Behaviorismo Radical constitui sua filosofia de ciência, a qual compromete-se com alguns pressupostos, entre eles principalmente os seguintes: 1) assumir o determinismo (probabilístico) enquanto condição essencial que impõe a todos os fenômenos a existência de algum tipo de causa; 2) adotar o conceito de probabilidade enquanto instrumento para retratar com a devida cautela os resultados da predição, de modo a assegurar a observação, seja mecânica, eletrônica, mediante órgãos dos sentidos ou outra; 3) defender a visão monista fisicalista, de maneira que não seja possível admitir causalidade ao comportamento preconizada por qualquer outro tipo de variável que pertença a outra dimensão e não seja de qualquer outro estofa que não o do próprio comportamento (nos termos propostos por Skinner, 1950).

Adotadas essas suposições essenciais, o Behaviorismo Radical fica obviamente identificado como alternativa que compreende possível a adoção epistemológica e metodológica das ciências naturais. Crê que o comportamento humano é mais um dos fenômenos típicos da natureza em geral e que é passível (ao menos potencialmente) de observação empírica que permita a elaboração de testes para avaliar os achados das pesquisas que conduz sob o modelo do delineamento de sujeito único. Adota a comparação de dados intra-sujeito, cotejando os resultados obtidos para o mesmo sujeito sob condições de procedimento diferentes (combinações diversas do planejamento via linha de base e intervenção). Escolhe a replicação (e não a generalização através de amostragens a partir de uma determinada população) como forma de teste de validade (e de garantir a refutabilidade, nos moldes popperianos), bem como descarta a adoção da estratégia de comparação inter-sujeitos, mediante cotejamento de médias de grupos de sujeitos amostrados. Com essas precauções, todas evidentemente polêmicas, o Behaviorismo Radical constrói

seu modo *sui generis* de fazer ciência, buscando aproximação às ciências naturais. Encontra grandes barreiras quando passa a tratar, diferentemente do Behaviorismo Metodológico, da questão dos eventos privados. Assume-os como passíveis de estudo, embora o acesso, na maioria das vezes, possa ficar restrito à primeira pessoa. Daí freqüentemente dizer-se que Skinner recupera a introspecção e tal asserção ser confundida como uma volta às condições anteriores a Watson. Na verdade, o que Skinner faz não é restabelecer o “olhar para dentro de si mesmo” que resultaria em retratar a personalidade, a mente, a consciência ou a cognição. O que ele propõe é que parte do que relatamos sobre o que estaria ocorrendo em termos de nossos comportamentos encobertos (e, em geral, eventos privados) pode ser (de modo probabilístico, uma vez mais) aferido mediante comparação com parâmetros derivados das práticas culturais observadas no cotidiano humano. Defende que não se pode confundir a dicotomia público-privado com outra, objetivo-subjetivo, uma vez que aquilo que ocorre sob a pele parece tão físico quanto o que ocorre em termos de comportamento aberto.

Saber em que medida, de fato, Skinner se aproxima ou incorpora a idéia de uma ciência natural, passa também pela questão da causalidade. Para ele, o comportamento, além de multideterminado, não obedece a qualquer modelo de causalidade linear, como em Newton. Ao contrário, o comportamento é função de uma série de variáveis cujos valores podem, em tese, ser aferidos e seus resultados medidos (mediante freqüência, duração, intensidade, topografia e várias outras unidades de medida), enquanto variável dependente de uma relação funcional. Absorve o modelo fisicalista de Mach e considera, como este, que “descrever é explicar”, no sentido de que a descrição cuidadosa de todas as condições sob as quais o comportamento acontece constitui condição

suficiente para uma “explicação”, no sentido natural, do fenômeno (no caso, o comportamento).

Essa aproximação ao modelo das ciências naturais angariou críticas as mais duras a Skinner e ao Behaviorismo Radical, particularmente aquelas vinculadas à pecha de reducionismo, supersimplificação de fenômenos e de exacerbado controle da situação (artificialização). Embora as possíveis e pertinentes razões da crítica, parece seguro que alguma contribuição relevante resulta do esforço para ampliar a precisão da análise e a confiabilidade na identificação e controle das variáveis determinantes do comportamento.

Tendências atuais na Psicologia: do específico ao abrangente?

Para os propósitos deste ensaio, constitui condição essencial e inevitável a avaliação das tendências apresentadas pela Psicologia no que diz respeito a um futuro que, embora agrupando pesquisas originárias de várias correntes, possa revelar a possibilidade concreta de uma síntese de dados experimentais cuidadosamente coletados. Por um lado, tem-se o perfil resultante da retrospectiva histórica superficialmente apontada, indicando, por óbvio, ou ao menos por natural, a multiplicidade de influências carreadas à Psicologia, advindas das áreas de conhecimento mais diversas.

Tais influências somam-se, na ausência de um edifício teórico que defina a Psicologia enquanto ciência "normal", no contexto paradigmático de Thomas Kuhn, a popularização das práticas alternativas mais controvertidas e a ausência de um esforço sistemático para agregação de pesquisas a partir das grandes linhas da Psicologia. Em particular, com Tourinho & Carvalho Neto (1990), pode-se constatar:

A temática das práticas alternativas converteu-se, nos últimos anos, em assunto freqüente e controverso de debates travados por psicólogos e instituições que os representam, na busca de identificar e fazer valer uma fronteira fiadora da cientificidade da própria Psicologia enquanto área de conhecimento e de exercício profissional. Isso se deve, entre outros fatores, a uma proliferação daquelas práticas exercidas à margem do controle de conselhos supervisores de atuação profissional, usualmente divulgadas pelos apelos e promessas tipicamente "psi" e amparadas numa crescente aceitação social

de seus fundamentos para ou anti-científicos. O conflito instaurado converte-se por vezes em debate (supostamente) epistemológico e assume, em muitas ocasiões, ares de mera disputa de mercado de trabalho (p. 1).

Os mesmos autores (Tourinho & Carvalho Neto, 1990) argumentam quanto à existência de uma verdadeira fronteira a separar a Psicologia das práticas alternativas quanto ao tema da cientificidade, objeto deste ensaio. Os autores, ao olharem retrospectivamente à constituição da Psicologia, interpretam de modo cético a possibilidade da busca de uma ciência unificada. Reconhecem a diversidade e antagonismo existente entre diferentes abordagens psicológicas, admitem o modo particular pelo qual a Psicologia tenta se constituir enquanto ciência, todavia entendendo que as justificativas para qualquer insucesso nesse sentido não podem recair em argumentos tais como os de que trata-se de uma ciência imatura ou jovem. Enfatizam o papel das práticas de investigação, da produção e validação do conhecimento no contexto científico de qualquer área pretendente à cientificidade, mas ressaltam que o sentido em que o fazer ciência pode melhor condizer com as aspirações científicas da Psicologia refere-se à busca de preceitos de uma lógica empírico-racional na construção de teorias coerentes. Apesar disso, apontam empreendimentos consistentes na Psicologia:

A despeito da falta de unidade, no interior de cada sistema explicativo propriamente “psicológico”, engendrou-se o que pode ser legitimamente caracterizado como um paradigma, no sentido kuhniano. Vale dizer, seja nos comportamentalismos, nos cognitivismos ou na Psicanálise (ou em algumas versões de cada um), é possível falar-se de comunidades que se constituem

enquanto tal não apenas a partir de um acordo acerca de seu objeto de estudo e dos modos de produção e validação do conhecimento, mas, também, sobre um modelo explicativo do que entendem ser o fenômeno psicológico, que exerce a função de gerar problemas de investigação capazes de firmar (ou não) a generalidade da teoria. (p.9)

Por outra parte, argüi-se a respeito da hipótese de que tenhamos chegado ou estejamos próximos de um ponto de inflexão no perfil do desenvolvimento científico da Psicologia. Neste momento, qual seria a tendência possível e apropriada à Psicologia? 1) continuar estimulando o fluxo descontrolado de especulações que levam ao aparecimento de uma miríade de pequenas (e, na maioria dos casos, rapidamente demonstradas irrelevantes) teorias, enfoques, propostas, arranjos, abordagens, sem que, com isso, a própria identidade científica (seja qual for o conceito mais próximo de ciência adotado, se natural ou social) da Psicologia possa ser alcançada; 2) passar a investir (mediante apoio das coordenadorias específicas nas agências de fomento, mediante políticas de disseminação das editoras da área, através de ações dos órgãos profissionais representativos, ou por conta de ensino sistematizado nos programas de pós-graduação), nas publicações, nos estudos, nos projetos integrados de investigação, com a finalidade de estabelecimento de verdadeiros acordos de cooperação científica; essas ações se instrumentalizariam via objetivos claramente estabelecidos com vistas à busca e desenvolvimento de estratégias, técnicas, metodologia passível de utilização por diferentes enfoques da Psicologia interessados em intercambiar dados através da utilização de linguagens metodológicas que permitam permuta de informações precisas, construção de bancos de dados e consolidação, com o uso

racional de novas tecnologias informacionais, de uma síntese de pesquisa em temáticas variadas. De certo modo, um exemplo interessante, em parte como consequência natural, em parte estimulado pela necessidade profissional de agregação, são os eventos promovidos pela ABPMC – Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental, que faz confluírem para o debate e o diálogo inúmeras propostas aparentemente inconciliáveis resultantes do interior do behaviorismo.

Uma síntese experimental implica, naturalmente, um trabalho para muito tempo e muitas pessoas, mas que pode ser projetado e iniciado com mais brevidade, se se considera relevante alguma adaptação à idéia de Ardila (1997) sobre a unificação da Psicologia. A Análise do Comportamento e o Behaviorismo Radical, nessa hipótese, teriam muitas contribuições a oferecer, desde que arestas várias fossem removidas. Isso implicaria uma espécie de desapropriação dos vocabulários específicos e a busca de uma linguagem descritiva que fizesse interface com outras abordagens, sem, no entanto, que houvesse a necessidade de que cada abordagem necessitasse despir-se de suas origens, entendidas aqui como a possibilidade de que mantenham sua tradição de pesquisa, conteúdos de maior interesse e características epistemológico-metodológicas que sejam passíveis de operacionalização numa ótica de diálogo articulado com um enfoque sistêmico. Tal projeto de intercâmbio não poderia, portanto, resultar em mera amálgama inútil ou mera massa de dados que novamente precisará retornar às respectivas óticas para análises específicas e pontuais. Tarefa ingente, por certo, todavia possível a longo prazo e representativa de tendência inevitável da Psicologia, se se supõe correta a idéia de que novas grandes revoluções teóricas estão distantes de acontecer ou, por outra, já foram suficientemente veiculadas através da história da

Psicologia por cérebros atentos às principais dicotomias presentes na natureza humana.

O significado de uma Síntese Experimental

Data provavelmente de 1983 (Ardila) o primeiro artigo importante a conjugar esforços dos psicólogos em direção a uma Síntese Experimental do Comportamento. Além de outros textos do mesmo autor (1984, 1988, 1997a, 1997b), também Alarcon (1997) procedeu a considerações relevantes sobre o assunto.

Modo geral, o problema da busca de uma síntese comportamental coloca-se a partir de uma retrospectiva histórica e dados prospectivos fundados na necessidade de unificar a Psicologia em torno de um paradigma estável. Ardila (1983) mantém que a tese central não é a de construir uma nova escola psicológica, mas definir um marco referencial que organize “o caos que existe em muitas áreas da psicologia em nossa época” (p. 27). No passado, proliferaram “escolas” como o estruturalismo, o funcionalismo, a reflexologia, o behaviorismo, a psicanálise, a gestalt, a topologia, o existencialismo, ora centradas na obra de um indivíduo (Pavlov, Freud, Lewin), ora num método (experimental, observacional, clínico), ora até mesmo numa área geográfica (Leipzig, Viena). Ardila argumenta pelo grande declínio, na metade do século passado, de tais redutos ou escolas, o que de certo modo se deu com o desaparecimento dos seus grandes “patriarcas”. Esse declínio, ainda que gradual, de escolas postuladas entre 1879 e 1937, teria deixado vestígios observáveis em quatro sistemas, quais sejam o néo-behaviorismo, a néo-psicanálise, a psicologia histórico-cultural e a psicologia humanista. Para Ardila (1983), o fato de “restarem” quatro sistemas não deve implicar numa visão de busca ‘a síntese experimental do comportamento como uma tendência eclética

que almeje simplesmente reunir e “apaziguar” essas tendências. Ao contrário, entende que é uma proposta que emerge do néo-behaviorismo e que precisa definir uma âncora epistemológica e metodológica capaz de abranger dados provenientes de estudos cientificamente bem cuidados de várias origens e tendências, perfilhados num fio condutor capaz de sistematizar a testabilidade das descobertas. É nesse sentido que Ardila (1983) informa não pretender “integrar na síntese experimental do comportamento os abundantes erros históricos da nossa disciplina - por exemplo o dualismo e o reducionismo fisiológico - senão o que é resgatável dos sistemas psicológicos de hoje, colocando-os dentro de um novo paradigma” (p. 27). Nesse sentido, seriam aceitos os projetos que implicassem não apenas estudos observacionais, mas também os correlacionais, naqueles casos em que estivesse implícita uma situação experimental bem elaborada. Mencionado autor advoga, para a Análise do Comportamento, algumas características que a autorizariam a liderar a proposta de um paradigma unificador: as facilidades metodológicas decorrentes da adoção de um nível comportamental de explicação; o método experimental; sua ênfase na aprendizagem enquanto mudança de repertórios decorrente de seleção pelas conseqüências; o amplo espectro de comportamentos que se explicam por meio da análise experimental; as facilidades de controle decorrentes da ênfase nas relações funcionais com o ambiente e a tecnologia derivada da análise experimental. Informa:

Essa análise pode dar origem a uma síntese, seguindo o modelo de tese-antítese-síntese. A Psicologia tradicional centrada em fenômenos intrapsíquicos e no aparato mental (no sentido da psicanálise), pode ser considerada como tese. A psicologia do comportamento, centrada no que fazem os organismos e em

seus determinantes ambientais (análise experimental do comportamento) pode ser considerada como antítese. E uma psicologia que seja experimental, comportamental, muito próxima das ciências naturais, porém levando em conta fatores cognitivos e sociais, pode chegar a ser a síntese. Preferimos falar de *síntese experimental do comportamento* para indicar que esse sistema está mais próximo do condicionamento operante que de qualquer outro modelo (p. 32).

Até esse ponto do raciocínio de Ardila, no entanto, não parece completamente clara a proposta, ao menos sob os argumentos então apresentados, ainda razoavelmente desconectados, a nosso ver, no que tange ao papel de cada enfoque em cada fase do processo. O autor continua buscando esclarecer a questão, informando que o sistema, nessa perspectiva, necessitaria de: 1) estudar problemas mais complexos, como aqueles relacionados aos processos cognitivos, linguagem, comportamento social, emoções; 2) utilizar como ponto de partida dados observacionais e correlacionais, lembrando que "tais dados dão apenas diretrizes gerais" e que "somente a experimentação proporciona o substrato da ciência", porém os dados de observação e correlacionais proporcionam informação útil para futuros trabalhos experimentais. Observa Ardila (1983) que "não se trata de usar uma metodologia mais frouxa", mas evitar sacrificar eventos importantes pela carência de recursos experimentais para estudá-los atualmente; 3) usar a matemática e formular estruturas teóricas capazes de integrar dados, observando que a análise experimental, enquanto sistema *a-teórico*, está muito próxima dos fatos e isso é muito importante nos estágios iniciais da ciência; o mesmo autor entende que, à época (1983), já era chegado o momento de

formular teorias ou micro-teorias capazes de explicações um pouco mais amplas do que aquelas atinentes exclusivamente aos dados de um experimento em particular, sendo que as formulações ideais fariam uso de fórmulas matemáticas que exprimissem relações; 4) acabar com o dogmatismo e o caráter de “escola” que detêm alguns grupos de especialistas, mesmo dentro da própria análise do comportamento; 5) enfatizar o humanismo comportamental, considerando que, embora a ciência possa ser neutra, o comportamento do cientista não o é, uma vez que surge num contexto social determinado e as aplicações científicas têm implicações ideológicas e sociais; assim, numa síntese experimental com enfoque humanista as aplicações deveriam servir ao homem e não a um sistema determinado, servindo para melhorar as condições de vida mediante combate à pobreza, à exploração do homem pelo homem, às enfermidades “mentais”, ao desajuste social.

Conclui Ardila:

Não será uma *psicologia eclética*, mas uma disciplina que possua como coluna vertebral a análise experimental, que formule suas leis a nível comportamental e não fisiológico, que prefira o método experimental a qualquer outro método, que enfatize a aprendizagem por suas conseqüências e que dê grande importância ao controle do ambiente. Se a síntese experimental do comportamento se converter num paradigma unificador, fará com que a Psicologia passe a ser ciência “normal”, no sentido de Kuhn, ou seja, uma ciência estabelecida que esteja além das polêmicas das “escolas”, que são características dos estágios iniciais do desenvolvimento de toda ciência. Para isso deve ampliar seus limites, sem diminuir em nada seu rigor, e deve

abarcam mais completamente a área de conhecimento humano que tradicionalmente (por consenso) temos chamado de Psicologia” (p. 33).

Mais recentemente, quando Ardila (1997b) retoma sua proposta, reorganizando-a em três níveis principais de desenvolvimento: 1) no nível conceptual, onde explicita a necessidade de definir aspectos tão básicos como a natureza da aprendizagem, a formulação de uma verdadeira teoria da conduta do ser humano e não somente uma teoria da aprendizagem como as propostas no século XX; 2) no nível experimental, onde seria necessário reunir uma quantidade enorme de investigações e descobertas empíricas que sirvam à formulação de leis do comportamento, visto que a ampliação de campos de pesquisa, principalmente com seres humanos, deu-se intensamente nos últimos anos; 3) no nível aplicado, entre aplicações eficientes e outras precipitadas, há necessidade de uma avaliação muito cuidadosa, para aplicações: na saúde integral (física e comportamental); nas enfermidades cardiovasculares, na AIDS, no câncer, na diabetes; em todo o ciclo vital humano, desde a concepção até a morte, onde a velhice parece ser especialmente relevante; no mundo do trabalho; na busca à produtividade pessoal e organizacional; no manejo do tempo de trabalho, do ócio e do tempo livre; junto aos delinqüentes, sua reabilitação e a prevenção da delinqüência; no abuso e maltrato infantil, no abuso sexual, conjugal e na violência familiar; na neuropsicologia, incluindo a reabilitação de pessoas que tenham sofrido danos neurológicos graves; na vida cotidiana, uma área que apenas tangencialmente tem sido estudada e que inclui tanto as atividades da vida diária como os “problemas normais das pessoas normais”.

Parece que Ardila mantém a idéia central originalmente defendida, da necessidade de uma consolidação dos dados confiáveis produzidos pela Psicologia até o final do século XX e início do XXI, mas sem apresentar, ainda, quais os caminhos concretos para uma sistematização de tais dados ou, ao menos, para a congregação de esforços de pesquisadores da Psicologia em um projeto que, ao propor-se unificador, vá além do mero acordo político entre diferentes enfoques, eventualmente dispostos a dialogar apenas tendo em vista uma acomodação da categoria profissional com vistas a um ecletismo fácil. Falta, até então, um fio condutor à proposta, questão que o presente trabalho, embora de modo algum tenha a pretensão de responder, procura encaminhar através do aprofundamento da aplicação de uma matriz contextualista nos moldes pepperianos à Psicologia, a partir da Análise do Comportamento.

Um exemplo um tanto mais concreto da proposição de Ardila (esta compatível, inspirada ou mesmo enraizada nas preocupações precedentes de Staats (1983)), é apresentado por Delgado (1997) e trata da questão do "atraso no desenvolvimento". Seu relato apresenta o que chama de vantagens da síntese experimental do comportamento (SEC) para o estudo do atraso no desenvolvimento, esclarecendo que pode ocorrer seja no período prenatal, perinatal ou posnatal, comportando freqüentemente problemas no funcionamento intelectual e na definição da habilidade para aprender, para trabalhar na solução de problemas, acumular conhecimento e adaptar-se a situações novas. Delgado vale-se de Ardila para sustentar que a visão do atraso no desenvolvimento na SEC não se restringe à ênfase externalista, mas inclui ver o comportamento como função do estímulo, de condições do organismo, de fatores temporais, do ambiente, das conseqüências do comportamento, da história de reforço e de uma série de outros parâmetros psicológicos.

Sustenta que a SEC torna-se distinta das outras abordagens por envolver a consideração do organismo como um todo:

Com isso nos referimos a que quando se fala do retardo mental é necessário visualizá-lo em termos de definição, classificação, causas e métodos de ensino entre outros, devido a que o atraso mental envolve uma série de fatores que interagem para determinar o comportamento (p. 484).

Embora o esforço de aglutinação de estratégias de tratamento, não parece destacar-se uma identidade diferencial e própria da SEC, ao menos com a demonstração de critérios para a conjunção de esforços de sistematização. De qualquer modo, isso não faz desmerecer a idéia da absoluta necessidade da Psicologia em reagrupar-se com vistas a um redimensionamento de suas esparsas tendências teóricas e práticas.

Por certo, mesmo que se encontre consenso sobre a necessidade de um paradigma unificador, nada garante que este necessariamente seja o de Ardila ou o de Staats. As divergências começam a surgir desde quando se discute qual seria o paradigma ideal. Alarcón (1997) considera que "o paradigma unificador deve basear-se em princípios da ciência fática e numa concepção compartilhada no que respeita: a) à filosofia de homem; b) aos domínios da Psicologia; c) às estratégias metodológicas. Para Alarcón:

A revisão das correntes psicológicas de maior prestígio e de seus pontos culminantes, projetam a imagem de uma disciplina fracionada e inarmônica, em tenos desacordos. Dá a impressão, julgada desde um ponto de vista kuhniano, de que se encontra em um período anterior ao paradigmático, caracterizado por debates profundos a respeito dos problemas de seus domínios e

aos métodos e estratégias de solução, disputas que contribuem para ampliar a brecha entre as escolas, mais do que produzir acordos. Por esta etapa têm passado, como o faz notar Kuhn, ciências como a química no século XVII e a geologia no século XIX. Somente quando uma disciplina amadurece, quando adquire o status de “ciência normal” é que se solucionam os problemas em jogo” (p. 420).

O autor ainda argumenta que a unicidade que se busca não é impossível a ponto de ser melhor continuar falando em psicologias diversas, como não é cômoda a ponto de expressar aproximações pacifistas na área. Tampouco se pretenderia chegar a um *modus vivendi*, através de um mero ecletismo que selecione o melhor de cada orientação psicológica e o postule como ciência normal, ou de um mero sincretismo que busque aproximar sistemas contrários. Assegura:

Trata-se de estabelecer um padrão unificador que dê unicidade à Psicologia. Um paradigma, no sentido de Kuhn, é um padrão ou unicidade fundamental que inclui teorias, leis, problemas e métodos legítimos de uma ciência, que é compartilhado por uma comunidade científica particular. Os paradigmas têm vigência temporal, de acordo com o desenvolvimento da ciência, de maneira que um é substituído pelo outro mediante uma revolução científica. Quando não existe paradigma compartilhado por uma comunidade científica, existem escolas, que são paradigmas em oposição, como existem hoje na Psicologia (p. 421).

Alarcón (1997) insiste em que as inconsistências entre as diversas abordagens são de tal ordem, que os modelos de Ardila ou de Staats são irrealizáveis; aduz que a unificação da Psicologia somente poderá ser obtida tomando como paradigma os princípios de uma ciência fática. Propõe:

Obviamente, parte-se do reconhecimento de que a Psicologia é uma disciplina factual e que em seus domínios é possível aplicar o método científico, como se vem fazendo e aperfeiçoando desde faz mais de 100 anos. Nesse paradigma não haverá lugar para hipóteses, microteorias e teorias formuladas à margem do método científico. Certamente, a Psicologia atual tem conseguido estabelecer um corpo de princípios bem fundados, obtidos fazendo uso rigoroso da metodologia científica. Por que contaminar a descoberta científica com elementos de pseudociência? A unidade da Psicologia é uma necessidade, porém a isso se haverá de chegar sem sacrificar o que tem sido alcançado no decurso dos anos. É proposto tomar das orientações psicológicas dominantes suas construções teóricas, métodos e descobertas elaborados rigorosamente mediante os princípios da ciência factual. Enfim, propõe-se um paradigma para uma Psicologia científica mais humana e para um mundo cada vez mais desumanizado (p. 432).

De certo modo, talvez corroborem as preocupações de Alarcón (1997), a aferição, na bibliografia especializada, de inúmeras tentativas de integração nos últimos anos, bem como variada explicitação de incompatibilidades insuperáveis. Os títulos de artigos podem dar uma idéia precisa das tentativas de integração (muitas vezes espúrias), bem como das constatações de

incompatibilidades insuperáveis: ***Tensions in Psychology Between the Methods of Behaviorism and Phenomenology***, (Brody & Oppenheim, 1966) ***Phenomenology, Psychoanalysis, and Behaviorism*** (Brandt, 1970); ***The Unity of Opposites*** (Berman, 1970); ***Phenomenological Psychology and Radical Behaviorism: Skinner and Merleau-Ponty on Behavior*** (Coriveau, 1972); ***Professors Kantor and Skinner: The "Grand Alliance" of the 40's*** (Fuller, 1973); ***Convergences and divergences between Phenomenological Psychology and Behaviorism: A Beginning Dialogue*** (Giorgi, 1975); ***Él punto de unión de la psicología conductista y la psicología cognoscitiva*** (Segal, 1978); ***Cognitive Behaviorism as a Dialectic Contradiction: Conductismo y Marxismo*** (Ardila, 1980); ***Sobre o poder em Foucault e o controle em Skinner*** (Sá, 1983); ***O falso conflito entre tendências metodológicas*** (Luna, 1988); ***Por que o conflito entre tendências metodológicas não é falso*** (Franco, 1988); ***La necesidad de unificar la Psicología: el paradigma de la síntesis experimental del comportamiento*** (Ardila, 1997), para citar apenas alguns, principalmente os diretamente preocupados em buscar um canal de diálogo ou mostrar dissensões definitivas a partir do behaviorismo. Certamente, encontrar uma abordagem consensual tem sido incumbência tanto buscada quanto rechaçada, pela sua natureza eminentemente complexa e por constituir tarefa para um programa de pesquisa, mais que para algum indivíduo isolado. Sobre a natureza humana influi um especialíssimo conjunto de variáveis que não interfere no objeto de estudo das demais ciências, como a Química, a Física e a Astronomia, por exemplo. Além disso, há uma divergência anterior, a dificultar o estabelecimento de uma abordagem consensual em Psicologia: trata-se do problema de definição do próprio objeto de estudo dessa ciência. As

discordâncias, desde aí, são patentes: estuda-se a cognição, a consciência, o comportamento?

Já frisamos que, de toda maneira, pela sua natureza complexa, pode-se depreender das tentativas de estudo do psicológico a existência de uma trajetória quase sempre incompleta de explicações, procedimentos e estratégias de abordagem. Além das (justificadas) razões estruturais para concepções diferentes (configuradas pelas clássicas contradições teóricas, do tipo inatismo-ambientalismo), outras, historicamente explicáveis, dificultaram a compreensão correta dos conteúdos produzidos (o que se exemplifica pelo surgimento de uma psicologia “americana” ou “soviética”, como se isso fosse possível). Como já mencionamos em outro texto (Carrara, 2000),

A busca de um consenso que não represente mera justaposição de teorias num ecletismo fácil, também tem encontrado resistências no interior da própria universidade. Não parece haver razão ético-científica suficiente para a rejeição mútua de resultados de pesquisa e reflexões teóricas que se pautem em cuidados metodológicos reconhecidamente aprimorados e amplamente aceitos. Certamente, cabe intensa discussão sobre o que seja ciência e sobre o que seja metodologia científica, mas aqui se faz referência a algumas realidades acadêmicas ainda primitivas prevalentes em algumas universidades, que levam a regionalismos sem similares em outros campos científicos. Ou seja, armam-se situações que se aproximam de conflituosas, a despeito de que cada concepção empírico-teórica possa dar conta, isoladamente, do todo psicológico (e, por conseqüência, do psicológico todo). Afortunadamente, esse

tipo de atitude, ainda que por inúmeras razões se tenha instalado fortemente na universidade, está perto de ser amplamente desmontado, sem que se precise descaracterizar a idéia de pluralidade de convicções e de ampla liberdade de expressão de opiniões, tão valiosa para a sobrevivência de meios acadêmicos independentes (p. 189-190).

Seguramente, o século XX foi comparativamente o mais fértil para a Psicologia. Se, de um lado, produziu discrepâncias intensas, principalmente em termos de filosofia de ciência subjacente às diversas “psicologias”, no seu final a multiplicidade de pesquisas e proposições teóricas, no mundo todo, gradativamente mais conhecidas mediante evolução da mídia e dos sistemas informacionais, permitiu identificar certas similaridades interessantes e de bom augúrio. Ainda recentemente, as abordagens em Psicologia tendiam a crescer em número e a ter seus resultados encarados como absolutamente paralelos e divergentes. Atualmente, constata-se um esvaziamento na produção de correntes teóricas (sérias) e um investimento maciço em tentativas de conhecimento vertical de fenômenos mediante a valorização do pesquisar como uma forma de solidificar a argumentação teórica. Nesse sentido, o novo século defronta-se com a internacionalização do conhecimento e, por conseguinte, com a possibilidade de identificação mais ágil de resultados similares ou divergentes em todo o mundo e sob estruturas diferentes quanto ao método e à filosofia de ciência. Todavia, essa mesma amplitude da mídia conduz à possibilidade, cada vez mais presente, de aprimoramento de linguagens e unidades conceituais que permitam comunicação razoável inter-abordagens, de maneira que, efetivamente, se possa visualizar descobertas convergentes,

como uma SEC ou similar, por mais diferentes que tenham sido os mecanismos de sua descoberta.

CAPÍTULO II

Bases epistemológicas do Behaviorismo Radical, dimensões da AEC e eventuais compatibilidades com o Contextualismo de Pepper

Tome-se por lícito compreender a idéia de *epistemologia* amparada por dois sentidos essenciais: o primeiro indica o estudo da origem do conhecimento em geral; o segundo indica o estudo dos princípios sobre os quais se fundam, os critérios de verificação e de verdade e o valor dos sistemas científicos. Fala-se, portanto, numa epistemologia genética quando se buscam explicações para a maneira pela qual se origina e se desenvolve, no ser humano, o ato de conhecer. Fala-se em epistemologia do conhecimento, epistemologia da psicologia, epistemologia do behaviorismo, quando o interesse é a análise dos pressupostos a partir dos quais se valida (ou não) o conhecimento científico, seja no âmbito genérico, seja em áreas ou ciências específicas. Nesse sentido, a epistemologia propõe-se a responder a questões tais como: o que é conhecimento científico? Em que consiste, propriamente, o trabalho do cientista? O que faz o cientista

quando faz ciência, senão interpretar, descrever, explicar, prever? O cientista faz conjecturas que espelham fielmente aspectos factuais da natureza? Quando o cientista explica, o que ele explica dos fatos: função, gênese, essência, fim? Qual é o status lógico das leis científicas? Em que sentido se fala em causalidade nas ciências empíricas? Sob quais critérios pode-se falar que uma teoria é melhor que outra? O que queremos dizer quando afirmamos que as ciências empíricas são objetivas? Certamente, as indagações são muito maiores que as respostas já consagradas e, mais ainda, parecem todas corolários de uma pergunta central, sobre o que seja o próprio conhecimento científico. Essas questões - e os questionamentos decorrentes - começaram a produzir efeito a partir do final do século XVII, quando a exaltação cega das ciências foi gradativamente substituída por um ceticismo crescente e uma crítica aguda a modelos entre si discrepantes de busca ao conhecimento científico. Em outras palavras, a filosofia da ciência subjacente a cada enfoque teórico passou a ser objeto de avaliação crítica cada vez mais contundente, o que valeu não apenas para as ciências duras, mas, de resto, para as pré-paradigmáticas, como acabou sendo o caso da Psicologia. No que respeita à Física e às ciências experimentais em geral, passa-se de uma visão estática e mecanicista para uma visão dinâmica, probabilista e relativista das leis da natureza. Rapidamente, os conceitos abstratos, envolvendo espaço e tempo absolutos, acabam perdendo seu valor. A linearidade nas explicações científicas é gradativamente substituída pelo interesse nas relações funcionais e na priorização aos procedimentos descritivos, tal qual em Ernst Mach. A epistemologia de Mach rejeita completamente a metafísica e sua insistência no caráter histórico da filosofia da ciência é sistemática.

Ao tempo do Círculo de Viena, a filosofia da ciência, em geral, desenvolveu algumas tendências e movimentos predominantes: o neopositivismo, a interpretação metafísica e o racionalismo científico. Wittgenstein, Carnap, Russell, Schilick representaram o neopositivismo ou o positivismo lógico, interessado em dividir as ciências em dois grandes ramos: as lógico-matemáticas e as experimentais; as primeiras se fundariam na construção e validação formal de proposições analíticas, destituídas de conteúdo factual; as segundas, ao contrário, seriam empiricamente verificáveis (ou falseáveis, mais tarde, no ver de Karl Popper), de modo que para elas deveria ser possível construir proposições de caráter empírico. Contrastando com o neopositivismo, a concepção metafísica ingênua, na qual o senso comum não se dissocia do sentido de realidade apresentado pela ciência; em particular na metafísica idealista sustenta-se a subjetividade como fator decisivo na interpretação dos dados científicos. Outra alternativa é uma ciência comprometida com o racional, que rejeita o empirismo e sugere que o controle das teorias, a corroboração das proposições científicas não pode ser obtida diretamente, tal como desejariam os neopositivistas, mas sim indiretamente, através do critério da falsificabilidade (Popper). Esse critério estabelece que uma teoria pode ser considerada científica unicamente se satisfizer a duas condições essenciais: ser falsificável e não ter sido ainda provada falsa de fato. Assim, para Popper, o critério de demarcação entre teorias empíricas e não empíricas não é a verificabilidade, mas a falsificabilidade, de modo que confirmação completa jamais pode ser obtida, enquanto falsificação pode dar-se mediante apenas um caso contrário. O que se depreende dessa superficial descrição e subdivisão da epistemologia é o fato de que não há consenso, sequer, nos próprios requisitos para uma avaliação epistemológica das teorias, quanto mais para encontrar uma

fórmula razoável que contente a todos os interessados em buscar uma síntese experimental do comportamento, por exemplo.

Do que se expôs, todavia, depreende-se que a discussão epistemológica é a questão mais central, o miolo da validação de teorias. Não é diferente na Psicologia: tudo o mais (técnicas, métodos, práticas) daí decorre. Ou seja, a filosofia de ciência subjacente, adotada como pressuposto de um determinado enfoque ou corrente, acaba se transformando, em suma, no conjunto primeiro de premissas sobre as quais se instalam todos os procedimentos práticos. No caso da Análise Experimental do Comportamento ou da Análise Aplicada do Comportamento, os pressupostos essenciais são os ditados pelo Behaviorismo Radical, sua filosofia de ciência. Não parece possível escrever sobre epistemologia sem, de algum modo, haver algum comprometimento com uma visão fragmentada, por vezes algo enviesada e distorcida de ciência. Não parece plausível escrever sobre características epistemológicas sem alguma contaminação, propriamente, epistemológica. Portanto, ao tentar fazer uma análise das proposições básicas do Behaviorismo Radical, é certo tratar-se de lidar com vieses e com uma série de condições assumidas *a priori*.

De todo modo, antes de examinar os pressupostos behavioristas, parece razoável apresentar um pequeno esboço da história do Behaviorismo, a começar por Watson, que como já se mencionou, teve a incumbência de assimilar as discussões em torno da busca incessante da objetividade e da substituição da consciência pelo comportamento enquanto objeto de estudo. Tornou clara essa proposição no seu **Psychology as the behaviorist views it** (1913, no **Psychological Record**) e em diversas publicações posteriores. A introspecção foi substituída, em tese, pela observação e a Psicologia foi decantada como ciência filiada à Biologia, como forma de herdar desta seus cânones

metodológicos. O Behaviorismo de Watson viria, mais tarde, a ser designado Behaviorismo Ortodoxo e, finalmente, passaria a ser incluído na categoria do Behaviorismo Metodológico, juntamente com Hull, Tolman, Stevens e Boring, como menciona Skinner. A prevalência do operacionismo bridgeano e o esforço para adotar ao pé da letra o lema positivista da observação direta imprescindível, derivada do “ver para prever” comteano, levaram os behavioristas metodológicos a excluir da ciência a mente, por considerá-la inacessível. Skinner restaura o “conteúdo da mente” através do resgate dos eventos privados, mas com a ressalva de que não considera possível adotar qualquer explicação “mental” para o comportamento. Nesse sentido, descarta a consciência ou quaisquer outros constructos enquanto causadores internos do comportamento. Ratifica que ambos, os eventos comportamentais públicos ou privados, constituem fatos da natureza humana produzidos pelo mesmo esquema causal. Ou seja, adota a seleção pelas conseqüências como fator decisivo na determinação do comportamento humano.

Talvez esteja presente em parte dos principais (10 ou 12) pressupostos do Behaviorismo Radical inclusive o que freqüentemente designamos como “concepção de homem”. Um exame dessas características epistemológicas essenciais talvez esclareça a questão.

Uma primeira observação importante diz respeito à própria designação “radical”. Muitas vezes, inclusive em literatura conhecida, essa expressão é encontrada como representando uma certa intransigência do behaviorismo com relação a qualquer outra corrente ou ponto de vista dele divergente. Recuperando os escritos de Skinner, tudo indica, todavia, que a expressão sinaliza dois interesses específicos da abordagem: de um lado, aponta para a negação da existência de qualquer evento, fenômeno ou variável que escape ao

mundo físico, que não tenha existência identificável no espaço e no tempo (mente, consciência, cognição, nas acepções comuns pelas quais são usadas, por exemplo); de outro lado, aponta o nexó com a idéia de raiz, ou seja, de que o comportamento é a via priorizada de acesso à compreensão da natureza humana. Há, inclusive, alguma confusão na literatura ao ser veiculado, por vezes, que o Behaviorismo Radical, ao apontar como característica a idéia de comportamento enquanto expressão inequívoca da natureza humana, estaria buscando sinonimização com a física social comtiana (e mesmo durkheimiana). Estas, de modo parecido, propunham um naturalismo positivista que acatava supostas “verdades sociais” da natureza humana, como uma “indispensável concentração de riquezas entre os chefes industriais” ou o fato de que “os proletários reconhecerão, sob o impulso feminino, as vantagens da submissão a uma digna responsabilidade”. Nessa última afirmação, por certo Comte fazia referência a Clotilde de Vaux, (sua) venerada figura feminina, com papel central na “religião da humanidade”. Durkheim teria ido mais além, entendendo que a desigualdade social é uma característica natural. Não caracteriza pressuposto do Behaviorismo a existência de qualquer situação social imutável, por certo.

Um outro aspecto altamente relevante é o modelo de causalidade adotado pelo Behaviorismo Radical. A influência dos escritos de Mach sobre Skinner é por ele próprio assinalada: a explicação do fenômeno não pode ser a descrição do fenômeno em si mesmo apenas, mas em suas relações com outros fenômenos ou eventos da natureza. É apenas nesse sentido que “descrever é explicar”, ou seja, no sentido de descrever relações entre variáveis e não apenas descrever características físicas ou morfológicas dos fenômenos. Daí surgirem as relações *funcionais*, onde o aparecimento de variáveis cujos

valores se alteram simultaneamente (VI-VD), mas não necessariamente no mesmo sentido, sinaliza a existência de relações que podem ajudar a compreender fenômenos comportamentais.

Outro aspecto essencial, que pode ser tomado como canônico no Behaviorismo Radical - e, conseqüentemente, na Análise do Comportamento - é a convicção (que apresenta reiteradas situações experimentais ratificadoras) da eficácia da seleção pelas conseqüências. Skinner mantém uma espécie de evolucionismo ontológico, onde o Behaviorismo Radical concebe o ser humano como um organismo que se comporta e, ao se comportar, produz conseqüências, atua e muda o ambiente. As transformações que neste provoca também o modificam, dando ao homem uma possibilidade imensa de intervenção no seu destino e na busca dos objetivos que almeja. O controle pelas conseqüências pode ser identificado no cotidiano e encontra exemplificação diversificada na literatura: nos banhos públicos da velha Roma, onde por alguns cêntimos qualquer pessoa podia desfrutar dos prazeres dessa atividade comum, a procura era intensa; e eles pareciam mesmo reforçadores, uma vez que Cícero dizia que o som do gongo (*discus*), que diariamente anunciava a abertura dos banhos ao público, era "mais doce aos ouvidos que a voz dos filósofos na escola".

O Behaviorismo, ao contrário do que comumente se encontra na literatura crítica, é uma abordagem interativa. O que freqüentemente se lê é que o Behaviorismo Radical considera o ser humano como ente passivo, sujeito aos caprichos da natureza; trata-se da tese do ambientalismo extremado, onde o homem ficaria à mercê das ocorrências do ambiente, a ele adaptando-se e sendo moldado. Nem a essa, nem à tese do ser humano ativo, cuja intencionalidade e objetivos motivam o comportamento, cede o Behaviorismo.

Seu pressuposto, nesse sentido, é de uma interatividade, representada pelo *continuum* existente entre o comportamento individual e os efeitos produzidos no meio. Como disse Skinner já nas primeiras linhas do **Verbal Behavior** (1957), “os homens agem sobre o mundo, modificam-no e, por sua vez, são modificados pelas conseqüências de sua ação”. Portanto, a AEC e o BR não consideram o homem um ser passivo. Ele não é apenas parte do cenário, mas ator que tem papel decisivo na cena e que interage com os eventos físicos, químicos, biológicos, sociais presentes nesse cenário: trata-se, portanto, de uma ciência que busca trabalhar, mais do que com o próprio comportamento, em suas características morfológicas, com o comportar-se dentro de um contexto determinado.

Se não um pressuposto, ao menos um outro traço característico do Behaviorismo Radical é sua consideração sobre a continuidade entre as espécies. Há uma aposta na evolução filogenética e, conseqüentemente, na evolução das espécies. Evidentemente, a distância entre o homem e as demais espécies, quanto àquilo de que ele é capaz (em termos de variabilidade e complexidade do comportamento), é enorme, o que sinaliza uma diferença quantitativa. Ocorre, além disso, que essa diferença parece de tal monta que acaba assumindo características qualitativas, dando margem a que pensemos no homem como absolutamente diferente dos outros animais e que, portanto, necessitando de uma ciência especial para estudá-lo. Por outro lado, uma vez que a Análise do Comportamento, principalmente em seus primórdios, muito valeu-se de experimentos controlados de laboratório (o que até constituiu parte do programa de pesquisa de Skinner - note-se a intensidade de suas pesquisas em laboratório com Ferster, sobre esquemas de reforçamento), há na literatura uma queixa de que os analistas do comportamento procederiam a

generalizações descuidadas, imediatas e indevidas das descobertas feitas com sujeitos de outras espécies animais para o homem. A queixa principal refere-se ao volume de trabalhos já feitos com o rato *wister*, especialmente na área de esquemas de reforçamento e controle de estímulos. Entretanto, dentro do delineamento de sujeito único, um dos pressupostos é justamente a replicação sistemática, de modo que, sob condições metodológicas equivalentes, mas com sujeitos diferentes, ou com sujeitos equivalentes, mas sob condições metodológicas ligeiramente distintas, as pesquisas vão corroborando (na verdade, no dizer de Popper, deixando de refutar) as asserções acerca das relações funcionais entre comportamento e ambiente. Atualmente, além disso, o volume de pesquisas com seres humanos já é imensamente maior do que com outros animais; nem por isso os resultados têm mostrado conflitos com o que freqüentemente se encontrou em outras espécies. Como em outras ciências, além disso, empecilhos de natureza ética são evitados, mediante a experimentação com outras espécies, antes que com seres humanos.

Skinner opõe-se diretamente ao conceito de validação e precisão de conceitos e resultados de investigações científicas baseadas no consenso, ou seja, a partir do acordo entre observadores. Busca evitar a possibilidade de que o cunho corporativo comumente característico de outros empreendimentos, esteja presente no fazer científico. Assim, prefere a validação de conceitos e princípios através de sua utilidade, refletindo uma influência pragmatista clara: o que é útil é verdadeiro, no sentido da priorização da avaliação da funcionalidade de procedimentos em contrapartida ao consenso fortemente influenciado pela lógica do operacionismo e pela filosofia do empirismo lógico. Nessa perspectiva, o pragmatismo é considerado como uma abordagem tipicamente norte-americana dentro das correntes

filosóficas. Sob os auspícios de Charles Peirce e William James, influenciou John Dewey e, mais recentemente, filósofos como Willard Van Orman Quine, Hilary Putnan e Richard Rorty. Na sua forma clássica, o pragmatismo vertido à interpretação epistemológica ou gnoseológica da ciência pretende que a verdade de uma proposição seja medida por sua correspondência aos resultados experimentais e pelas suas conseqüências práticas. O pragmatismo de natureza ético-política tem sido alvo de constantes ataques, especialmente por se julgar que excluiria o recurso a reflexões teóricas ou valorações baseadas nos princípios do livre-arbítrio. O cuidado que se deve ter, naturalmente, é no sentido de vigiar para que tal pragmatismo não se transforme em utilitarismo fácil a serviço de qualquer empreita: daí, a necessidade de também se estudar consistentemente as variáveis que controlam o comportamento do próprio cientista.

Há, no Behaviorismo Radical, outra característica fundamental, que é uma visível rejeição ao mentalismo. Skinner sempre manifestou entender as explicações mentalistas como referentes a outro estofo, que não o físico a partir do qual ou no qual se insere o comportamento. Sendo monista fisicalista, Skinner rejeita a idéia de que eventos mentais “causem” eventos comportamentais, considerada essa dicotomia de natureza dual, ou seja, os eventos mentais não possuiriam estofo físico (na definição mais comumente encontrada), enquanto os eventos comportamentais seriam de natureza material. Com isso, Skinner quer sinalizar para os perigos das explicações mentalistas refletirem uma explicação que acaba remetendo ao conceito de homem autônomo: para explicar o comportamento, apela-se a uma espécie de homúnculo dentro do próprio homem, o que remete a uma cadeia interminável de causas intermediárias. Há, portanto, uma rejeição ao conceito de mente

quando esta não sinonimiza cérebro: remete invariavelmente a um evento não natural, numa espécie de ficção explanatória que autoriza sugerir outros verbetes "causais", como *vontade, ego, livre-arbítrio, cognição, vontade, desejo*. Skinner não rejeita esses termos em si, portanto, mas seu uso como eventos causais do comportamento; a eles atribui serem controlados pelos mesmos tipos de variáveis que controlam qualquer comportamento, público ou privado. É clássico o exemplo do traço de agressividade, onde se pergunta por que certa pessoa é "agressiva", ao que a pronta resposta é, mais ou menos, "porque se comporta agressivamente, é fácil observar"; em contrapartida, se a pergunta se inverte, como em "por que tal pessoa se comporta agressivamente?", a invariável resposta é "porque é agressiva". Guardadas as devidas proporções, é essa circularidade que acaba acontecendo quando se apela a constructos hipotéticos de outra natureza que não a natureza dos eventos cuja causa deve ser explicada (comportamento). Mesmo a técnica introspeccionista rudimentar, muito antes das relevantes contribuições do cognitivismo, exemplifica essa circularidade: nesse modelo de investigação, a causalidade é conjecturada a partir de três instâncias, quais sejam a recepção de impressões do mundo por um indivíduo passivo; a fixação dessas impressões em sua mente ou outro construto, constituindo sua consciência; a consciência como agente responsável por ou constituindo local onde ocorrem os processos responsáveis por nossas ações, tornando explicadas suas causas. A superação do obstáculo da postulação de eventos mentais intermediando as relações entre comportamento e ambiente está a caminho. Evidentemente, muitos anos e muita pesquisa ainda serão necessários para que a investigação dos mecanismos neuronais da seleção pelas conseqüências seja tecnologicamente passível de descrição, mas exemplos interessantes já são apresentados na

literatura. Como explicita Galvão (1999), a AEC, na atualidade, dispõe sobre vários dados que superam concepções teóricas como a da localização da memória em proteínas e em corpos celulares, substituindo-as pela idéia de redes neuronais em que as sinapses assumem papel central. Nesse sentido, a abordagem biocomportamental, para o mesmo autor, representa uma sinalização da evolução das teorias científicas, o que implica, sistematicamente, numa superação de dicotomias. Não é consensual a avaliação do avanço científico nessa área: para Catania (1999), por exemplo, “a neurociência tem dado apenas uma atenção limitada aos mecanismos de seleção ontogenética” (p. 378). Entretanto, retomando, no caso citado por Galvão, a “teoria do reforço”, baseada na dicotomia operante-respondente, e a relação entre AEC e processos neurofisiológicos são revistas pela abordagem biocomportamental, fundada no princípio unificado do reforçamento, proposto a partir da “interpretação de evidências experimentais bioquímicas, anatômicas e fisiológicas de que o reforçamento envolve o aumento da eficácia sináptica e a formação de redes neurais correspondentes ao fortalecimento das relações ambiente-comportamento. (p. 49)

Outro pressuposto essencial do Behaviorismo Radical é seu compromisso com o determinismo. Há que ressaltar sobre que tipo de determinismo está em jogo. Não se trata de qualquer espécie de fatalismo, mas de assumir, apenas (mas com muitas conseqüências científicas) que todo e qualquer evento da natureza possui uma causa, embora ela possa ser por nós desconhecida. Trata-se de um pressuposto e, portanto, sem ele nenhuma outra ação da Análise do Comportamento seria possível. O Behaviorismo Radical acaba adotando uma espécie de verdade probabilística, em substituição a qualquer tentativa próxima de um dedutivismo que conduza a uma espécie de verdade absoluta.

Utilizada a observação como principal instrumento de aferição dos eventos sob situação de teste, o resultado apenas pode ser expresso em termos probabilísticos, incorporada aí a idéia de erro experimental devido a instrumentos e tantas outras variáveis que podem afetar quaisquer medidas. Assumir a idéia do determinismo probabilístico implica um compromisso, ainda, com a possibilidade de se elaborar leis sobre o comportamento, na medida em que se passa a investigar, via paradigma das relações funcionais, as variáveis das quais o comportamento é função. Como analisa Abib (1997), parece que Skinner enfatiza de modo diverso o determinismo no comportamento reflexo e no operante, ao menos nos seu primeiros escritos: tal determinismo seria tendente a absoluto no primeiro caso e certamente probabilístico no segundo. O comportamento, portanto, é encarado como ordenado, explicável, previsível e controlável, o que não significa, necessariamente, que sempre se esteja diante de uma situação explicada, prevista e controlada, face às limitações tecnológicas ou da dificuldade de acesso comumente encontradas. A questão do determinismo vem sempre associada à do livre-arbítrio. Nessa polêmica, as posições são bastante conhecidas e, no mínimo, interessantes, como mostra Baum (1999):

Os críticos do determinismo argumentam que a crença no livre-arbítrio é necessária à preservação da democracia e moralidade em nossa sociedade. Os behavioristas argumentam que provavelmente o oposto é que é verdadeiro - uma abordagem comportamental de problemas sociais pode aperfeiçoar a democracia e favorecer o comportamento ético. Quanto à estética, os críticos do livre-arbítrio observam que ele é ilógico quando associado à noção de um Deus onipotente (como

geralmente o é). Quer um ato seja atribuído a eventos naturais ou à vontade de Deus, ainda assim ele não pode, pela lógica, ser atribuído ao livre-arbítrio do indivíduo. Os defensores do livre-arbítrio retrucam que, dado que os cientistas nunca podem prever em detalhe as ações de um indivíduo, o livre-arbítrio permanece possível, ainda que seja um mistério. Os behavioristas respondem que é precisamente sua natureza misteriosa que o torna inaceitável, porque levanta o mesmo problema que outras ciências tiveram que superar: como uma causa não-natural pode levar a eventos naturais? Os behavioristas dão a mesma resposta que as outras ciências deram: os eventos naturais provêm somente de outros eventos naturais. (p. 34)

Também é importante considerar outra característica do behaviorismo skinneriano: a prevalência do monismo fisicalista. Skinner sempre rejeitou qualquer dualismo, entendendo que do ambiente ao comportamento, das variáveis antecedentes à variável dependente, todos os fatos se passam em apenas uma espécie material de mundo, de natureza física. Esse preceito, evidentemente, evita a inserção de causas intermediárias, como o fazem algumas vertentes cognitivistas, por exemplo. Tal afirmativa não significa dizer que Skinner opta pelo paradigma da caixa preta, ou seja, que vá ao limite absurdo de excluir o cérebro ou tudo que nele (e em outras partes do corpo) acontece num episódio de observação das relações entre um organismo e seu ambiente. O que acontece é que Skinner entende possível a construção de um enfoque consistente mediante a observação dessas duas “pontas” do fenômeno, sem descartar os grandes esforços da biologia em compreender, ao longo dos

seus avanços tecnológicos, o que se passa em termos neurológicos e fisiológicos dentro do organismo (no cérebro, especialmente). Do monismo fisicalista decorre um compromisso epistemológico de Skinner com a rejeição a alguns tipos de teoria. Aliás, essa sua decisão implicou críticas diversas na literatura, que lhe outorgaram designações de “a-teórico” e de “anti-teórico”, como se Skinner fosse avesso a qualquer tipo de conjectura em ciência, por conta de ater-se tanto aos dados experimentais. Já em 1950 Skinner tenta desfazer esse engano, mostrando que embora seja verdadeira a priorização dos dados sobre as conjecturas, destas não se pode prescindir em hipótese alguma, mesmo porque cada ida ao laboratório é precedida, ou é investida de um conjunto de conceitos, de idéias, de hipóteses informais. Na verdade, duas são as respostas apresentadas por Skinner à questão “teorias são necessárias?” (Carrara, 1994): 1) Sim, se se trata da expressão de relações uniformes, com a representação de dados reduzida a um número mínimo de termos; 2) não, se se pretende a explicação de um fenômeno com apelo a ações que ocorrem em outro lugar, em outro nível de observação e que sejam medidas conforme outras dimensões que não as derivadas da própria situação e do comportamento envolvidos. O próprio Skinner explicita, em entrevista a Evans (1968):

Eu tenho sido chamado de anti-teórico, provavelmente por causa do artigo que escrevi, intitulado *Are Theories of Learning Necessary?*, onde tentei definir cuidadosamente o que eu entendia por teoria. Eu a defini com ênfase na explicação do comportamento em termos de fatores de outra dimensão, tais como a mente ou o sistema nervoso. Teorias desse tipo eu não acredito serem essenciais ou trazerem ajuda. Ao contrário, são perigosas, causam vários tipos de problema. Mas eu vejo a

elaboração de uma teoria geral do comportamento, com a reunião de um grande número de fatos, como uma coisa possível no futuro. Essa espécie de teoria eu estou muito interessado em promover e me considero, nesse sentido, um teorizador. (p. 88).

Skinner, todavia, não previu quantos desencontros seu artigo e suas declarações, apesar de sua clareza, ainda provocariam. A idéia de que ele rejeitava teorização, por parte da maioria dos não analistas, foi tomada ao "pé da letra", de modo a se julgar pretensiosa sua abordagem que, em tese, sugeria uma "física do pensar". Também por alguns analistas do comportamento foi interpretado incorretamente, no sentido de que a pesquisa é o que vale (especialmente a pesquisa básica), nada interessando ou em nada contribuindo qualquer trabalho de investigação teórica. Entretanto, essa posição, que acredita que quem faz avançar o conhecimento científico é unicamente o pesquisador, não o filósofo da ciência ou o epistemólogo, acabou desacreditada completamente, uma vez que em desacordo frontal com a própria concepção do Behaviorismo Radical enquanto filosofia de ciência da Análise Experimental do Comportamento. Ou seja, alguns pressupostos são sempre necessários em qualquer fazer científico, uma vez que é sobre eles que se organiza um sistema compreensível de dados dos fenômenos da natureza.

Algumas confusões conceituais se estabelecem amiúde no campo epistemológico. Uma delas é a já mencionada idéia de que o Behaviorismo Radical prescindia dos eventos privados. De certo modo, isso é característica do Behaviorismo Metodológico. Skinner frisa em vários momentos que não se deve entender que haja qualquer descuido com a questão dos eventos privados. Assim, reitera que público e privado não equivalem necessariamente a

observável e não observável, nem a objetivo e subjetivo, nem, muito menos, a real e fictício. A distinção entre público e privado é uma distinção entre fronteiras, mas não de natureza. Nesse sentido, todos os eventos comportamentais e o contexto articulado a eles são de natureza física. Skinner mantém, por outro lado, uma visão molar do comportamento, em contraposição a uma visão molecular. Isso significa a necessidade de se compreender o comportamento como um todo. É apenas instrumental o uso explicativo de uma resposta que passa a ter sua probabilidade de ocorrência controlada pelas conseqüências que produz. Na verdade, a AEC estará sempre tratando de classes de respostas e de um conjunto de variáveis entrelaçadas que é responsável pela ocorrência de comportamentos. Apenas simbolicamente é possível falar em uma resposta particular diante de um estímulo discriminativo, produzindo uma conseqüência específica. O comportamento está sempre organizado numa rede de relações, num encadeamento infinito, do qual se faz um corte toda vez que se pretende esmiuçar uma explicação da lógica funcional. Mesmo alguns behavioristas às vezes se enganam, com a idéia de ambiente fragmentário (por vezes lidando com conseqüências minimizadas), esquecendo-se de que precisamos trabalhar com um ambiente integral, um contexto complexo que abriga a conjugação de variáveis interdependentes). Como informa Chiesa (1994) "o sistema de explicação do behaviorismo radical focaliza as relações entre as pessoas se comportando e suas conseqüências - comportamento no contexto..." Nesse behaviorismo, "as pessoas são compreendidas como todos indivisíveis, atuando no e com o seu ambiente, mudando e sendo mudadas pelo contexto e pelas conseqüências do seu comportamento".

A idéia de contexto, embora tenha mais recentemente sido remetida à obra de Pepper (1942), presentifica-se no Behaviorismo Radical via Skinner na sua concepção de ambiente, estando inexoravelmente articulada com a concepção de causalidade. A literatura tem mostrado inúmeros equívocos conceituais. Um deles, retomado tanto por Chiesa quanto por Morris, implica a metáfora do pensamento mecanicista. Ao entender, erroneamente, que o behaviorismo skinneriano é uma “psicologia estímulo-resposta”, de paradigma S-R (estímulo-resposta), a crítica tem associado essa concepção a uma visão mecanicista de homem, onde se faria uma interpretação equivocada de causalidade, isto é, o Behaviorismo Radical defenderia que a cada alteração de alguma “peça” da “máquina” corresponderia uma alteração no seu funcionamento geral. Da mesma maneira, o suposto “conserto” da peça quebrada corresponderia a uma volta à normalidade. Nada mais equivocado. O paradigma do Behaviorismo Radical não é o S-R, mas, no máximo, um ...R-Sr, onde as respostas ocorrem num contexto composto por estímulos discriminativos e outras condições precedentes e são seguidas de eventos cujo efeito é genérico para uma classe de respostas, mediante um processo de seleção pelas conseqüências. Note-se que é essa a análise que leva à busca da compatibilidade com o instrumento conceitual do contextualismo. O Behaviorismo Radical, portanto, faz uso de uns tantos pressupostos e notabiliza-se por outras tantas características peculiares, que alimentam e mutuamente são alimentadas pela Análise Experimental do Comportamento. Resumindo e reiterando, ao menos uma dez ou doze são passíveis de serem elencadas: 1) *Radicalidade comportamental*, significando, essencialmente, uma negação à causalidade através de eventos não físicos (inclusive, nesse sentido, eventos mentais); também significando, ao invés da idéia leiga de abordagem

intransigente, porque radical, uma abordagem que valoriza totalmente o comportamento enquanto via de compreensão da natureza humana; 2) *Modelo de explicação causal*, adotando a máxima machiana do "descrever é explicar"; descrevem-se relações entre variáveis e não somente o comportamento; a AEC interessa-se no *como* as variáveis se relacionam, no *de quê* variáveis o comportamento é função, mas não necessariamente no *por quê* determinado fenômeno acontece; 3) *Viabilidade das leis do comportamento*, sendo pressuposta uma imensa variabilidade no comportamento dos organismos, mas também suposta a existência de regularidades de comportamento entre os organismos vivos; esse pressuposto é que permite aceitar a possibilidade de leis gerais que regem o comportamento de cada indivíduo, sob condições (contexto) equivalentes; 4) *Seleção pelas conseqüências*, considerando que ao comportar-se, o organismo produz conseqüências, que por sua vez alteram a probabilidade de ocorrência de respostas similares (utilizando o conceito de classe de respostas) àquela que foi diretamente reforçada; a seleção pelas conseqüências, nesse sentido ontogenético, é aplicada à AEC de modo similar à lógica da evolução filogenética darwiniana; 5) *Continuidade x continuismo entre as espécies*, uma característica importante para o Behaviorismo Radical, uma vez que decorre do pressuposto de que há uma linha de continuidade entre os diversos organismos, embora, de fato, exista um grande vazio entre as competências filogenéticas da "última espécie mais evoluída" que eventualmente se apresenta na escala e o próprio *homo sapiens*. Essa "distância" é, evidentemente, imensa, talvez imensurável, de modo a fazer-nos tentados sempre a concluir que a diferença seja de uma outra natureza, qualitativa e que, por conta disso, seja necessário um outro método científico para estudar o ser humano; 6) *Rejeição ao conceito de ciência como acordo*

intersubjetivo - Skinner rejeita a idéia de acordo entre observadores para garantir qualquer tipo de atribuição de verdade a fatos científicos, passando a adotar as influências da filosofia pragmatista, em que busca a compatibilidade entre os resultados experimentais e a consequência prática como critério para o avanço científico; 7) *Rejeição ao mentalismo como via de causalidade* - Skinner não rejeita a mente enquanto conjunto de reflexões, muito menos a mente enquanto conjunto de condições neurofisiológicas necessárias à viabilização das relações entre ambiente e comportamento e muito menos a mente enquanto massa corpórea cerebral; o que Skinner e o Behaviorismo Radical rejeitam é o mental enquanto causa do comportamento, é o comportamento encoberto, o evento privado, enquanto causas do comportamento aberto; ele entende que os eventos privados, enquanto comportamentos, têm causas de natureza equivalente aos eventos abertos, sendo a diferença apenas de acessibilidade, mas não de estofo; 8) *Rejeição às explicações teleológicas* - o Behaviorismo Radical também adota como pressuposto que a probabilidade de ocorrência do comportamento está relacionada à consequência que o mesmo obteve no passado; ou seja, há uma explícita rejeição à idéia de intencionalidade, teleologia, propósito, objetivação do indivíduo que se comporta, o que, levado ao extremo, conduz a algumas divergências cruciais com setores do cognitivismo e da filosofia da mente, para exemplificar; 9) *Prevalência do determinismo probabilístico* - O Behaviorismo Radical assume-se como determinista no sentido de admitir que todo comportamento (e, de resto, todo evento da natureza) tem alguma causa, sendo essa causa entendida de modo que para esse evento é sempre possível existirem variáveis a ele relacionadas; não havendo evento sem causa, indeterminado, espúrio, é possível buscar leis que regem a natureza humana e é

possível, no limite, fazer ciência; 10) *Prevalência do monismo fisicalista* - Essa característica tem grande importância na eventual validação do conhecimento produzido pela Análise Experimental do Comportamento; Skinner e seus seguidores admitem apenas um único estofa de que é feito o mundo em que se dá o comportamento e a natureza humana em geral: o mundo físico; dito de outro modo, Skinner rejeita o dualismo corpo-mente e, com isso, qualquer explicação do comportamento em que ele próprio e suas eventuais causas sejam de estofa ou natureza diferentes, uma física, material, e outra não física, espiritual, mental e assim por diante. Isso não deve ser confundido com a dicotomia público-privado, para Skinner determinados conforme o mesmo processo; assim, não é porque o evento está sob a pele que sua natureza muda; do mesmo modo, não é porque é público que é mais objetivo ou mais real que o evento privado; Skinner defende vivamente o estudo dos eventos privados e desde 1957, com seu **Verbal Behavior**, já mostra a importância que estes, especialmente no contexto do comportamento verbal, têm para a Análise do Comportamento; 11) *Visão molar, em contraposição à visão molecular* O Behaviorismo tem sido criticado como sendo reducionista, porque ao analisar respostas e comportamentos, deixaria de ter uma visão do organismo como um todo; esse é um dilema da própria ciência, não apenas do Behaviorismo; passa a ser uma ilusão metodológica, epistemológica e filosófica, imaginar a possibilidade concreta de analisar o organismo como um todo, de uma só vez; quem faz supor que olhando para outrem é possível adivinhar comportamentos, está entre a ingenuidade metodológica e o charlatanismo ético; por outro lado, quem olhe, de fato, apenas de um ângulo ou para um ângulo do comportamento, pensando que compreende todo o ser humano em sua integralidade, também está muito distante da realidade; esse é um dilema crucial para a Psicologia;

creio que em razão de sua própria origem no laboratório experimental, onde há controle quase absoluto de variáveis estranhas, o Behaviorismo acabou generalizando para sua prática algumas intervenções pontuais. Skinner tem defendido que mantém uma visão molar e não molecular, não reducionista, não atomista do comportamento, uma vez que está preocupado com as relações do organismo com o ambiente. Entretanto, a prática nem sempre corresponde claramente a essa preocupação skinneriana. E é também em função desse problema que o presente trabalho busca veicular a possibilidade de utilização do contextualismo de Pepper como ferramenta útil, senão com implicações experimentais imediatas, ao menos como reflexão teórica relevante, para enfatizar a necessidade de uma análise de contingências mais vertical e mais ampla, compatível com a noção de metacontingências ora em franco desenvolvimento; 12) *Concepção de homem passivo, ativo ou interativo* - Uma outra questão candente na epistemologia do Behaviorismo Radical é aquilo a que freqüentemente se designa como "concepção de homem". O Behaviorismo é criticado por ser ambientalista, dando pouca ou nenhuma importância às intenções e propósitos individuais. Nada mais equivocado. A Análise do Comportamento estuda exatamente as interações entre esse organismo e o ambiente, mediadas pelo comportamento. Ou seja, a AEC busca a descrição das condições sob as quais o comportamento ocorre, bem como as conseqüências que acontecem em função desse comportamento. É paradigmático, portanto, que a AEC seja interacionista, ao contrário das freqüentes críticas que recebe, por supostamente considerar o organismo passivo diante do ambiente.

Dentro desses pressupostos e características, é que os analistas do comportamento que buscam recuperar os escritos de Pepper e aplicá-los como cenário filosófico maior do Behaviorismo Radical entendem as compatibilidades

teóricas do contextualismo com o desenvolvimento atual e futuro desse edifício teórico.

Stephen Coburn Pepper (1942) é um dos usuários da expressão *contextualismo*, mas certamente não o único. Reconhecida autoridade na área de estética, mas não com interesses tão claros quanto à epistemologia do conhecimento científico, propôs uma taxonomia de visões de mundo (ou hipóteses cosmogônicas) baseadas em metáforas-raiz. Tais hipóteses cosmogônicas teriam “alcance ilimitado” (p. 77), quer dizer, trata-se de um constructo nuclear que constitui a metateoria implícita da qual se derivam as proposições teóricas e hipotéticas subordinadas. Conforme Sarbin, apud Botella (2002),

A criação e o emprego de metáforas-raiz é um fenômeno comum a todo ser humano, não exclusivo de filósofos ou cientistas profissionais, e pode equiparar-se à criação e emprego de metáforas em geral. Uma forma de dar sentido a uma experiência nova para a qual momentaneamente não dispomos de constructos pessoais diferenciados é reconhecer alguma semelhança parcial entre o novo evento e outros que sejam mais familiares. O reconhecimento de tal semelhança parcial constitui a base para a analogia lingüística, expressa mediante o recurso da metáfora. Por exemplo, quando alguém afirma que “para chegar às metas que alguém se fixa é importante ir rápido e não voltar o olhar para trás”, está empregando a metáfora implícita da vida como viagem. As metáforas-raiz dos sistemas metafísicos são construídas para responder a perguntas cosmológicas tais como: Qual é a substância do mundo? Qual é a

essência da criação? O que é a humanidade? Encontrar respostas a perguntas tão abstratas fomenta a construção e o uso de metáforas. Em princípio, as metáforas são criações poéticas. Quando se “coisificam”, congeladas em padrões de crenças rígidos, dão lugar a sistemas metafísicos. (p. 15 de versão *on-line*).

Pepper propôs uma classificação de “visões de mundo”, na verdade uma classificação das categorias paradigmáticas mais conhecidas do que poderia genericamente ser chamado no mundo da epistemologia ou da filosofia da ciência de metáforas-raiz. Esse autor analisa o animismo, o misticismo, o formismo, o organicismo, o mecanicismo e o contextualismo, detendo-se nos últimos quatro.

Muito genericamente, o *formismo*, originário do realismo platônico, manteria as idéias como as únicas realidades objetivas, capazes de existir independentemente dos objetos captados pelos nossos sentidos; o sujeito é capaz de apreender o objeto somente na medida em que se dá conta de que este último está associado a dimensões produzidas pelo próprio sujeito que percebe. Sua metáfora-raiz é o isomorfismo ou a “similaridade”, no sentido geométrico referente a duas ou mais estruturais formais. Baseia-se, portanto, na existência de formas ou tipos universais, que permitem desvelar a essência de um fenômeno e torná-lo claro e acessível em seguida. Segundo White, apud Botella (2002):

O pensamento formista considera uma explicação como cabal quando um determinado conjunto de objetos tenha sido identificado e tenha sido relacionado a uma classe com

atributos genéricos e específicos, dando-se-lhe um rótulo que ateste essa particularidade (p. 15 da versão *on-line*).

Na Psicologia, o estruturalismo e as teorias de traços de personalidade seriam um exemplo de modelos formistas.

O *organicismo*, por vezes considerado uma forma de idealismo absoluto, na linha hegeliana, aparece metaforicamente como um cosmos em que os fatos ocorrem numa determinada ordem e pelo que, se seus exemplares são suficientemente conhecidos, podem ser preditos ou ao menos descritos. Apenas em sentido genérico, esse sistema metafísico constituiria substrato para a teoria da probabilidade e a estatística. Entre os modelos psicológicos organicistas tem sido classificada a maioria das teorias evolutivas (especialmente a de Piaget). Sua metáfora-raiz é o conjunto de órgãos de um organismo vivo e o seu sistema de ações.

O *mecanicismo*, originário da lógica cartesiana e conhecido principalmente através da conceituação newtoniana do mundo, sustentaria que o universo está composto de partículas materiais e manifestações energéticas, sendo que tudo o que delas está formado opera mediante leis físicas estabelecidas e pelas quais se pode conceber um mundo mecânico e totalmente determinado. Naturalmente, esses componentes funcionariam dentro de um sistema fechado, mantendo a idéia de causalidade linear, independência e unidirecionalidade de variáveis. O Behaviorismo Metodológico, na Psicologia, e o empirismo radical ou positivismo lógico, na filosofia da ciência, têm sido criticados por serem originários e originarem concepções e pensamentos mecanicistas. Também não escapam dessa pecha a Psicanálise (por sua formulação inicial do aparato psíquico interno), assim como o cognitivismo (em

parte associado à metáfora do computador). Obviamente, sua metáfora-raiz é a idéia de máquina em funcionamento.

O *contextualismo*, enquanto sistema metafísico relacionado com o pragmatismo de Pierce e James, guarda intensa similitude com a idéia de sistemas, embora essa expressão não fosse contemporânea de Pepper no que respeita à idéia de organização complexa de mundo. Sua metáfora-raiz é o acontecimento histórico (ato no contexto) e seu critério de verdade é o princípio pragmático do “verdadeiro, se funcional”. Essa metáfora, se levada a extremos, pode avançar em direção a um perigoso relativismo metodológico, uma vez que existem muitas formas de ver qualquer fenômeno, dependendo do contexto de que emana e, em consequência, resta negada a existência de absolutos, pois todo acontecimento adquiriria sentido apenas na medida em que se considera seu entorno.

Quando apresenta o formismo, mecanicismo, contextualismo e organicismo, Pepper (1942) sugere que poderiam se agrupar em uma ordem lógica superior: categorias analíticas e sintéticas. Nessa perspectiva, os enfoques analíticos, representados pelo formismo e pelo mecanicismo, implicariam subordinar a análise à síntese, todavia esta última aparecendo como secundária, passível ou não de acontecer, dependendo da situação. Baseiam-se, então, numa concepção atomista de realidade, segundo a qual um fenômeno deve ser decomposto e reduzido a seus componentes para ser compreendido completamente. Em contrapartida, as visões sintéticas de mundo, representadas pelo contextualismo e pelo organicismo, priorizam a síntese sobre a análise, que se considera apenas um caso particular e antecedente à primeira. Consideram que o todo dá sentido às partes e que decompor um fenômeno em outros componentes implica alterar sua integridade

essencial e, portanto, toda compreensão assim baseada acaba sem sentido: daí os exercícios literários já havidos de associar a idéia de contextualismo, pelo menos, às origens da Psicologia da Gestalt, quanto à questão das relações todo-partes.

O contextualismo pepperiano, enquanto derivação do pragmatismo de Peirce, e para o qual encontram-se antecedentes em Aristóteles, Sócrates, Berkeley, Hume e James, assume a idéia de que “a finalidade do homem é a ação”, no sentido de que os efeitos que possam ter alcance prático conteriam o objeto que se pretende analisar. Nessa linha, o contextualismo constitui-se de eventos dinâmicos intrinsecamente complexos, compostos de atividades interconectadas e em constante mudança, aos quais se concebe como “fatos históricos” ou “eventos históricos”. Dessa forma, para entender a realidade, será necessário passar de um enfoque analítico a outro de tipo sintético e integrador. Daí surgem as categorias ou gêneros maiores do contextualismo, que são *qualidade* e *textura*. A qualidade seria a totalidade, ou caráter total de um evento dado. A textura consistiria nos detalhes e relações que constituem essa totalidade. A qualidade se comporia de uma extensão, que é a duração compreendida dentro de uma experiência momentânea. Corresponderia ao que em Psicologia se conhece como “o presente sentido” (percebido), que contrasta com o presente físico, isto é, compondo um vínculo idealizado entre o passado e o futuro. A qualidade também manteria como característica distintiva a fusão, que se explica mediante a metáfora da limonada de William James: não se podem deduzir as características da limonada a partir da soma das características do limão, da água e do açúcar, o todo é mais do que a soma das partes. Quanto à textura, refere-se à forma em que estão constituídos os eventos em si, seus componentes e relações, ao que Pepper chama de enlaces,

ou elos. Estes poderiam se apresentar mediante três referências: a) uma referência linear, representando as ações contínuas e sua direção natural do passado ao futuro; b) uma referência convergente, representando ações contínuas, mas agora complexas, onde várias ações iniciais incidiriam em um final comum, o inverso sendo também possível: uma ação inicial convergindo para vários fins; c) um bloqueio, enquanto evento interrompido a partir de outras ações não previstas. Em inextricável relação com a textura estaria o contexto, tudo quanto exista ao redor do evento e que interage constantemente com este. Trata-se do entorno, que Pepper diz não se poder ignorar quando se tenta conhecer uma qualidade ou uma totalidade. Desse modo, dado que nada "é", senão que "está sendo", no sentido de Heráclito, tudo aquilo que se conhece ou que é suscetível de conhecer-se, é considerado no contextualismo como um evento histórico ou totalidade, cujos componentes, estruturas e interações são conhecidas como texturas. Note-se, evidentemente, que o modo de apontar seu paradigma, por Pepper, não poderia corresponder ao jargão da AEC, vez que, quando lançado, nada tinha a ver com essa possibilidade: tratava-se de quadros teóricos possíveis de visão de mundo, no sentido mais genérico. Aí, o contexto opera como uma plataforma que estabelece relações mútuas entre as texturas diversas. Assim, a forma pela qual se inter-relacionam os componentes típicos do entorno, é gerada pelo total das formas em que cada textura com ele se relaciona.

Para os propósitos da presente análise, interessam as características essenciais desta última categoria, o contextualismo, em função das recentes especulações, na literatura da área, sobre seu perfil compatível com o Behaviorismo Radical. Alguns autores (Biglan 1988, 1992; Hayes, 1988, 1992; Morris, 1988, 1992, 1993, 1994) têm sugerido a hipótese de que a Análise do

Comportamento possa ser concebida com uma ótica contextualista, particularmente em contrapartida à mecanicista. De maneira geral, essa metáfora mantém fundo pragmatista, uma vez que, assentada na idéia do *successful working*, seria um modo de interpretação teórica da natureza (inclusive social), levando em conta a idéia de rede de relações entre fenômenos (comportamentos) sob um conjunto, também em rede, de variáveis determinantes de tais fenômenos.

O contextualismo pepperiano contempla verbos de ação, ou seja, apenas o *ato no e com o* contexto assumem qualquer sentido na natureza. Analisa-se, assim, o estar fazendo, o estar realizando, o estar agindo, de maneira que, representado na ótica da AEC, enfatizaria uma análise multicausal do comportamento, onde eventos estabelecadores, estímulos discriminativos e conseqüências não podem ser analisados individualmente nas suas relações funcionais com o comportamento. Permanece visível, aí, uma contraposição entre as idéias de *contexto* e *circunstância*, por certo expressões que dão bem a clara dimensão do pontual, do localizado, do linear, em oposição à indissociabilidade de variáveis, ao entrelaçamento ou enredamento de condições, ao vínculo complexo entre comportamentos e ambiente. Contexto, nesse caso, passa a representar o conjunto de condições (quer internas, quer externas ao organismo, quer constituam condições físicas, químicas, biológicas ou sociais) sob as quais o comportamento ocorre. Na perspectiva contextualista, o comportamento é invariavelmente visto como um *comportamento-no-contexto*, não podendo ser compreendido com apelo a influências moleculares de fatores ou mecanismos envolvidos na interação. Numa possível Análise Comportamental Contextualista, o contexto organiza-se em contexto histórico e contexto corrente. Nesse caso, o primeiro (seja de

natureza onto ou filogenética) tem o papel de delimitar claramente quais funções de estímulo e resposta são passíveis de ocorrência naquela espécie, com aquela determinada história particular. Isso caracterizaria uma análise funcional voltada para a já decantada (dentro da própria AEC, após Sidman) ampliação da tríplice relação de contingências, atribuindo-se ao próprio contextualismo a condição de traço filosófico ou característica epistemológica sobre que se sustentariam os achados experimentais típicos concernentes à equivalência de estímulos, eventos estabelecedores, metacontingências, redes de relações entre variáveis e temas próximos. A função do contexto corrente, incluindo privação, instruções, dimensão física, social e biológica das condições presentes quando da interação organismo-ambiente, seria a de possibilitar efetivamente a ocorrência de certos comportamentos específicos. O que parece importar (se se pode falar em alguma contribuição do contextualismo pepperiano para o Behaviorismo Radical) é que os estudos teóricos mencionados chamam a atenção dos analistas não para qualquer mudança drástica ou revolucionária no seu paradigma, mas para a necessidade de ênfase decisiva sobre a questão da multideterminação, exigindo um olhar mais atento e sistemático sobre variáveis de natureza cultural, familiar, econômica, educacional, política, entre outras relevantes a controlar o comportamento humano no cotidiano. E, sobretudo, para os enlaces possíveis entre tais conjuntos de variáveis. Parece também evidente que entre a concordância com tais necessidades e a viabilidade tecnológica para tal empreendimento são necessários ainda muitos esforços de pesquisa, que talvez possam ser atenuados na hipótese de a Psicologia interessar-se a curto prazo pelo desenvolvimento de uma Síntese Experimental do Comportamento. Ballesteros

(2002) apresenta o contextualismo funcional de Steve Hayes como sendo uma adaptação das proposições pepperianas aplicadas diretamente à AEC.

Uma Análise Comportamental Contextualista, portanto, além da prevalência do estudo amplo de contexto histórico e contexto corrente, inclui uma rejeição à presença de características mecanicistas no conceito de causalidade empregado. O mecanicismo, obviamente baseado na metáfora da máquina, atingiria uma parte do behaviorismo e uma parte do cognitivismo. No behaviorismo, estaria presente no Ortodoxo e no Metodológico. Traços típicos seriam as tentativas de definir estímulo e resposta, entre outros conceitos, mediante uma perspectiva atomista, elementarista, reducionista, em detrimento de uma visão relacional e funcional própria do Behaviorismo Radical. Também é típica a concepção de que as partes (ou peças) envolvidas na conduta humana têm significado em si mesmas (a consciência, a vontade, a memória, a mente) e de que, sobretudo, teriam função causal.

Para exemplificar de modo quase simplista, fazer uma análise do comportamento de mover as pernas não é o mesmo que analisar o caminhar até uma loja para comprar presentes. No mínimo, porque: 1) os contextos sob os quais os dois tipos de comportamento acontecem são nitidamente diversos; 2) para o primeiro comportamento, não está especificada uma consequência; 3) para o segundo comportamento está especificado um objetivo, que não deve ser confundido como "causa", no sentido teleológico; o que aumenta a probabilidade do comportamento é a história de reforçamento; 4) sobretudo, a análise, sob qualquer medida (frequência, duração, intensidade, topografia), do simples movimento das pernas, no caso, não assegura a compreensão do caminhar, porque omite-se a multideterminação contextual; 5) os eventos controladores do caminhar, provavelmente, remetem à história de

reforçamento do sujeito sobre, diante de contextos similares, ser provável comprar presentes, que por sua vez levam a outras conseqüências complexas de novo analisáveis sob a ótica da história de interações desse indivíduo.

Fundamental: fica claro que a idéia de uma Análise Comportamental Contextualista implica considerar a *unidade psicológica como indivisível e interativa*, de modo que não é razoável tentar explicar o psicológico apenas mediante a análise de eventos particulares: é indispensável o passo seguinte de análise do todo "significativo". Ou seja, da probabilidade de ocorrência atual do comportamento como resultante da história de interações do indivíduo com seu ambiente (em amplo sentido) no contexto histórico. Assim, reiterando, o comportamento será, sempre, um *comportamento-no-contexto e com o contexto* e não pode ser compreendido com apelo a ações isoladas das partes ou mecanismos envolvidos na interação estudada (glândulas, braços, cérebro, cognição, mente). Dois cuidados devem ser tomados aqui: 1) assumir a idéia de *comportamento no e com o contexto*, sem apelo a explicações de mecanismos isolados, não significa negação à influência de outros níveis de análise: uma análise comportamental contextualista não pode prescindir do biológico, do antropológico, do sociológico; 2) assumir uma análise contextualista em que a preocupação é o todo interativo e não as partes não significa, igualmente, que, ingenuamente, se imagine possível visualizar todo o repertório comportamental do indivíduo durante todo o tempo e sob todas as circunstâncias combinadas. Portanto, uma vez mais, não se trata de mudança conceitual na AEC ou no BR. Trata-se de um redimensionamento da ênfase a ser dada na análise das relações entre organismo e ambiente, mediadas pelo comportamento, especialmente na área de controle de estímulos e relações de equivalência, mais recentemente responsáveis pelo início da inserção da AEC no campo das

relações complexas, das redes de relações entre variáveis. Muitas das possíveis e eventuais implicações de uma dinâmica contextualista são absolutamente desconhecidas. Apesar das publicações que agora começam a se multiplicar e dos congressos que começam a ser realizados, pouco existe de óbvio na área, de modo que, embora não se possa afirmar categoricamente a utilidade de sua adoção, parece tornar-se razoável uma ampliação de informações a respeito, mediante pesquisas e ensaios teóricos multiplicados, antes que se defina uma resposta positiva ou negativa dos analistas para o contextualismo. Um certo charme do contextualismo começou a se disseminar em razão da fuga dos analistas do comportamento (Hayes, Hayes & Reese, 1988; Hayes, Hayes, Reese & Sarbin, 1993; Owen, 1997) e psicólogos do desenvolvimento (de variadas linhas) (Reese & Overton, 1970; Lerner, 1986) ao estigma do mecanicismo. Os atrativos do projeto pepperiano colocavam-nos distantes dos demônios do mecanicismo, assim como, no caso específico dos psicólogos do desenvolvimento, deixavam-nos mais confortáveis diante das acusações de organicistas. Place (1997) explicita alguma diferença entre as duas posições:

Para os psicólogos do desenvolvimento todo behaviorismo é mecanicista e deve ser descartado. Para os analistas do comportamento, apenas o fora-de-moda behaviorismo estímulo-resposta, juntamente com a psicologia cognitiva, é mecanicista no sentido de Pepper. Os analistas do comportamento advogam que o behaviorismo skinneriano pode pular fora do mecanicismo e mover-se em direção ao contextualismo. (p.9, versão *on-line*).

Registre-se, reiteradamente, que não se almeja possível qualquer inversão drástica do edifício científico até aqui construído pelo Behaviorismo

Radical. As diversas sugestões de neo-behaviorismos parecem requerer, ainda, de muita pesquisa e muito embate de natureza teórica para configurar qualquer possibilidade de mudança de paradigma conceitual-filosófico, incluído aqui, especialmente, o recém-designado Contextualismo Funcional de Hayes. As pretensões de simples substituição do sistema conceitual e experimental construído pelo Behaviorismo Radical parecem prematuras; preliminarmente, parece que é possível caminhar por um esforço na direção de enfatizar algumas frentes de ação já previstas por Skinner, mas pouco absorvidas, praticadas ou pesquisadas pela AEC, conforme já se descreveu anteriormente. Utilizada a perspectiva de Thomas Kuhn, o Behaviorismo Radical e a AEC parecem ter concretizado um corpo de conhecimentos estável, reconhecível como próximo de ser configurado enquanto sistema teórico-experimental consistente, mas ainda lhes falta completar (ao menos, ampliar muito) as pesquisas sobre comportamentos complexos (particularmente os encobertos). Ao mesmo tempo em que consolida sua identidade, os pressupostos do Behaviorismo Radical, antes citados, nada terão de incompatíveis com uma "ciência da Psicologia" voltada à replicabilidade, à objetividade, ao amplo alcance social. Nesse sentido, a construção de um paradigma unificador não faz refluir o ânimo behaviorista à busca do reconhecimento científico. E, por fim, ao invés de se propor um paradigma alternativo que eventualmente substitua o Behaviorismo Radical, parece caber às novas iniciativas teóricas (como é o caso da releitura behaviorista do contextualismo pepperiano), o papel importante de contribuir para o aprimoramento de sistemas já detentores de reconhecida relevância.

CAPÍTULO III

Dificuldades essenciais no processo de unificação: "concepção de homem" e o problema da causalidade

Noções de causa em ciência: qual ciência?

Não há definição consensual de ciência. Entretanto, o fazer ciência parece ideal canônico de todas as áreas do conhecimento, de modo que, ao menos o resultado desse fantástico empreendimento humano parece ser um conjunto de informações altamente sistematizadas nas quais se pode confiar. Naturalmente, se não há consenso na definição, não haverá consenso no que mais daí vier. Por isso, surgem perguntas sobre o que se pode considerar "resultado" ou "produto" do empreendimento científico, a que nos referimos

quando mencionamos “informações sistematizadas” e, mais, no qual se quer dizer quando se informa que a ciência se baseia em conhecimento em que “se pode confiar”. Alguns atribuem à ciência a conceituação de “corpo de idéias” ou “sistema de conhecimentos organizado” (Bunge, 1979). Tais conhecimentos teriam a característica essencial de constituírem produto da aplicação de uma série de procedimentos crítico-rationais, isentos de dogmas, opiniões, arbítrio, o que se conseguiria mediante a aplicação do chamado “método científico”. Parece, de qualquer modo, que em todos os casos entra em discussão o conceito de método científico, tema, de resto, também altamente polêmico.

Estabelecer as diferenças entre quaisquer outras formas de conhecimento e o chamado “conhecimento científico” pode ser tarefa apenas aparentemente fácil. Talvez se possa falar em diferentes formas de conhecimento, ainda todas elas não consensuais: conhecimento popular, religioso, filosófico, por exemplo. Para exemplificar, talvez se possa dizer que o conhecimento pessoal resulta da experiência individual, constituindo, no mais das vezes, informação íntima, suficientemente refletida, mas não sistematizada e menos ainda publicamente testada mediante procedimentos que permitam replicação. Esse tipo de conhecimento, por suposto distinto do conhecimento científico, pode ser considerado tão importante quanto qualquer outro. As dificuldades da população, veiculadas culturalmente através da tradição popular, têm sido fonte motivadora para a construção e execução de projetos valiosos de pesquisa, por exemplo. Naturalmente, muitas das investigações científicas acabam por desmentir crenças ou conhecimento popular. Porém, o caráter cíclico que inclui o conhecimento científico e o conhecimento popular, ao serem dominados e abandonados, de tempos em tempos, no âmbito da cultura popular, assegura uma parte da dinâmica do

conhecimento humano. O conhecimento religioso, ou teológico, freqüentemente está relacionado à suposição de verdades consideradas infalíveis, indiscutíveis, na medida em que não são vivenciadas a partir do cotidiano, mas constituem verdades reveladas, portanto provenientes de uma instância sobrenatural. Esse conhecimento acaba recebendo sistematizações diversas pelas instituições religiosas (logo, o caráter de sistematização do conhecimento não parece atributo exclusivo da ciência). Acaba disseminado como verdade incontestável que não se testa: é dogma, nele acredita-se ou não. Para exemplificar, se, na ciência, a falseabilidade constitui critério de demarcação, de fronteira entre o que é ou não científico (ao menos a partir dos argumentos popperianos), no conhecimento religioso a imaterialidade remete a verdades intocáveis. Quanto ao conhecimento filosófico, seu estabelecimento parece derivar de uma espécie de experiência refletida, ao invés de provir de experimentação controlada. Embora desde o final do século XIX a academia venha postulando uma gradativa separação entre filosofia e ciência, esboça-se, no presente, uma reaproximação fundada no argumento de que nenhum edifício científico se sustenta quando não apoiado em um substrato filosófico apropriado.

Os tipos de conhecimento possíveis parecem muitos, todos eles com sua respectiva relevância. Como, então, encontrar, senão uma definição concreta, ao menos um conjunto de características e predicados que não sejam aplicáveis a diversos campos do conhecimento, mas exclusivamente à ciência? Esse parece ser um empreendimento difícil e talvez impossível, se apreendido literalmente. A ciência parece ser um empreendimento multifacetado, onde o cientista, adotando o que genericamente se poderia chamar de *atitude científica*, utiliza um *método científico* para melhor conhecer um *fenômeno da natureza* e o resultado é um acréscimo sistemático no *corpo de conhecimentos*. Nem

sempre, entretanto, se adota a mesma atitude científica, nem sempre o método tem as mesmas características e se vale das mesmas técnicas de acesso aos dados empíricos. É de se notar a impossibilidade de se distinguir as atividades científicas de outras atividades humanas com base em uma única propriedade ou característica, embora uma dessas características - o emprego do controle de variáveis e do controle, de forma geral, na observação - esteja mais próxima de ser exclusividade da ciência. Com McGuigan (1981), talvez tenhamos uma idéia bastante coerente de que apenas a combinação de uma série de características pode melhor definir a ciência. Pode haver muitas outras, mas a apresentação sucinta de sete delas será o suficiente para compreender de que ciência se está falando, quando o encaminhamento da discussão tenciona, gradativamente, chegar à lógica adotada nos principais setores da Psicologia, especialmente na Análise do Comportamento:

Objeto de estudo - Parece apenas parcialmente correto pensar que o objetivo da ciência difere dos objetos de outras atividades humanas. Os cientistas parecem trabalhar, via de regra, em terreno fronteiro entre o conhecimento e a ignorância. Aliás, justamente parecem pretender desvelar fatos e acontecimentos que estão no segundo lado de tal fronteira e levá-los para o primeiro. Por isso, em alguma etapa do desenvolvimento do conhecimento é possível que apenas cientistas estejam trabalhando em alguma questão: por exemplo, houve época em que somente médicos, psicólogos e fisiólogos se interessavam por modificações no ritmo respiratório ou da pressão sanguínea que acompanhavam as emoções. Hoje, isso certamente interessa também ao funcionário policial. Não parece ser apenas e exclusivamente em função de qualquer objeto de estudo especial que o cientista se distingue do leigo.

Finalidade - Buscar uma explicação factual, objetiva, empírica e precisa dos fenômenos da natureza, do mundo de forma geral, parece finalidade privilegiada pelo cientista. Nisso, parece estar em aparente conflito com os modos de pensar artístico, filosófico, literário ou religioso. Entretanto, muitos leigos, aos quais não se pode classificar como homens de ciência, perseguem finalidades similares em suas atividades: o investigador policial, por exemplo, precisa estar sempre buscando uma explicação objetiva e fatural para o aparente mistério que está investigando. O empreendedor da área de seguros pessoais precisa de informações muito objetivas das estatísticas de sobrevivência que se aplicam às diferentes faixas etárias que seu plano de seguros quer cobrir. Não há possibilidade, portanto, com base também apenas na característica da finalidade, de se estabelecer uma distinção que nos permita separar ciência do que ciência não é. Não parece suficiente destacar a generalização possível do conhecimento do cientista, em contrapartida com finalidades mais específicas e mundanas de outros profissionais, mas isso não parece argumento suficiente, a rigor, para uma identificação completa e segura do que seja ciência.

Conclusões - McGuigan (1981) continua a explicar que essa também não representa uma característica apenas própria da ciência. A ciência não parece ser capaz de conclusões mais definitivas do que outras áreas. Basta retomar as primeiras teorias e estudos sobre o calor, a luz, a posição da terra no universo e a matéria em geral, para constatar o caráter perecível do conhecimento científico e o caráter tentativo das explicações obtidas pelos pesquisadores. Já não se pensa que o calor seja um fluido sutil, nem que um impulso nervoso seja constituído de matéria que circule com a velocidade da luz, nem que a glândula pineal abrigue fluidos espirituais que dêem vida ao homem. O

pesquisador deve encarar a ciência como um processo de contínua revisão, dado que as conclusões do cientista, num sentido último, não são definitivamente postas nem definitivamente exatas. No entanto, toda conclusão científica deve apresentar uma avaliação cuidadosa dos dados que transpuseram os testes de validação, de modo a prover previsões corretas dos fenômenos.

Predição e controle - Muitos grupos partilham desses atributos: a mãe, tanto quanto o psicólogo, pretende predizer e controlar o comportamento do filho e o faz diariamente, por muitos anos. Todavia, talvez esta característica seja um pouco diferente no caso da ciência. Por "controle" normalmente se entende o caráter de "influência" que o cientista pode ter sobre o comportamento do fenômeno que está sendo estudado. Ao atribuir (ou selecionar) diferentes valores de uma variável independente e analisar os resultados dessa mudança na variável dependente, ele está controlando variáveis. Ao impedir a ocorrência de variáveis estranhas ou ao permitir que elas variem na mesma direção e sentido igualmente e para todos os sujeitos, também o cientista está exercendo algum controle, no sentido de influência ordenada, sobre os resultados de seu experimento.

Teoria versus aplicações

A ciência não parece separar-se do que não é ciência por um interesse na obtenção de explicações de fenômenos e construção de teorias, em detrimento das aplicações práticas. Um cientista pode trabalhar com um desses aspectos ou com ambos. Sua meta pode ser um resultado muito prático ou a descoberta de como se comporta um fenômeno, sem uma visualização imediata de aplicação prática. Nas demais atividades humanas, também ocorre o mesmo: os indivíduos podem estar interessados em tão somente satisfazer uma curiosidade acerca de um evento, interpretando-o a partir de sua experiência pessoal, como

também podem estar interessados em imediata resolução de algum problema do cotidiano. Durante a segunda guerra mundial se atribuiu a um grupo de físicos o projeto Manhattan, para o desenvolvimento da bomba atômica. Embora houvesse trabalho eminentemente científico nesse caso, certamente alguns deles não teriam jamais publicado ou divulgado as descobertas anteriores que levaram a que eles fossem convocados para esse novo projeto. Continua questão candente nos meios científicos a necessidade ou possibilidade de comprometimento social dos projetos científicos.

Terminologia - Frequentemente, tem-se a impressão de que o cientista, por vezes estigmatizado (nem sempre no sentido negativo) pelo suposto genérico uso de vestes brancas e uso de tubos de ensaio, é portador de uma terminologia completamente discrepante da realidade e que apenas cientistas precisam desenvolver. Às vezes, a linguagem científica pode incluir palavras novas ou redefinir o vocabulário existente, até o ponto de parecer mero jargão para o leigo. A linguagem da Matemática (uma ciência formal, não empírica) é um modelo por sua precisão e, às vezes, por seu caráter único. A Física (uma ciência empírica) também faz uso de terminologia própria. Entretanto, a terminologia específica não é privilégio apenas do cientista, nem há nada de místico ou necessariamente hermético nessa linguagem. Apenas eventualmente, por conta da necessidade especial de descrição de um fenômeno de modo inequívoco, ele se obriga a utilizar uma terminologia especialmente formatada para esse fim.

Exatidão - Comumente, diz-se que a exatidão e a precisão, particularmente nos procedimentos de mensuração, distinguem a ciência. Porém, nem exatidão, nem precisão, são propriedades exclusivas dos cientistas. O engenheiro, o

arquiteto, o pedreiro, também precisam trabalhar com precisão para calcular suas obras; o contrário poderia trazer sérios prejuízos a si e à comunidade.

Muitas outras características poderiam ser encontradas no mesmo sentido, aparentemente exclusivas da ciência, mas que podem ser identificadas em outros empreendimentos humanos. Ainda que nenhuma das características já mencionadas diferencie necessariamente a ciência de outras atividades, essas noções não apareceram por acaso: elas *descrevem* a ciência, se as tomarmos numa visão de conjunto, embora cada uma delas, isoladamente, não seja um aspecto *definitivo* da ciência. De qualquer modo, se dentre essas características fosse necessário escolher um princípio único ou predominante, essa escolha certamente recairia sobre o princípio do *controle*, aplicado às variáveis em jogo num procedimento de pesquisa.

Outros tipos de características são atribuídos à ciência por autores diversos. Alguns falam que o conhecimento científico é analítico, no sentido de que procura compreender uma situação global ou um fenômeno complexo a partir de uma investigação acerca de seus componentes particulares. Ao cientista que assim procede, todavia, por vezes é atribuída a pecha de reducionista. Outra característica seria a de que o conhecimento científico tem generalidade. Nesse sentido, fica claro que não existe uma “ciência do particular”, do individual, que busque explicar um caso único. A pesquisa se interessa pela explicação de tipos, espécies, classes de eventos. Ela supõe a existência de regularidade entre os fenômenos da natureza e busca, nessa perspectiva, leis gerais que expliquem esses fenômenos. Ainda outra característica seria a de que o conhecimento científico busca ser sistemático, no sentido de que procura-se a construção de sistemas de referência, modelos, teorias. Na verdade, procuram-se dados que consolidam, derrubam ou

constroem paradigmas, entendidos aqui como sistemas simbólicos de representação de uma determinada teoria científica. O conhecimento científico é conhecido, também, por um certo caráter cumulativo, na direção em que esse acúmulo de informação se faz de maneira organizada e seletiva, o novo conhecimento substituindo o velho com vantagens. Mas nem sempre as antigas convicções são simplesmente abandonadas: trata-se de um processo de superação que via de regra incorpora partes do conhecimento anterior. Outra característica é a de que o conhecimento científico precisa ser testável (no caso das ciências empíricas) ou demonstrável (no caso das ciências formais), sendo a testabilidade uma propriedade de poder ser submetido a testes e aplicável a afirmações gerais, hipóteses formais ou informais, proposições específicas, leis, teorias e sistemas. Testar, nesses termos, não deve ser entendido como o mesmo que confirmar, mas no de que seja possível construir uma situação que permita avaliar as afirmações ou relações entre variáveis sob análise no momento. O conhecimento científico é também preditivo, na medida em que se ocuparia do que é provável, ao contrário, por exemplo, da religião, que se ocuparia de um conhecimento absolutamente certo, porque dogmático e indiscutível.

Todas essas características, naturalmente, só servem à ciência na medida em que tomadas em conjunto. Sua adoção reduz o mito da ciência como atividade distante da realidade, em que seu ator principal é uma figura laboratorial construída no imaginário popular a partir de interesses e atividades sempre discrepantes da realidade e incorporadas por uma personalidade esquisita. Ao contrário, faz-se ciência em todas as áreas, através de muitas pessoas diferentes, com técnicas as mais diversas, sendo

fundamental a aplicação de toda uma lógica própria que apenas a combinação de uma série de características permite compreender.

Como já explicitamos em outra oportunidade (Carrara, 1998):

As atividades de pesquisa constituem a maneira primordial com que se desenvolve a ciência, embora não seja a única: além do trabalho de campo, propriamente dito, há todo um contexto de discussão, comunicações em simpósios, defesas de teses, debates em grupos de pesquisa, estudos pessoais e conseqüente teorização. (...) Nesse sentido, cabe aqui lembrar que estamos discutindo, preliminarmente, a *lógica* da pesquisa científica e as características desta, não um *modelo* de ciência. Nem para todos os tipos de pesquisa se pode ou se deve indicar a metodologia experimental. Por vezes se indica, como na etologia, uma observação de campo, sem interferência alguma sobre o fenômeno. Outras vezes, como na astronomia, pode existir a impossibilidade física de manipulação de variáveis: um trabalho descritivo acurado é requerido nesses casos. Além disso, há que se pensar na dicotomia, para alguns aparente e para outros real, entre pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa... O método, portanto, não pode ser compreendido de modo canônico, com regras rigidamente e definitivamente estabelecidas. O que é fundamental é o conjunto de cuidados que precisam ser tomados para que os resultados de uma pesquisa sejam validados: a cada situação típica se aplica um conjunto de técnicas. O objetivo último da ciência é chegar a uma compreensão do mundo e compreender alguma coisa

apropriadamente parece incluir tanto o que ela é (descrição) como por que ela é como é (explicação). Para chegar a esses objetivos não há modelos prontos, embora haja muitos exemplos e, certamente, há muitas dicas provenientes da própria história da ciência e da metodologia científica... (p. 13-14).

Como já se frisou, muitas definições de ciência, todas elas polêmicas, podem ser encontradas na literatura, sem consenso fácil. Entretanto, para os propósitos do presente empreendimento (a identificação, com auxílio do contextualismo pepperiano, de um instrumento facilitador da procura feita pela Psicologia pela condição de paradigma científico unificado), o ponto de partida é o entendimento científico do analista do comportamento. Assim, é a idéia da ciência feita sob os auspícios do Behaviorismo Radical e da Análise do Comportamento que cabe explicitar melhor, para os propósitos pretendidos. Com Starling (2001):

Teorias são conjuntos discriminados de palavras: sons, modulados de uma certa maneira. Se forem somente pensadas, nem sons são. Assim sendo, teorias não podem, por si mesmas, alterar o mundo físico. Teorias são declarações sobre o mundo que controlam o comportamento da pessoa que as pronuncia, aumentando a probabilidade de que ela responda aos estímulos do ambiente dessa maneira e não daquela. São essas respostas assim diferenciadas que podem mudar o mundo, por introduzir nele estímulos que antes não estavam presentes. (...) Quando o propósito da ação é obter resultados tangíveis no mundo natural, isto é, manipular variáveis de maneira tal que certos

resultados, e não outros, possam ser obtidos, um conjunto de declarações verbais vem sendo selecionado como aquele que melhor tem atendido esse propósito: o *discurso* que denominamos *ciência natural*. O que seria uma ciência natural? Uma *ciência* é um conjunto de declarações verbais sob o controle de contingências bem discriminadas, que constituem assim um método, uma forma específica de falar sobre o mundo. Uma *ciência natural* é um discurso sobre o mundo que descreve *relações* entre *eventos naturais*. Um evento natural é um fenômeno que tem dimensões temporais e/ou espaciais discerníveis pelos órgãos sensoriais de um ser humano comum; distingue-se dos eventos supranaturais ou imateriais, que não se manifestam nessas dimensões. Mas são tantos os entendimentos e desentendimentos sobre o conceito de ciência natural que pode ser útil tentar elucidá-la também por oposição, declarando o que ela *não é*. Ciência natural não se confunde com uma metodologia. Ao contrário da imagem popular, para ser natural uma ciência não necessita de tubos de ensaio e retortas, de medidores e fios. A metodologia não impõe uma definição de ciência; ao invés, decorre dela. Medir e pesar - mensurabilidade - não são, por si mesmas, operações essenciais ou suficientes para definir uma ciência natural. Por exemplo, intrigados com o fato dos diversos materiais terem diferentes temperaturas de combustão, nossos antepassados declararam que cada material possuía diferentes quantidades de uma substância chamada "flogisto". (Desse "flogisto")... eram obtidos números, quaisquer

números, relações matemáticas podiam ser estabelecidas entre eles e “provas” quantitativas formais podiam ser conseguidas. Mas o que se pesava e se media não era um evento natural: era tão somente uma palavra! (p. 1-2)

Na mesma linha do anteriormente exposto, sobre características da ciência, o autor também explicita que a observação objetiva dos fenômenos não caracteriza necessariamente uma ciência natural. Exemplifica com a astrologia, que, embora possuindo um conjunto declarativo fundado em observações objetivas da posição relativa de certos corpos astronômicos no espaço, num dado momento do tempo, não oferece descrição satisfatória alguma dos meios naturais através dos quais essas posições relativas pudessem afetar o comportamento das pessoas, falhando, portanto, em estabelecer uma relação natural entre os eventos que examina. Starling (2001) também alerta para o fato de que igualmente não é suficiente para uma ciência natural que dado fenômeno precise ser objeto de observação pública e consensual para ser considerado relevante para a ciência. Informa que “os sentimentos do leitor somente são observados por ele mesmo. Só o leitor sentirá a sua dor de cabeça. O leitor aceitaria que alguém negasse a sua relevância?” (p. 2) Acentua que objetivo e subjetivo, interno e externo, não constituem condições necessárias para o universo natural, sendo apenas suposições contidas nas declarações que sobre ele elaboramos.

Na mesma trilha, Starling (2001) alerta que, embora sempre se diga que um dos propósitos da ciência seria descobrir uma ordem no universo natural, tal ordem está presente apenas nas declarações verbais do observador, nos conceitos que ele elabora para descrever esse universo. Nesse sentido,

relações de causa e efeito seriam imputações que fazemos ao mundo fenomênico, “na nossa tentativa de dar-lhe inteligibilidade” (p. 2). Argumenta que até mesmo a materialidade dos fenômenos é difícil de estabelecer, uma vez que, na AEC, o que estudamos são relações entre fenômenos.

A busca de um paradigma unificador, se tal empreendimento prosperar, passará necessariamente por entendimentos entre cientistas sobre que condições serão necessárias para considerar dados como científicos e, mais, que tipo de causalidade estará em discussão. A busca das razões pelas quais se comporta um fenômeno é crucial para o cientista, mas há muita polêmica em torno da forma e das possibilidades de as chamadas “ciências humanas” ou “ciências sociais” conseguirem descrever as condições de ocorrência desse fenômeno, comparativamente ao que ocorre nas chamadas “ciências duras”. Parece mais visível a relação causal que se apresenta quando observamos uma barra de ferro que, sempre que aquecida a mais ou menos 1500 graus Celsius, funde-se. Não parece tão complexo, nesse caso, admitir a decisiva influência de certa temperatura na mudança física observada para a barra de ferro. No caso do comportamento humano, os fenômenos parecem ocorrer em um contexto muito complexo de variáveis inter-relacionadas, de tal maneira que, ao acontecer o fenômeno sob estudo e estando devidamente atentos, não apenas identificamos a presença de uma, mas de duas ou três variáveis, senão de uma multiplicidade delas, que por sua vez modificam-se e se influenciam mutuamente. Muitas vezes é possível identificar a influência irrepetível do aspecto histórico sobre os fenômenos humanos, dando a impressão de ser impraticável, a partir daí, encontrarmos leis gerais a regerem esses mesmos fenômenos. Porém, é justamente esse o esforço a ser feito por um empreendimento que trabalhe com o comportamento humano e queira se

consolidar enquanto ciência natural: parece haver razões de sobra para tomar como pressuposto que o comportamento é um evento natural, que tem uma existência física determinada, mesmo no caso dos comportamentos encobertos. Na medida em que se assume o pressuposto de um monismo fisicalista que empresta a esses eventos uma existência física consolidada, ainda que nem sempre seja tecnologicamente possível, num dado momento da história da ciência, elaborar um instrumento de observação do fenômeno, estará inevitavelmente em jogo o desafio de criar formas de “visualizar”, mesmo sem o auxílio do sentido da visão, as relações entre variáveis contextuais e comportamento. A história da ciência e, em particular, da Psicologia, tem mostrado o desenvolvimento das mais variadas técnicas de observação; nessa direção, a Psicologia Social, quando busca o desenvolvimento de técnicas não obtrusivas, tem sido uma área altamente fértil a proporcionar instrumentos cada vez mais criativos e não invasivos para coleta de dados. A Análise Experimental do Comportamento também desenvolveu um significativo número de técnicas de observação e registro que buscam preservar a integridade do fenômeno sob estudo. A Etologia também desenvolveu técnicas de observação que conseguem manter o comportamento investigado à distância da contaminação da presença do pesquisador. Na Psicologia, mesmo em situação clínica, cada vez mais a investigação científica tem sido possível. Para Castro (1999),

A investigação científica em Psicologia pode proporcionar um amadurecimento e um desenvolvimento das técnicas e dos procedimentos empregados nos tratamentos psicológicos, visando à saúde mental dos indivíduos. Quanto mais a área clínica se desenvolve e isso só é possível com o desenvolvimento

de pesquisas na área mais possibilidades de intervenção são descobertas. Sendo assim, a prática clínica pode e deve subsidiar a pesquisa em psicologia clínica, que por sua vez subsidia a prática, estabelecendo-se um estreito laço entre esses dois aspectos, que se mostram, portanto, indissolúveis. (p. 11).

O autor mencionado apresenta, para lastrear esse evidente círculo virtuoso, um balanço significativo da produção científica derivada da pesquisa aplicada na área clínica. A busca de novos materiais, artefatos e técnicas, além de ser o campo privilegiado para testar a eficácia das descobertas empíricas da área básica, parece ser o conjunto de objetivos essenciais da pesquisa aplicada, que joga, de fato, um papel importantíssimo, particularmente no contexto das ciências do comportamento. Kerbauy (1997) apresenta valioso artigo sobre como fazer pesquisa em clínica, relatando a experiência desenvolvida no Laboratório de Comportamento e Saúde do Departamento de Psicologia Experimental da USP. Entre outras atividades, a pesquisadora relata o desenvolvimento de pesquisa:

- 1) Registrando sessões de terapia em audiovisual. Portanto, torno a sessão um dado permanente. Para tanto, solicito que os clientes concordem por escrito com esse tipo de registro;
- 2) Formulo questões que considero relevantes por serem *originais*, pois têm possibilidade de chegar a resultados surpreendentes, descrever uma metodologia ou esclarecer um conceito e sua utilização. Também procuro ver se a questão é *importante* no sentido de afetar diretamente o

trabalho do profissional e obtendo uma “cura” mais duradoura, mais rápida e dessa forma beneficiando o paciente. Eu deveria olhar também a *viabilidade*, ou seja, se existem os recursos, quanto tempo o trabalho exige, se o orientando, aluno e eu própria temos o repertório necessário para fazer a análise exigida pelo tema ou pergunta. Confesso que com frequência peço nesse item.

- 3) A pesquisa proposta passa a ser um estudo de caso, pois em terapia comportamental com enfoque de behaviorismo radical, de B. F. Skinner e especialmente se a proposta é analisar a interação terapêutica, o efeito da terapia é o resultado do que aconteceu durante a sessão. A avaliação e o diagnóstico caminham ao mesmo tempo, no desenvolvimento da terapia. Portanto, as perguntas formuladas pelo pesquisador devem conter uma descrição desse processo e procurar descrever quais eventos eliciadores, discriminativos ou reforçadores acontecem.

Outro exemplo instigante da mesma autora (Kerbaui, 2002) sobre a viabilidade da pesquisa aplicada mostra a possibilidade do uso de recursos da biblioterapia, entre outros, para lidar com história de punições e ameaças de estimulação aversiva presentes no cotidiano, com isso assegurando uma aprendizagem de discriminação de sinais de manipulação.

Critérios de cientificidade, relativismo e o delineamento da AEC

Chalmers (1997) considera que o termo “científico” empresta a qualquer empreendimento que dele se valha, na atualidade, um mérito adicional ou algum tipo especial de confiabilidade. Esclarece que a expressão “ciência” está de tal modo valorizada, embora tão polêmica, que rapidamente podemos ver crescerem as áreas do conhecimento humano que buscam apropriar-se do termo como forma de consolidar uma posição de maior respeitabilidade. Assim, para além das Ciências Físicas e Biológicas, agora frequentemente ouve-se falar de Ciência Política, Ciências Sociais, Ciência Administrativa, Ciência Florestal, Ciência Cognitiva, Ciência da Mente, Ciência do Discurso e tantas outras designações similares. Certamente, o significado em que a expressão é utilizada nessas diferentes circunstâncias não é a mesma, mas o reconhecimento social da cientificidade se ampliou muito nos últimos tempos, levando em contrapartida à reflexão sobre até onde essa tendência não acabará conduzindo a uma banalização do “científico” e suas adjacências. Aliás, não em função do uso exacerbado e acriterioso, mas em razão de desenvolvimentos modernos na filosofia da ciência, Chalmers enfatiza a existência de profundas dificuldades vinculadas à idéia de que a ciência “repousa sobre um fundamento seguro adquirido através de observação e experimento e com a idéia de que há algum tipo de procedimento de inferência que nos possibilita derivar teorias científicas de modo confiável de uma tal base” (p. 19). Chalmers defende a idéia de que, de fato, teorias científicas não podem ser conclusivamente aprovadas ou desaprovadas. Certamente, o trabalho de Feyerabend (1975) é um bom exemplo de argumento nesse sentido, ou seja, contra a possibilidade de que a ciência possa ser uma atividade “racional” que

opera de acordo com um método especial. Nem a todos convence a posição metodologicamente anarquista de Feyerabend, mas é certo que a diversidade é intensa e que, em grande medida, decidir o que é ou não científico ainda está na dependência de se assumir ou não uma série de pressupostos, alguns relativos ao determinismo, ao conhecimento probabilístico, às dicotomias monismo-dualismo, ciência natural-ciência social, quantidade-qualidade, uso ou não de medidas estatísticas de tendência central e estatísticas inferenciais, entre outros. Chalmers (1997), diante desse quadro, acaba assumindo uma posição relativista,

...no sentido de que nego que exista algum critério absoluto em relação ao qual estes julgamentos (da validade das teorias) devem ser feitos. Especificamente, não há uma categoria geral, "a ciência", e nenhum conceito de verdade à altura da tarefa de caracterizar a ciência como uma busca da verdade. Cada área do conhecimento deve ser julgada pelos próprios méritos, pela investigação de seus objetivos e em que extensão é capaz de alcançá-los. (...) Embora um dos objetivos do meu livro seja acabar com o uso ilegítimo de concepções de ciência e método científico, eu espero também que ele faça algo para compensar as reações extremamente individualistas ou relativistas contra a ideologia da ciência. (...) A política do "vale-tudo", interpretada num sentido mais geral daquele que Feyerabend provavelmente pretendeu, deve ser evitada devido à sua impotência. (P. 212-216)

O Behaviorismo Radical parece desfrutar de um quadro teórico assumido como estável e, portanto, distante do anarquismo metodológico apoiado por

Feyerabend. De outra parte, também não se coaduna completamente com a idéia de relativismo metodológico, uma vez que, conforme anteriormente exposto, tem assumido uma série de pressupostos e características que lhe oferecem um quadro teórico-epistemológico definido. Nesse quadro, embora não haja formal restrição ao uso de estudos comparativos entre grupos de sujeitos, o delineamento preferido é o de sujeito único, mediante replicação sistemática. Conforme já se enfatizou, comparam-se os resultados do sujeito com os de si próprio antes e após a utilização de um certo procedimento. Via de regra, uma linha-de-base é registrada, até que os dados mostrem estabilidade, sendo depois aplicado um procedimento, seja para instalar ou mudar certos comportamentos. O delineamento mais simples implica uma volta às condições anteriores, de linha-de-base, mas há uma série de variações (por exemplo, a linha-de-base-múltipla) que ampliam a relativa “resistência” do modelo a fatores de invalidação interna ou externa, no sentido de Campbell & Stanley (1979). Esse tipo de modelo de delineamento foi testado através de milhares de experimentos, entre eles, por muitos anos e no auge das pesquisas básicas em Análise Experimental do Comportamento, pelo próprio Skinner e colaboradores (Ferster & Skinner, 1957). Os delineamentos skinnerianos vieram sempre acompanhados de sua rejeição ao uso de médias e de sua confiança nos pressupostos epistemológicos já mencionados. Pareceu até o fim de sua vida convencido da correção de suas convicções. Em 10 de agosto de 1990, por exemplo, quando recebeu a primeira *APA Citation*, destinada a reconhecer uma “vida de contribuições significantes para a Psicologia”, Skinner fez, sem uso de texto ou notas, alguns comentários, dos quais aqui se reproduz parcelas em que demonstra esse definitivo convencimento:

(...) Psicólogos, seguindo os filósofos, têm olhado para dentro de si mesmos buscando explicações para seu comportamento. Eles sentiram seus sentimentos e observaram seus estados da mente e processos mentais através da introspecção. A introspecção nunca foi um processo muito satisfatório. Os filósofos têm desconhecido seus defeitos, mas têm argüido que, apesar disso, ela é o único meio para o auto-conhecimento. Os psicólogos tentaram aprimorá-la. Wundt e Titchener, particularmente, inventaram instrumentos de metal (como William James os chamou) para apresentar estímulos cujos efeitos seriam percebidos introspectivamente. E eles treinaram observadores. Os observadores treinados, por exemplo, podiam ver vermelho na ausência de um objeto vermelho. Aquilo era um erro de estímulo. Watson, é claro, atacou a introspecção no seu manifesto de 1913. E eu suponho que vocês poderiam dizer que ele obteve sucesso, porque, de qualquer modo, os psicólogos interromperam o uso da introspecção quase totalmente.

Psicólogos cognitivos provavelmente vêem as representações da realidade sobre as quais falam. De fato, eles dizem que isso é tudo o que vocês possivelmente podem ver. Mas eu não penso que eles afirmariam ver-se processando essas representações, estocando-as na memória, trazendo-as de volta e tudo mais. Em vez disso, eles recorreram a teorias - teorias sobre o que está acontecendo dentro da cabeça ou da mente. Mas teorias têm que ser confirmadas e a pergunta é: como você

pode ter certeza de que a teoria está certa até que você possa ver do que ela trata?

Bem, como vocês sabem, muitos deles tornaram isso uma ciência do cérebro. A mente é o que o cérebro faz e o cérebro pode ser examinado, em vez de visto introspectivamente, como qualquer outro órgão. Mas o cérebro realmente inicia o comportamento, como é dito que a mente e o *self* o fazem? O cérebro é parte de um organismo, e o que ele faz é simplesmente parte do que o organismo faz. É parte do que está para ser explicado. Todavia, tal explicação - eu creio - pode unicamente ser encontrada olhando-se fora do organismo - o indivíduo - mais que para dentro e é encontrado em três tipos de variação e seleção.

(...) Eu digo "Eu estou com fome e acho que comerei algo". Agora, o que estou querendo dizer? Eu estou mencionando um sentimento - fome - e eu estou falando de algum processo cognitivo denominado pensamento? Ou eu estou convencendo alguém de alguma coisa sobre minha história pessoal? Dizer "Eu estou com fome" é dizer, entre outras coisas, que "Se você me der comida eu provavelmente a comerei". Os termos no vernáculo que parecem referir-se a sentimentos e estados da mente estão realmente falando de contingências de reforçamento, sobre o mundo e sobre os seus efeitos nas pessoas.

(...) Ainda é verdade que a Biologia não pode ser apropriadamente ensinada na América porque aqueles que se

chamam criacionistas ou cientistas da criação opõem-se a isso como algum tipo de perigo. Se eu digo que os psicólogos, na procura por esse "eu" interno, perderam seu tempo, vocês podem achar que estou sendo arrogante. Se eu digo que os filósofos, que através dos séculos tentaram descobrir-se deste modo perderam seu tempo, vocês também podem achar que eu estou sendo arrogante. Mas eu chamo sua atenção, de novo, para o fato de que homens e mulheres igualmente ou mais brilhantes, por um longo período de tempo, têm tentado estabelecer a existência e a natureza de um Criador diferente. Neste caso, soletrado com a maiúscula C. Todavia, isto é um enorme problema. Vocês sabem o quão difícil tem sido aceitar-se a seleção natural.

(...) Olhando para trás na minha vida - 62 anos como psicólogo - eu diria que o que eu tenho tentado fazer, que o que eu tenho feito, é tornar esse ponto mais claro: mostrar como a seleção por conseqüências no indivíduo pode ser demonstrada no laboratório com animais e com sujeitos humanos e mostrar as implicações disto para o mundo amplamente - não unicamente na profissão da Psicologia, mas em consideração de o que acontecerá no mundo a menos que algumas mudanças vitais sejam feitas. Alguma evidência de que eu tenha obtido sucesso nisto é pelo que eu gostaria de ser lembrado. (p. 1-3).

Desnecessária demonstração mais eloqüente do que pensava Skinner estando, nessa ocasião, a apenas poucos dias de sua morte, ocorrida em 18 de agosto do mesmo ano. Os pressupostos mencionados anteriormente foram

mantidos, mas certa parcela dos behavioristas de hoje já apresentam alguns encaminhamentos de behaviorismos “desviantes”, ou neo-behaviorismos, que não será possível aqui detalhar (o Behaviorismo Teórico de J.E.R. Staddon, o Behaviorismo Teleológico de H. Rachlin, o Behaviorismo Social de A.W. Staats, o Contextualismo Funcional de S.C. Hayes, a Teoria do Comportamento de E. Ribes e o Seleccionismo Comportamental, de J. Donahue, conforme apresentados por Pérez-Acosta, Guerrero & López, 2002)

CAPÍTULO IV

A literatura crítica e a trajetória polêmica do Behaviorismo Radical: a transição do behaviorismo watsoniano ao behaviorismo skinneriano

Recaíram sobre Watson algumas críticas severas, principalmente porque sua nova proposta implicava mudanças drásticas nas práticas vigentes entre os estudiosos da consciência humana. Embora antes mesmo da publicação do “manifesto behaviorista” de 1913 os ânimos dos debates na academia já estivessem acirrados e o clima de desconfiança para com a “onda objetivista” já estivesse instalado, foi depois desse artigo que começou a se definir uma nova divisão de águas dentro da Psicologia. Aqueles que estavam insatisfeitos com a introspecção e a circularidade de alguns conceitos em torno da consciência, acabaram por aderir à metodologia experimental e à empatia watsoniana com um positivismo incipiente, *a la* Comte, que incitava à convicção

do “ver para prever” e ao descarte de tudo o que não coadunasse com a estrutura metodológica das ciências naturais, a Física e a Biologia em destaque.

Desde Watson, cresceu muito a literatura crítica acerca do behaviorismo. Em outro trabalho (1998), procurou-se distribuir em três grandes conjuntos as críticas publicadas: 1) uma área conceitual-filosófica; 2) uma área científico-metodológica e 3) uma área ético-social. Quatro tipos principais de críticas são encontrados na literatura no que respeita à área 1: a) A crítica da supersimplificação e da superficialidade na explicação do comportamento enquanto objeto de estudo (o Behaviorismo Radical visto como reducionista); b) A crítica da generalização da pesquisa animal para os seres humanos (o Behaviorismo Radical visto como continuísta); c) A crítica da rigidez behaviorista na explicação das relações estímulo-resposta, considerando o interior do homem como cerne da metáfora da “caixa preta” (o Behaviorismo Radical visto como mecanicista) e d) A crítica da influência positivista como determinante da filosofia behaviorista (o Behaviorismo Radical visto como instrumento de objetificação do ser humano).

Já na área científico-metodológica (2), os quatro principais temas de críticas são no sentido de que: a) As noções de estímulo e resposta funcionam como conceitos pseudo-objetivos (caráter de circularidade às explicações behavioristas); b) A análise do comportamento verbal entra em choque com os perfis teóricos teleológicos, intencionais e de propósito de outras formas de pensamento em Psicologia; c) As aplicações da Análise do Comportamento e os efeitos da filosofia behaviorista: a substituição de sintomas como suposto exemplo de ineficácia e impropriedade de métodos, técnicas e procedimentos; d) O método de pesquisa e os procedimentos utilizados na Análise do

Comportamento não dariam conta do caráter interno e privado: o Behaviorismo Radical explicaria apenas parte superficial das ações humanas.

Na área ético-social, as principais críticas assim se distribuiriam: a) A prática do controle geraria relação de manipulação unilateral: a questão dos valores e o Behaviorismo Radical como reacionário e antidemocrático; b) O campo da análise aplicada do comportamento: o Behaviorismo Radical, quando presente na prática clínica, educacional e de relações humanas, basear-se-ia em análise superficial e seria necessariamente antiético; c) O behaviorismo negligenciaria instintos, sentimentos, motivos, emoções, dons inatos e criatividade: o Behaviorismo Radical seria desumanizante; d) Ao negligenciar a dignidade e o livre-arbítrio, o Behaviorismo Radical seria uma ameaça aos ideais libertários.

Para além dessas críticas, oriundas de textos bem caracterizados encontrados nos principais periódicos que veiculam trabalhos do ou relacionados com o Behaviorismo Radical e a Análise do Comportamento, ainda uma série de outras polêmicas é freqüentemente estabelecida: quanto às divergências com a Psicanálise, a Fenomenologia, o Cognitivismo de forma geral.

O que se pode depreender dessa arbitrária "classificação" é o fato de que o behaviorismo não passa ileso pela crítica, durante todos os anos de sua existência. Isso sinaliza ser ele altamente polêmico; sinaliza, igualmente, que é provável que algumas das críticas têm pertinência e devem ser cuidadosamente examinadas; sinaliza, finalmente, que se uma parcela das críticas tem sentido, há setores a descoberto que podem e devem receber aprimoramentos. Provavelmente sinaliza a possibilidade de o Behaviorismo Radical se valer de outros instrumentos teóricos para aprimorar-se, daí o fato de serem

recuperados sinteticamente, nesta seção, alguns dos argumentos críticos mais relevantes.

Um desses argumentos é o de que o behaviorismo seria *reducionista*. O reducionismo, em geral, implica dar uma explicação simplista para um evento de natureza complexa. É o que os behavioristas fariam com o comportamento humano. Parece que estava em jogo, principalmente no começo do século passado, o conceito de consciência. Ao negligenciar os chamados “fatos da vida mental” por centrar-se em exacerbado observacionismo e transformar grande parte dos fenômenos associados às ações humanas em comportamento, estaria assumindo uma posição francamente reducionista, segundo a crítica. Já em 1945 (Sloane) foi tentada uma sistematização interessante do que vinha a ser considerado um conjunto de características do reducionismo. Esse autor explicita uma série de falácias correspondentes, em circunstâncias diversas, à idéia de supersimplificação de explicações científicas. Notar, no entanto, que:

De modo sucinto, para ele, reducionismo pode ser definido “como a tentativa de explicar um todo complexo de inter-relações em termos de seus elementos simples ou em termos de elementos componentes de um nível inferior do fenômeno (Sloane, 1945). À vista da época, é bastante auspiciosa a proposição de Sloane. Já nos permite visualizar a idéia propriamente da redução, isto é, a idéia de diminuir o evento ou fenômeno, em termos explicativos, de maneira a supersimplificar sua compreensão. Essa supersimplificação não pode ser confundida com a parcimônia. É notoriamente sabido que a parcimônia nas explicações científicas é uma virtude: entre explicações diversas, deve-se escolher a mais simples

(desde que provavelmente a mais correta). Isso não se deve confundir com supersimplificação ou reducionismo. Este acaba ignorando partes fundamentais do fenômeno ao tentar explicitá-lo, como será visto em seguida. Assim, a simplificação tornaria artificial e parcial a compreensão do fenômeno, no sentido de que, ao reduzi-lo, ficariam de fora da explicação muitos aspectos importantes do mesmo. E, considerada fora da explicação *qualquer* parte do fenômeno, mesmo que descartada sua maior importância, a verdade é que o fenômeno *todo* não estará explicado. (Carrara, 1998, p. 121).

Entre os tipos de falácias apontadas por Sloane (1945), teríamos algumas atribuídas ao Behaviorismo Radical, das quais visivelmente se suspeita na literatura da área: 1) *Falácia do isolamento*, que consiste em isolar uma parte do organismo ou de um todo qualquer para analisar sua estrutura ou função sem considerar suficientemente suas relações de dependência desse todo de que faz parte. Ou seja, a parte é estudada sem referência ao todo, como se fosse ela própria fosse, isoladamente, auto-explicável. No passado da Biologia, da Psicologia e de outras ciências, foi o que se viu no estudo da célula, no estudo do reflexo condicionado, no estudo da liderança social e de grupos; 2) *Falácia do somatório matemático*, que consiste em julgar, como na matemática, que em qualquer fenômeno da natureza, o todo é a soma de suas partes. Desde a Gestalt, entretanto, a Psicologia tem aprendido essa lição, de que o todo pode ser muito mais do que suas partes ou pode ser muito diferente delas. Os críticos da AEC lhe atribuem essa deficiência quanto mencionam que os analistas examinam isoladamente as respostas do organismo, deixando de olhar sistematicamente para sua função no organismo como um todo; 3) *Falácia*

das constantes, que envolveria o pensar em termos estáticos, em contrapartida a pensar em termos dinâmicos. Natureza e sociedade são consideradas como um conjunto de unidades fixas, átomos, indivíduos. Não são pensadas as combinações dessas unidades em termos de um contexto que acaba novo, diferente de seus componentes; 4) *Falácia da origem* - de acordo com essa falácia, um efeito não difere de sua causa em termos de estofo. Em outras palavras, o raciocínio presente é que, desde que o homem, em sua origem, é animal, então tudo o mais nele ou relacionado a ele deveria guardar sintonia com o funcionamento dos outros animais. É nessa perspectiva que, mais adiante, entram em conflito as questões da continuidade x continuísmo entre espécies e o dilema do behaviorismo quanto à generalização ou não, entre espécies diferentes, dos princípios básicos da Análise do Comportamento. Também associado a essa falácia estará o problema da causalidade, no que diz respeito à adoção do monismo fisicalista e ao conseqüente abandono do dualismo: eventos de natureza, estofo diferentes, não poderiam manter relação de causalidade entre si; 5) *Falácia da metáfora ou da analogia*, implicando uma analogia antropomórfica para compreender níveis não-humanos de vida. Nesse caso, a questão do propósito é exemplo, porque há uma tendência a atribuir a outros animais uma série de propriedades, ou características humanas (raciocínio, pensamento, etc.); 6) *Falácia dos modelos*, em que ocorre uma comparação metafórica das explicações com modelos, exemplificada pela comparação do sistema nervoso com um sistema telefônico ou elétrico para tentar compreender o funcionamento cerebral; ou mesmo comparar o funcionamento humano com o funcionamento do computador.

É notório que embora hoje a compreensão das relações comportamento-ambiente se encontre num patamar satisfatório, a compreensão contextual do

conjunto dos comportamentos que formam o repertório do indivíduo ainda sofre da restrição de se estar fazendo sempre uma análise de um recorte da realidade. Essa continuará consistindo em questão pendente, uma vez que algum tipo de unidade de análise continua sendo utilizada como base para a interpretação dos eventos em sua totalidade. Entretanto, parece necessário o desenvolvimento de um modelo multi-determinante (não no sentido estatístico de utilização multi-fatorial) de variáveis que se combinam em rede para determinar o comportamento. Para Carrara (1998):

De qualquer maneira, pode-se conceder à crítica certa razão em que há algum resquício de *reducionismo* no Behaviorismo Radical. No entanto, cabe a ressalva de que não parece ser *reducionismo por princípio*, mas *reducionismo decorrente de incorreta prática*. E é a partir daqui que este trabalho pretende reafirmar a importância da crítica: o Behaviorismo, em geral, fez ouvidos moucos às restrições que recebeu na literatura, quando ao contrário, ouvida a crítica, a eventual disfunção do *reducionismo* é perfeitamente corrigível, até porque não se pode esquecer a existência precavida do conceito de classe de respostas, em si mesmo anti-reducionista e anti-atomista, respeitadas as dimensões limitadas desses conceitos. (p. 130).

Outro argumento crítico importante é o da generalização da pesquisa animal para seres humanos: extremamente corriqueira, pode ser ouvida ainda nos bancos escolares dos cursos de filosofia, psicologia, ciências sociais, pedagogia e similares, sem que a maioria tenha real conhecimento do que representa. A questão da continuidade do “mental” ou do “racional” entre as espécies passa pela herança do modelo filogenético de evolução darwiniano, que

Skinner absorve e adapta para o âmbito ontogenético. O argumento da crítica é o de que os seres humanos, diferentemente de outras espécies, possuem um caráter racional que os distingue totalmente das demais, de modo que descobertas obtidas a partir destas em hipótese alguma poderiam ser generalizadas para humanos. O próprio Skinner parece ter um argumento (1956):

Estudamos o comportamento de animais porque é mais simples. Os processos básicos são revelados mais facilmente e podem ser registrados por períodos de tempo mais longos. Nossas observações não são complicadas pelas relações sociais entre o sujeito e o experimentador. As condições podem ser melhor controladas. Podemos arranjar histórias genéticas para controlar certas variáveis e histórias de vida especiais para controlar outras - por exemplo, se estamos interessados em saber como um organismo aprende a ver, podemos criar um animal no escuro até que o experimento comece. Também podemos controlar circunstâncias correntes numa magnitude nem sempre fácil de realizar no comportamento humano; por exemplo, podemos variar os estados de privação numa grande variedade de modos. Estas são vantagens que não deveriam ser rejeitadas ante a afirmação *a priori* de que o comportamento humano é inevitavelmente um conjunto à parte, um campo separado... Seria temerário afirmar, neste ponto, que não existe diferença essencial entre o comportamento humano e o comportamento das espécies inferiores; mas até que se tenha feito uma tentativa de lidar com ambos nos mesmos termos,

seria igualmente temerário afirmar que ela existe. (p. 232-233).

Naturalmente, o que sempre está em jogo são diferenças de comportamento. Fora de dúvida, o comportamento humano é profundamente mais complexo e pode ser exemplificado numa multiplicidade de situações, como a música, o cinema, a filosofia, a linguagem, a religiosidade e uma infinidade de circunstâncias. Em todas elas, parece estar presente um caráter distintivo especial, que envolveria criatividade, plasticidade e cultura. Apenas os seres humanos transformam seu ambiente e transmitem o que chamamos de cultura às gerações subseqüentes da espécie. Por certo, a complexidade do comportamento humano é tal que, à primeira vista, torna-se inaceitável a idéia de que possa haver qualquer tipo de continuidade inter-espécies, de maneira que o que se convencionou chamar de comportamento inteligente ou racional parece apontar a impossibilidade de qualquer gradação mensurável entre o ser humano e outro animal “inteligente” mais próximo na escala filogenética. No Behaviorismo Radical, o que está em jogo não são características topográficas ou morfológicas, mas características *funcionais*, não existindo, para Skinner, qualquer pretensão de equivalência descritiva sobre *em que* os comportamentos se assemelham, mas sobre *como* eles acontecem (funcionam) nas suas relações com o ambiente. Prossegue Skinner (1956):

Obviamente, não podemos predizer ou controlar o comportamento humano na vida diária com a precisão alcançada no laboratório, mas podemos, no entanto, usar resultados obtidos no laboratório para interpretar o comportamento alhures... De maneira semelhante, os princípios surgidos de uma Análise Experimental têm sido aplicados no planejamento da

Educação, na psicoterapia, em sistemas de incentivo na indústria, na penologia e em muitos outros campos. (p. 228)

O problema da generalização de descobertas entre espécies tem como fulcro a existência de um possível salto qualitativo entre o homem e outros animais. Até por conta dessa divisão é que, na visão leiga, encontra-se uma separação entre animais inferiores e superior(es). Certamente o behaviorismo não faz uma “psicologia de ratos”. Como disse Skinner em 1974, por conta do cronograma de seu programa de trabalho científico, o reinado do rato branco terminara há 25 anos. As pesquisas com animais prosseguem, certamente em grau de intensidade comparativo muito menor em relação às pesquisas com humanos. De todo modo, a questão fica sempre posta na dicotomia continuidade-continuismo e, se de um lado aponta a necessidade de que o homem se valha das pesquisas com animais em ambientes controlados para melhor compreender parte das ações humanas, também é verdade que a ciência não pode ater-se a esse modelo, buscando, ao contrário, replicabilidade onde houver, mas inovação em função das características humanas, onde possível.

Uma outra crítica é a do behaviorismo como mecanicista, o que Skinner (1974) rejeita liminarmente. Para ele, o Behaviorismo Radical rejeita a natureza (composta de outro estofa) daquilo que é sentido ou observado, sem, contudo, negar a possibilidade da auto-observação e sua eventual utilidade. Restaura a introspecção, mas não do modo como se concebia esse procedimento. Admite e destaca a importância dos eventos privados, mas rejeita a crítica metafórica da caixa preta. Defende um behaviorismo funcional, em contrapartida a um behaviorismo mecanicista pautado nas relações estímulo-resposta. Nessa linha, influenciado por Mach, Skinner adota a análise das relações funcionais comportamento-ambiente ou comportamento-

variáveis associadas, em detrimento de uma linearidade das relações de evocação de um estímulo em relação a uma resposta particular. Esse é o primeiro contexto de crítica a um suposto mecanicismo behaviorista. O segundo refere-se ao fato de que, ao ater-se às relações do organismo com o ambiente, o behaviorismo compararia o homem a qualquer ser inanimado que, sem ser dotado do livre arbítrio, tornar-se-ia completamente manipulável. A essa crítica, todas as projeções no sentido do delineamento cultural feitas por Skinner constituem testemunho de sua concepção de que o livre arbítrio é assunto que, se despido de sua condição de mito, pode ser naturalmente estudado em termos das relações do organismo com seu ambiente complexo, principalmente pela ótica da possibilidade de fazer escolhas. O escolher estaria condicionado à existência de uma série de variáveis, num contexto específico, que asseguraria várias direções possíveis. O que o Behaviorismo Radical descarta, portanto, não é a existência de todo um sistema de processamento a mediar as relações organismo-ambiente, mas o fato de que esse sistema funcione como causa de qualquer ação, tal como algumas orientações estruturalistas o asseguram.

De qualquer maneira (...) embora a Análise do Comportamento, reavaliada, possa prestar-se amplamente ao empreendimento contextualista, sua práxis, para alguns, tem demonstrado a partição do organismo em tantas peças quantas (supostamente) facilitem a sua compreensão. Na verdade, essa compreensão recortada do organismo é exatamente contrária ao que move a visão contextualista, com a qual este trabalho pretende conjecturar enquanto saída para a Análise do Comportamento. Para o momento, reitera-se um paradoxo: por um lado, é

impossível (no mínimo, dada a sua complexidade) fazer uma *psicologia do todo psicológico*, gestáltica no seu sentido mais agudo, até porque não há possibilidade (nem mesmo teórica) de se acessar o ser humano na sua mais veemente integralidade; por outro lado, é igualmente impossível a compreensão do todo a partir do simples exame de suas partes (comportamentos, no caso), até por conta de que estas, em grande medida, ou só fazem sentido em conjunto, ou fazem sentido diferente quando em conjunto e quando isoladamente. É no rastro desse contrasenso que se discute a proposta contextualista, que não pretende resolver o paradoxo, todavia partindo dele para encaminhar conjeturas e procedimentos na direção de, ao menos, alcançar parcimonioso acesso ao psicológico. (p. 147)

Ainda na área conceitual-filosófica, é importante considerar um quarto tipo de crítica, sobre a influência positivista como determinante da filosofia behaviorista. No desenvolvimento da História, há muita confusão sobre as interpretações possíveis do conceito de positivismo. Se confundido com mera e ingênua preocupação com a objetividade, representada pelo *ver para prever* comtiano, o behaviorismo skinneriano dá mostras, já na primeira publicação de Skinner (1938), um certo comprometimento. Mas tarde, quando o positivismo é tomado, entre outros conceitos, como verdadeiro sinônimo de atitude reacionária e afeita à reprodução acrítica das condições sociais vigentes e mantenedora do *status quo*, Skinner rejeita o adjetivo, mostrando sua preocupação com os projetos de delineamento cultural e a possibilidade de que os princípios da AEC possam ser úteis na mudança das contingências que

controlam situações deletérias para a vida do ser humano em sociedade. De todo modo, a relativização da questão é bem posta por Cupani (1990):

De acordo com as considerações anteriores, é inadequado denominar 'positivistas' aos partidários da objetividade científica... Denominar 'positivistas' a pesquisadores e teóricos que não o são, pode ser uma estratégia para desqualificar posições adversas à própria. Atribuindo a um defensor da objetividade a crença - hoje abandonada - em dados puros, mostrar-se-ia como insustentável a defesa da objetividade, tornando-se plausível a noção de que a ciência deva ser comprometida. (p. 107)

Quanto ao quadro científico-metodológico, a questão da circularidade das relações entre estímulo e resposta, resposta e suas conseqüências, retome-se que Skinner costumava explicar que as relações entre a ocasião na qual determinada resposta ocorre, a própria resposta e as suas conseqüências reforçadoras constituem a tríplice relação de contingências. Nela, observam-se múltiplas formas de organização das contingências de reforço, o que, para ele, aponta a complexidade com que ocorrem as inter-relações entre comportamento e suas conseqüências e, por conta disso, entre o comportamento e o ambiente em que ele se insere. Explicita que a vantagem desse modelo é que o comportamento gerado por um conjunto específico de contingências pode ser considerado cientificamente, sem necessidade de apelo a estados ou processos internos hipotéticos. Observava que se um estímulo não tivesse efeito sobre o comportamento não seria porque o organismo "não o notou", mas porque o estímulo não teve papel importante nas contingências de

reforço presentes no momento da emissão da resposta. Para Paniágua (1985), a questão da circularidade assim se põe:

(...) a definição de reforçamento de Skinner é inerentemente circular, porque é relacional e todas as definições relacionais são circulares ... conceitos relacionais existem em todas as áreas ... o que é um reconhecimento empírico de que a circularidade da definição relacional não é um impedimento para a descoberta e para a análise experimental de fatores que são cruciais para o entendimento de certos aspectos da natureza. (...) os termos relacionais podem ser parte do nosso comportamento verbal diário porque nós podemos estar expostos a certas relações entre eventos da natureza ... Então, quando nós aprendemos a definir termos relacionais na classe, no laboratório, nos nossos contatos com certos aspectos do dia-a-dia, nós não aplicamos essas definições aos próprios termos, mas às relações das quais esses termos emergem. Nesse sentido, a questão de definir conceitos relacionais é simplesmente matéria de definir tais relações. Desse modo, a questão da circularidade na definição de conceitos relacionais não diz respeito aos conceitos em si mesmos, mas às relações entre eventos das quais os conceitos derivam (...) Sem dúvida, a utilidade e a relevância dos conceitos relacionais freqüentemente (senão sempre) vai além do fato da circularidade. Isso provavelmente explica por que os cientistas fazem uso de termos relacionais todo o tempo que acham necessário para nomear certos aspectos da natureza. Nós não

podemos reivindicar o mesmo com relação ao conceito de reforçamento? (p. 193-199).

Skinner, por seu turno, contrapõe à possibilidade de circularidade o fato de que está trabalhando com outro modelo que não o respondente, onde há uma interação entre organismo e ambiente, mediada pelo comportamento e é a probabilidade de ocorrência deste, a partir da idéia de seleção pelas conseqüências, que constitui o paradigma do comportamento operante.

Uma outra questão posta na responsabilidade do modelo de abordagem, é a que diz respeito à possível desconsideração behaviorista para com os conceitos de teleologia, intencionalidade e propósito, inferidos a partir de uma outra consideração crítica presente na literatura: a que se refere ao eventual caráter passivo atribuído pelo behaviorismo ao ser humano diante do ambiente. Por certo, essa questão é impertinente até pela própria natureza do modelo epistemológico do behaviorismo em geral: na medida em que são enfatizadas como prioritárias as relações entre organismo e ambiente, está aí evidente a existência de um modelo interacionista de interpretação da realidade comportamental.

De fato, o Behaviorismo (o Radical, particularmente) entende a posição intencionalista como uma espécie de dualismo metafísico, na direção em que fica atribuído à mente um status causal, sendo ela própria de estofa diferente do restante do caráter físico concebido por Skinner para o mundo comportamental. Parece ser na esteira da concepção mentalista que os teóricos tentam assegurar a existência de uma intencionalidade pré-comportamental, segundo a qual nossas ações estariam garantidas por ações mentais preliminares, que se realizam num substrato inobservável, consciente ou inconsciente, dando um direcionamento para o comportamento. É óbvio que

Skinner refuta esse argumento frontalmente e dá margem à interpretação de Dennett (1978) de que trata-se de uma posição reducionista:

O primeiro passo do argumento de Skinner é o de caracterizar o 'mentalismo' como seu inimigo. Ele caracteriza como visão tradicional falar sobre a explicação do comportamento humano em termos mentalísticos a respeito de desejos, idéias, esperanças, medos, sentimentos, emoções; ele desqualifica essas expressões. Esse modo de falar, ele acredita, é desqualificado no sentido de que isso não é ciência; isso não pode tornar-se ciência nem ser usado em ciência; isso é conceituação inimiga da ciência e entra em conflito com a ciência genuína do comportamento ... o que é um grave engano (p. 56).

A polêmica a respeito desse assunto está definitivamente instalada e parece ser um dos grandes obstáculos à consecução de intercâmbio de dados entre behavioristas e cognitivistas, de forma geral. Talvez um dos maiores obstáculos à construção de um paradigma unificado da Psicologia. Alguns autores rechaçam os argumentos de Dennett, apontando vantagens nas explicações comportamentais em relação às explicações intencionais. Acreditam que estas últimas só podem ser contidas dentro de uma tradição criacionista e, de modo algum, dentro de uma perspectiva evolucionista. O anti-mentalismo skinneriano e seu escopo anti-finalista, todavia, precisam manter certa distância em relação às convicções mais caras da tradição behaviorista, como a justa recusa à intenção, propósito e similares como causa, para examinar criteriosamente e oferecer explicação alternativa de modo paradigmático e experimentalmente demonstrável de que não há recusa às

ocorrências privadas, mas coerente resistência em aceitá-las enquanto causas do comportamento, seja ele aberto ou encoberto.

Também o problema da “substituição de sintomas” tem colocado em cheque, a partir da literatura crítica, a eficácia dos procedimentos e técnicas da AEC. A constatação desse fenômeno é certamente anterior ao aparecimento da própria Análise do Comportamento e acontece em praticamente todas as formas de terapia. Sua lógica, nessas outras formas de terapia, é remetida ao fato, tido como certo, de que quando não se resolve o conflito que constitui a “causa última” para o comportamento desviante, essa mesma causa acabará se revelando sob outras formas de comportamento. A suposição básica, portanto, é a de que se não se trata clinicamente das causas subjacentes ao comportamento mal adaptado, novos sintomas dessas mesmas causas emergem. Como a Análise do Comportamento mantém um modelo funcional que busca relações entre comportamento, eventos do contexto ambiental e arranjo de conseqüências, a crítica passa a apontar fragilidade lógica nos seus procedimentos.

A essência dessa crítica remonta às influências da adoção do modelo médico em Psicologia, onde se privilegia o tratamento de causas de *doenças*, ao invés de sintomas. Assim, uma vez que, por suposto, trabalhar com os comportamentos não é o mesmo que trabalhar com as causas de doenças, os problemas ressurgiriam em seguida. A AEC não intervém no passado do cliente, embora intervenha nas condições atuais que resultam da história de vida desse mesmo cliente, com a finalidade de identificar eventos controladores do comportamento e, mediante sua manipulação, obter a mudança comportamental desejada pelo cliente. A AEC atuaria do seguinte modo (Carrara, 1996):

A controvérsia da *substituição de sintomas*, todavia, pode ser melhor compreendida numa perspectiva um pouco mais complexa, mas coerente com a filosofia do Behaviorismo Radical e as descobertas, até aqui, da Análise do Comportamento. Levando em conta o conceito de classe de respostas, tem-se que respostas de funcionalidades (e alguma morfologia) semelhantes, agrupam-se formando um conjunto que recebe essa denominação de *classe*. Ao aprender a comportar-se, o organismo produz alguma alteração no ambiente, ou seja, opera sobre esse ambiente. Se seu comportamento aumenta em frequência, diz-se que foi reforçado positivamente. Estão à *disposição* do organismo, para produzirem reforçamento, n respostas possíveis, sejam elas sancionadas ou vetadas pela sociedade. Segundo as normas sociais, podem ser mal-adaptativas ou adaptativas. Por suposição, se o organismo produz seu reforço positivo em seguida à emissão de um comportamento *indesejável*, adquiriu não apenas uma resposta, mas uma classe de respostas que comporão os *sintomas* indesejáveis. No modelo médico (contrariamente à concepção behaviorista) esses *sintomas* constituem a configuração externa de um processo interno doentio (daí a idéia de causas subjacentes).

A segunda etapa desse processo é a *clínica* (aqui frisada apenas porque o processo é válido não apenas para a situação clínica propriamente dita, mas para toda e qualquer modificação de comportamento, quer seja em psicoterapia, quer seja

decorrente do processo educacional, quer seja das relações no trabalho). Nessa etapa, quando se adota algum procedimento de modificação, por exemplo, visando a eliminação de um comportamento *indesejável* (não se discute aqui, ainda, por inoportuna, a questão de quem decide e como decide sobre a *desejabilidade* das ações), os efeitos do procedimento recaem sobre a classe e não sobre a resposta individual. A pessoa aprendeu um conjunto de respostas, por similaridade, com que é possível obter tal reforçamento positivo. Eliminada uma resposta, reduz-se, também e em menor grau, a probabilidade de ocorrência de outra. Todavia, essa é uma faca de dois gumes: se o organismo estiver, novamente, frente a frente com a possibilidade de obtenção do aludido reforço, apresentará inevitavelmente algum comportamento como forma de obtê-lo. Dado que na classe de respostas as mais similares foram mais eficazmente eliminadas, mas as menos similares não (proporcionalmente), pode acontecer de qualquer destas (agora com probabilidade de ocorrência elevada a um maior patamar hierárquico) ser utilizada (ainda que “inconscientemente”) para produzir o reforço. Se for bem sucedida, instala-se rapidamente. Isso configuraria a *substituição* de sintomas: na verdade, não se trata de sintomas, mas de respostas movidas pela produção de conseqüências. (p. 194-195).

Depreende-se dessa polêmica, na verdade, não um conjunto de princípios e pressupostos em jogo, mas a necessidade prática de planejamentos terapêuticos ou de intervenção de modo geral, que precisam levar em

consideração repertórios mais amplos de comportamentos e contextos mais abrangentes. A questão, via de regra (embora nem sempre) pode resumir-se no aprimoramento de competências na área de programação de contingências. Eliminar um comportamento que produz conseqüências positivas, por exemplo, implica necessariamente ensinar outro comportamento com que o cliente possa obter aquelas ou similares conseqüências, de modo considerado apropriado por ela própria e pela sociedade com que convive.

Essa questão é mais uma que remete à necessidade de, sem alteração de paradigma, ampliar a ênfase na observação e sistematização das condições ambientais (contextuais) em que se insere o comportamento. O auxílio instrumental do contextualismo, enquanto respaldo teórico, pode sinalizar a necessidade de elaboração e desenvolvimento de novas tecnologias capazes de dar conta de comportamentos mais complexos situados em contextos mais abrangentes.

Ainda no âmbito das questões científico-metodológicas, os procedimentos da AEC não dariam conta do caráter interno e privado dos seres humanos. O behaviorismo de Skinner tem designado de *mentalistas*, como já vimos, as abordagens que analisam o comportamento como resultante da existência real de um *aparelho mental*. Tais abordagens, historicamente, têm apoiado a utilização da introspecção como forma de acesso a dados privados do organismo, principalmente através do relato verbal e sua comparação com os correlatos fisiológicos disponíveis. De modo geral, buscam a bifurcação da experiência humana em dimensões comportamentais e pré-comportamentais, enfatizam o uso de termos psicológicos para se referir a entidades organocêntricas de dimensão pré-comportamental e buscam a utilização de entidades organocêntricas como antecedentes efetivamente causais na

explicação do comportamento. Contra o mentalismo, Skinner argumenta que o comportamento é, efetivamente, controlado, definido, determinado ou mesmo "causado" (no sentido de manter relações funcionais com) como qualquer outro evento da natureza. De qualquer modo, o responder, no presente, de modo similar ao responder no passado e não em função de uma *busca* de eventuais conseqüências futuras, parece claro. Em termos extremos, sempre agimos proximamente às experiências do passado. Por certo, no limite regressivo, haverá inúmeras ocasiões em que o comportamento presente é um aperfeiçoamento (na verdade apenas mudança resultante de modelagem por aproximações sucessivas) em relação a um comportamento reforçado no passado. A experiência do recém-nascido, certamente, dá-se da mesma maneira mediante interações com o ambiente, todavia respeitadas as condições anatômicas e fisiológicas já herdadas e que permitem a apresentação dos rudimentos do que serão inúmeros comportamentos complexos no futuro (como é o caso do comportamento de sucção, já presente no seu repertório. Sem dúvida, como já salientou Skinner, o limite entre o público e o privado não constitui limite de natureza, mas unicamente de acessibilidade. Sua causalidade configura-se do mesmo modo. De qualquer forma, embora os desenvolvimentos recentes de pesquisa (com a especial ampliação e alcance da área de controle de estímulos), ainda resta longo caminho a ser percorrido na tentativa de oferecer atenção mais direta, em termos de pesquisa, aos eventos privados. Nessa área, embora caibam questionamentos diversos em relação às metodologias utilizadas, um diálogo entre behavioristas e profissionais de outras correntes, via construção de um banco de dados livre de sectarismos teóricos, poderá, com o tempo, permitir a ampliação da experimentação no contexto de um paradigma unificado.

Na área ético-social, a questão da utilização do *controle* é crucial. Algumas dimensões dessa questão passariam por: 1) o controle no sentido metodológico, em que é absolutamente necessário, para se ter uma idéia clara dos dados que estão sendo aferidos, utilizar um conjunto de técnicas que impeçam a contaminação de resultados de pesquisas através de variáveis estranhas; 2) o controle no sentido da influência sobre o comportamento das pessoas: em qualquer situação social, há controle evidente do ambiente sobre o comportamento (e vice-versa), incluindo o controle exercido por pessoas sobre outras pessoas; nessa ótica, o Behaviorismo Radical admite que o comportamento de todas as pessoas é controlado (e controlado por diversas variáveis, quer sejam físicas, biológicas ou sociais); 3) o controle exercido pelo terapeuta sobre o comportamento do cliente: neste caso, cabe levar em conta o próprio código de ética profissional do psicólogo, que traz todas as recomendações sobre os processos de tomada de decisão; em última instância, cabe ao próprio cliente (se puder decidir sozinho), informar em que direção pretende mudar; no caso de crianças, por exemplo, que não possam fazê-lo, sempre cabe aos seus pais a indicação, restando ao terapeuta dialogar e informar família e cliente, mas acolher as metas (principalmente na situação escolar) apoiadas pela família (e professores, quando for o caso). Certamente, cabem muitos questionamentos ao uso do controle. A AEC disponibiliza tecnologia comportamental, mas não é necessariamente diretiva no sentido do mérito dos objetivos a serem atingidos pelo cliente; nessa perspectiva, o terapeuta tem sob seu controle o conhecimento técnico, mas não a direção ética que constitui opção do cliente.

Uma das críticas na área ético-social refere-se à possibilidade de que a Análise do Comportamento seja superficial e sempre incompleta. Tal

observação nem sempre corresponde ao que verdadeiramente ocorre na situação clínica, onde muitos analistas buscam levar em consideração o maior número possível de variáveis que estão agindo no controle do comportamento de seus clientes. Entretanto, em muitos casos as intervenções acabam sendo superficiais e acabam tendo efeitos insuficientes ou inadequadas. Skinner recomenda que a análise funcional deve abranger *todas* (o que é praticamente inalcançável) as contingências possíveis que têm alguma função determinadora sobre o comportamento. Todavia, por comodidade ou negligência, ou mesmo por dificuldades na formação ético-profissional, alguns psicólogos têm tornado essa análise funcional restrita aos eventos relatados pelo cliente e, por vezes, restrita a contingências que o terapeuta suspeita terem efeito sobre o comportamento. Isso pode implicar equívocos de análise ou mesmo superficialidade na intervenção, conforme já antes indicado (Carrara, 1984):

A título de exemplo, tomemos um problema relatado por uma informante, a mãe de uma criança em idade escolar. Na clínica, ela diz ao terapeuta que está muito preocupada com a repetência escolar da criança, diz que já falou com a professora, mas que não vê maneira de conseguir fazer com que o desempenho dela melhore. O modificador programa sessões com a criança, onde em situações pré-arranjadas de ensaio comportamental observa a criança em situações (artificiais, porque na clínica) cooperativas, competitivas, de desempenho de atividades acadêmicas diversas. Observa uma certa lentidão, um desempenho incerto e frágil. Um profissional menos experiente ficaria impressionado com a possibilidade de algum déficit específico. Poderia imaginar a localização do problema

(...) como resultante de algum tipo de deficiência orgânica, de desenvolvimento, (...) mas em última análise decorrente de inabilidade intra-indivíduo.

Outro profissional, no entanto, poderia duvidar dessa possibilidade. E, considerando-a simplista e pouco provável, procuraria mais detalhes a respeito das circunstâncias que cercam os comportamentos-alvo. Isso significaria um esforço no sentido de investigar eventos que poderiam ser apontados a partir de um estudo das relações funcionais entre o comportamento e suas conseqüências.

Assim, o terapeuta poderia preocupar-se (como na maior parte das vezes realmente acontece) em elaborar investigação relevante acerca das relações do indivíduo com sua família, com seus professores, com seus amigos, com os colegas de sala de aula, enfim com seu ambiente social próximo; investigaria, ainda, as mudanças circunstanciais de seu ambiente físico, de modo que poderia estar identificando novas possíveis razões para o fracasso acadêmico do seu cliente.

Esse analista, naturalmente, encontraria novas bases para formular hipóteses acerca do problema. Ele poderia suspeitar, mas ainda não argumentar com dados suficientes - e também é o que geralmente acontece - que o comportamento do cliente está sendo mantido por inadequações na seqüenciação instrucional da escola, por falta de habilidade em liberar contingências reforçadoras por parte dos professores, por falta de um sistemático acompanhamento em casa, através dos

pais, por uma questão de estigmatização do aluno em razão de alguma diferença em relação à classe, etc. E é muito provável que o modificador tenha certa dose de razão. Ele poderá, até, ter suas hipóteses de trabalho aparentemente confirmadas, geralmente de modo equívoco, com base na análise funcional que fez, de modo que elaborará um procedimento para o caso e os resultados, a curto prazo e sob uma avaliação superficial e imediata, sejam positivos.

O problema fundamental desse tipo de enfoque está numa análise incompleta das relações funcionais entre comportamento e ambiente, que leva a resultados fictícios, aparentemente corretos, mas que em bom número de casos podem ser considerados próteses, correções provisórias e específicas de alguns padrões comportamentais. Portanto, se se pretende (...) produzir mudanças duradouras, permanentes e generalizadas nos padrões do comportamento mudado, é de se supor que, se não todas, pelo menos a maior parte das variáveis relevantes deve ser investigada - o que não se deve confundir com investigação de causas "profundas" ou "remotas" dos atuais comportamentos em foco. (Ressalve-se, no exemplo, que a situação abstrata usada provavelmente não se referiria, sequer, a um caso "clínico", mas a uma simples questão de reorganização de contingências em situação acadêmica básica). (p. 3-4)

Desse modo, para superar esse tipo de crítica, caberia ao profissional um papel muito mais significativo do que o que freqüentemente se encontra: o de estudioso, na situação aplicada, do todo social, econômico, político, das

relações de trabalho, da vida escolar e de tantas outras circunstâncias nas quais, em cada caso específico, o cliente esteja convivendo com um rol de contingências decisivas em sua vida. Em particular, a situação terapêutica exigiria dois tipos de consideração especial: a de que se lida com um problema de natureza ética ao buscar uma análise mais abrangente das variáveis envolvidas no processo terapêutico e, por outro lado, de que se lida com um problema de natureza prática, de organização de estratégias eficientes e adicionais para ampliar o alcance desse mesmo processo. Trata-se, portanto, de uma tarefa dupla, que talvez possa receber contribuições de um modelo contextualista de análise funcional: a primeira, uma análise mais ampla das contingências e a segunda, uma análise de contingências mais amplas, o que implica duas coisas significativamente distintas e complementares.

Um terceiro aspecto da área ético-social, oriundo da crítica ao behaviorismo e que talvez possa constituir-se em novo elemento a alimentar a necessidade de aprimoramento de estratégias de intervenção é a negligência atribuída ao behaviorismo quanto a sentimentos, motivos, emoções e criatividade. Parece haver, nesse quesito, um conjunto de equívocos. O que o Behaviorismo, ao menos o Radical, nega, não são sentimentos e outros valores próximos. Da mesma maneira que nega o efeito causal do mentalismo, o que Skinner nega é o atributo de variável causal dada a esses episódios, de resto interpretados, na sua maioria, como comportamentos. Skinner rejeita a idéia de conceber emoções apenas como estados interiores. Crê que essa solução não ajuda a compreender o fenômeno, enfatizando que precisamos, também, compreender como emoções, frustrações e ansiedade são induzidas e como podem ser alteradas. Está aí presente, na prática, a "política de resultados", o mote do pragmatismo. Skinner (1953) pretende que não se confunda a emoção

enquanto estados hipotéticos com o comportamento observado durante uma emoção; e que não se confunda, por exemplo, “com a fome nada além do comer”. Completa: “O homem encolerizado, como o homem faminto, mostra uma tendência a agir de certa maneira. Pode nunca chegar a agir daquele modo, mas, não obstante, podemos lidar com a probabilidade de que o fará”. (p.97)

Por fim, uma outra crítica contundente na área ético-social, é a de que o behaviorismo negligencia a dignidade e o livre-arbítrio, funcionando, portanto, como uma espécie de ameaça aos ideais libertários e assumindo uma característica politicamente reacionária. Grande parte de tal crítica se deve a dois dos livros de Skinner, quais sejam **Walden II** (1948) e **Beyond Freedom and Dignity** (1971), onde, por vias diferentes, esse autor acaba buscando demonstrar a real existência do controle e a possibilidade de novos delineamentos culturais, propositura que funcionou como ameaça aos mais caros ideais libertários da cultura ocidental. Ouvidas as críticas e afora os exageros do senso comum, parece que o Behaviorismo Radical precisa dedicar especial atenção à tarefa de desenvolver tecnologias a serem colocadas à disposição da maioria marginalizada da população, de modo a ajudá-la a se instrumentalizar para o estabelecimento de contra-controle eficiente em busca do equilíbrio social. Dito de outro modo, parece relevante observar que apenas constatar tecnicamente o fato de que os controles são inevitáveis não assegura a substituição desses mesmos controles por formas alternativas e favoráveis à maioria.

CAPÍTULO V

O contextualismo pode contribuir para um Behaviorismo comprometido eticamente?

Como já se frisou, o presente trabalho não escapa de uma série de polêmicas que configuram o entorno behaviorista, assim como não pode deixar de enfrentar diretamente a questão espinhosa da neutralidade científica. O mito da neutralidade tem sido objeto de inúmeras discussões, de um lado para elas concorrendo os argumentos em favor da idéia de que a ciência é necessariamente neutra, de outro aqueles que acreditam num comprometimento inequívoco e intransponível. O problema dessa discussão, via de regra, parece estar na maneira genérica com que é tratado: defende-se, freqüentemente, que a ciência é ou não comprometida socialmente. Entretanto, a questão precisa ser esmiuçada, em função de sua complexidade.

Preliminarmente, ainda que indissociáveis, é importante examinar separadamente o resultado tecnológico, o produto da pesquisa científica e o comportamento do cientista. Aparentemente, se tomado sem levar em conta a conduta do pesquisador, o produto científico, enquanto objeto, não está necessariamente comprometido com finalidades sociais, políticas ou ideológicas. No entanto, levado em consideração o comportamento de quem investiga, todo o fazer científico, bem como o próprio resultado desse fazer, guardam comprometimento inevitável. Basta ponderar sobre a questão da teorização, antes formulada neste texto e que envolvia a dicotomia teoria - anti-teoria na concepção skinneriana. Fora de qualquer dúvida, não há como deixar de "teorizar" em ciência, se se minimiza tal idéia de teorização no sentido de que o cientista está, a todo instante, agindo sob a influência de várias cogitações. Embora ele deva sempre conduzir-se com absoluta isenção ética e metodológica, claro está que desde o momento em que elabora o delineamento de pesquisa (ou certamente antes, quando estuda a literatura de uma determinada área de interesse), está desenvolvendo, adotando e fazendo implicarem no seu estudo, na sua investigação científica, nos seus procedimentos, direta ou indiretamente, uma certa influência teórica, conjectural. Nem a saída extrema de buscar uma ciência pura, livre de influências, nem a idéia de que nada o cientista possa fazer para minimizar tal influência, parecem constituir a alternativa a ser seguida.

É evidente que, mesmo quando se evita a postulação de hipóteses formais do tipo "se... então", não se está livre de hipotetizar informalmente sobre fenômenos da natureza. Os perigos, naturalmente, sempre estão nas posições extremadas, como a chamada por Bachrach (1969) de "miopia da hipótese" e que representa a possibilidade de que o cientista acabe, tendo em

vista sua exacerbada preocupação em “comprovar suas idéias”, por perder de vista importantes informações e possíveis descobertas acidentais que estão ao lado das trilhas científicas normais.

Inevitavelmente, portanto, a ciência acaba comprometida no seu processo de construção. Nesse caso, cabe ao cientista a tarefa de evitar, mediante as mais engenhosas técnicas de controle de variáveis estranhas, a chamada “contaminação” das observações e dos resultados. De todo modo, o mundo da ciência está repleto de histórias de caso das quais emergiu a distorção de resultados em direção da “crença” do pesquisador, ou em favor de interesses de qualquer outra ordem.

Não se passa nada diferente com a Psicologia. Não se passa nada diferente com a Análise do Comportamento e o Behaviorismo Radical. É certo que seu foco deve ser o mais genérico possível, permanecendo a serviço de todas as pessoas de todas as idades, condições e classes sociais. No entanto, essa isenção e descomprometimento da ciência do comportamento enfrentam uma questão paradoxal: ao assim proceder, de acordo com supostos cânones neutros de cientificidade, nada mais estará fazendo do que, incoerentemente, colocar-se a serviço da minoria privilegiada pelas melhores condições de acesso aos bens sociais, freqüentemente condicionados ao status sócio-econômico da população. Conforme já mencionamos em outros escritos (Carrara, 1998):

Há que se redirecionar metas científicas, acrescentando à ciência do *por quê?* E do *como?* Uma ciência do *para quê?* e *para quem?*. Isto é, embora seja fortemente controversa a tese da ciência socialmente comprometida, o fato de se tentar fazer uma ciência *neutra* não passaria de - contraditoriamente -

torná-la instrumento provavelmente a serviço das classes dominantes. Mais precisamente, o que se espera, no mínimo, não da ciência, mas preliminarmente do seu produtor, o cientista, não é compromisso classista-corporativista, mas compromisso com a idéia de que a ciência só pode estar a serviço da equidade interpessoal. Se há algum compromisso admissível e desejável do cientista, este refere-se ao seu vínculo ético em relação à procura de uma sociedade equânime e igualitária. Compromisso, nessa direção, não deve ser confundido com comprometimento. Aquele contextualiza e socializa o *locus* da descoberta. Este discrimina, circunstancia e individualiza o privilégio do dominar o saber. (p. 298).

(...) Sobretudo por essas razões é que o Behaviorismo tem sido confundido (e confunde-se, ele próprio) com um paradigma intrinsecamente incapaz de servir aos objetivos da transformação social: na verdade, tal interpretação se deduz do *modus operandi* com que os derivativos behavioristas têm sido empregados. Confundir docilidade e obediência em sala de aula com progresso e desenvolvimento acadêmico (cf. Winnett & Winkler, 1972), confundir instalação de comportamentos que obedecem às regras institucionais em um hospital psiquiátrico com comportamentos que se incompatibilizam com os sintomáticos dentro de um quadro geral de desvio (cf. Ayllon & Azrin, 1968) e reduzir metas de desenvolvimento educacional a objetivos instrucionais desvinculados do contexto político e sócio-econômico (cf. Popham, 1976; Popham & Baker, 1976),

podem ser amostras de áreas diferentes que apontam situações clássicas de procura de uma eficiência descontextualizada do social. Infelizmente, o exemplário poderia ser mais amplo, embora existam valiosas tentativas que levam em conta o contexto mais abrangente do comportamento. (p. 301).

Uma ciência da Psicologia, portanto, diante de um quadro de desigualdade social indiscutível hoje prevalente no mundo todo, não pode mais omitir-se de compromisso por conta de um duvidoso ideal de neutralidade. Tal neutralidade tem representado um constructo ficcional alinhado com o ideal de uma ciência acima de quaisquer outros empreendimentos mundanos, mais do que um traço compatível com o importante e intransferível papel dessa mesma ciência, ao lado da educação, da economia, da política (no melhor sentido que estas expressões possam adquirir) para a busca do maior bem estar possível para a maioria da população. Parece que, sem nacionalismos exacerbados, sem pontuar confrontos de classe evitáveis, bem como sem deixar de continuar aperfeiçoando suas técnicas de controle de variáveis para assegurar resultados cada vez mais válidos e procedimentos mais transparentes, é perfeitamente realizável um empreendimento científico da Psicologia (e, em particular, da AEC e do Behaviorismo Radical) comprometido com a disponibilização de instrumentos conceituais e práticas teóricas que permitam, também, por parte das populações desprotegidas o acesso a condições mais dignas de existência. Condições de tal natureza, evidentemente, implicam uma série de ações que não são típicas da Psicologia (ações na política econômica, na política educacional, na ética política). No entanto, estar atenta para tais condições que compõem um contexto mais amplo onde ocorre o comportamento, de modo cada vez mais sistemático e competente, parece ser tarefa e desafio

valioso e relevante. É nesse sentido, no sentido de um compromisso com o assegurar o acesso mais direto e mais fácil dessa parcela da população ao uso do conhecimento científico gerado na Psicologia, que parece possível e, embora sem ingenuidades, faz-se vislumbrar a oportunidade de que a pesquisa na área aplicada se amplie cada vez mais para a compreensão e a mudança das condições de vida das pessoas que atualmente vivem dentro de contextos sociais altamente deletérios, sob variado aspecto.

Isto posto, cabe questionar, a partir de algum detalhamento do incipiente contextualismo pepperiano, que contribuições este pode oferecer para um encaminhamento das teses teóricas behavioristas na direção já especificada. Uma continuação do exame das proposições contextualistas pode fornecer um ângulo melhor de compreensão do tema.

Avaliar em que medida a Análise do Comportamento pode ou não ser chamada ou adjetivada como contextualista, depende de como são concebidas as unidades teóricas utilizadas como instrumento de análise. Duas dessas unidades conceituais estão contidas na idéia de *contexto* e *circunstância*. Conforme já mencionamos (Carrara & Gonzalez, 1996):

A raiz latina de *contexto* aponta, obviamente, para a representação de conjunto, de todo, de totalidade, de ligação entre partes. A etimologia de *circunstância* aponta para o caráter do particular, do único, da condição específica. Naturalmente, porque trata-se aqui de uma análise epistemológica e não filológica, é suficiente para ficar claro que a idéia de contexto, na vertente psicológica, estará representando um conjunto de condições (quer sejam internas

ou externas ao organismo, quer sejam condições físicas, químicas, biológicas ou sociais) sob as quais o comportamento acontece. Em contrapartida, a idéia de circunstância se fará acompanhar da representação de uma única condição, num sistema de vínculo linear em que se desconsidera a implicação de que o próprio modo de interligação entre condições influi no comportamento sob análise. Em outras palavras, a idéia de contexto, de todo, de conjunto de condições, aponta para um modo causal mais amplo e complexo do que a simples soma de circunstâncias isoladas. (p. 207)

(...) Na verdade, grande parte dos analistas do comportamento (notadamente os modificadores de comportamento) contribuíram para que pechas como as de positivista, mecanicista, reducionista ou atomista - para exemplificar - recaíssem sobre qualquer projeto que ousasse ampliar a objetividade científica em Psicologia. Isso se deu através da reificação do conceito paradigmático da tríplice contingência e da supersimplificação das condições sob as quais ocorrem os fenômenos comportamentais nas diversas situações do cotidiano. Por exemplo, ao se debruçar sobre uma análise funcional qualquer, o analista visualizava: 1) a instalação de novos comportamentos, ou 2) a eliminação de comportamentos existentes, ou 3) o aumento ou diminuição, em alguma medida, de um comportamento específico (duração, freqüência, intensidade), ou 4) a correção morfológica de algum comportamento (quanto à topografia, por exemplo). Para tanto,

limitava-se à procura de circunstâncias particulares (mas raramente reconstruindo toda a sua trama histórica de conexões) que se apresentavam associadas à ocorrência dos comportamentos-alvo. Embora naturalmente salva a idéia concreta de relação funcional entre comportamento e contingências em razão da frequência de ocorrência concomitante de ambos, prejudicava-se, especialmente nos casos mais complexos de causalidade intercruzada, a possibilidade de uma intervenção mais segura e direta no contexto em que acontecia o comportamento. (p. 208)

Na prática, na maioria dos casos a aposta do analista se faz priorizando uma das variáveis e delineando o controle de contingências a partir da mesma. Salvo em algumas intervenções muito bem elaboradas, por profissionais experientes (particularmente na prática clínica e em algumas pouquíssimas situações educacionais), a investigação de variáveis articuladas em rede e responsáveis pela multideterminação comportamental é pouco praticada. A ênfase mais comum incide sobre variáveis discretas reconhecidas pela frequência de ocorrência na situação clínica, por vezes deixando-se de lado determinantes mais específicos, identificáveis unicamente mediante observação controlada por parte do terapeuta, da família ou do próprio cliente, devidamente preparados para tal. A constatação desse tipo de prática, que de resto em hipótese alguma poderá ser confundida com uma recomendação ou uma característica da Análise Aplicada do Comportamento (mesmo porque esta recomenda e tem desenvolvido pesquisas valiosas que incluem a ampliação do número e tipo de contingências estudadas), tem contribuído para alguma preocupante superficialidade de análise que compromete a área e a torna

vulnerável à literatura crítica que a adjetiva de reducionista, superficial e simplista. Nessa perspectiva, Cavalcante (1999) informa que as tentativas de adoção do contextualismo como referência constituem característica peculiar de um movimento contemporâneo que tenta recuperar as cabser analítico-comportamentais na terapia comportamental, especialmente em situações onde se encontra em jogo a questão do comportamento verbal. Os relatos verbais são reconhecidos como fonte legítima de informações, mas o emprego dos relatos em situação terapêutica tem sido “objeto de interpretações conflitantes, associadas a leituras também diversas dos princípios que sustentam a análise do comportamento fundamentada no behaviorismo radical” (p. 2, resumo *on-line*). A autora (Cavalcante, 1999) entende que “a referência ao contextualismo é útil na medida em que constrói um quadro interessante para a compreensão das possibilidades e possíveis lacunas da análise do comportamento enquanto ciência do comportamento” (p.5, resumo *on-line*). Entretanto, conclui que a apropriação do conjunto de princípios contextualistas não introduz interpretação verdadeiramente original para o fenômeno comportamental, nem equaciona satisfatoriamente as noções de análise funcional e comportamento.

Para enfrentar essa realidade, talvez fosse descartável o instrumento auxiliar do contextualismo pepperiano, uma vez que seguidos à risca os pressupostos behavioristas skinnerianos e as descobertas experimentais da AEC, o panorama prático da área aplicada talvez fosse mais animador, o que não elimina de todo o auxílio analítico oferecido por enfoques divergentes ou enfoques “auxiliares” ou “complementares” ao Behaviorismo Radical. De toda maneira, a dificuldade de realizar tais análises mais avançadas, vertical e horizontalmente, às vezes tem conduzido a uma outra posição, igualmente

preocupante: a de começar a mesclar à Análise Aplicada do Comportamento um sem-número de modismos terapêuticos de origem incompatível quanto a pressupostos vitais do Behaviorismo Radical. Não deixa de ser importante a sensibilidade do analista do comportamento para com as descobertas oriundas de outros edifícios teóricos. Aliás, tal idéia compatibiliza-se com o propósito deste ensaio, de se discutir a hipótese de construção de um paradigma unificador. É o caso do desenvolvimento, ao mesmo tempo dentro da Análise do Comportamento e também a partir de técnicas originárias de outras abordagens, do conceito de “ensaio comportamental” que, explicado sob outros princípios, não deixa de ser compatível com o conceito de “role playing” ou, mais especificamente, inversão de papéis para que o cliente discrimine com clareza como se comporta diante de certas condições de interação social. De todo modo, parece que:

Historicamente, duas preocupações fundamentais influenciaram o encaminhamento da Análise do Comportamento, gradativamente, para uma tendência que hoje se poderá passar a denominar de contextualista: a necessidade de uma análise mais ampla de contingências e uma análise de contingências mais amplas. (Carrara & Gonzalez, 1996, p. 208)

Reitere-se, por outro lado, a já mencionada possibilidade de que, de algum modo, uma certa fuga do behaviorismo para abrigos contextualistas dê-se em razão de um afastamento à pecha de mecanicista. Na análise de Hayes (1988), o mecanicismo baseia-se em metáfora (da máquina em funcionamento) que atinge tanto o behaviorismo como o cognitivismo, exemplificando-se, no primeiro, pelo modelo watsoniano (e mesmo skinneriano ou hulliano, nas suas

versões preliminares) influenciado pela reflexologia, enquanto que no segundo mostra-se na metáfora do computador, apoiada nos conceitos de *input* e *output*, bem como de *software* e *hardware*. O mecanicismo seria atribuído ao behaviorismo por uma suposta tendência deste em formular definições de estímulo e resposta apoiadas em conceitos atomistas, reducionistas, elementaristas, molecularistas, tudo em franca oposição e incoerência com o traço de fato preeminente da AEC: a análise funcional. Nessa atribuição de característica mecanicista ao behaviorismo, também fica implícita a concepção de que as partes envolvidas na explicação das ações humanas têm um significado em si mesmas, de maneira que a análises de comportamentos complexos seriam feitas “recortando-se” a realidade sem mesmo interpretar a episódios simples de comportamento dentro de um cenário ambiental específico. Também se atribuiu a idéia de que esta seja uma “psicologia estímulo-resposta” e que seu simplificado paradigma seria S-R, do tipo reflexológico e construído nos mesmos moldes do condicionamento clássico pavloviano.

Todavia, é importante que se ressalvem, aqui, os riscos de se denominar de modo absoluto qualquer orientação teórica em Psicologia: atribuída, por exemplo, a designação de mecanicista ao behaviorismo watsoniano, corre-se o risco de incluir aí partes de sua obra que foram essencialmente descritivo-funcionais ed que, respeitado o contexto histórico de seu trabalho, poderiam ser dispensadas desse e de outros rótulos. Tais riscos se derivam da impossibilidade de relativização que qualquer designação taxativa impõe (especialmente as

negativas, como a mecanicista): todo rótulo é absoluto, por certo. Mais prudente será falar, sempre, em características mecanicistas ou características contextualistas. (Carrara & Gonzalez, p. 211).

Fica claro que, se adotada a ótica contextualista, há compatibilidade com o Behaviorismo Radical no que concerne à multideterminação comportamental. Por outro lado, seria natural uma preocupação em considerar indivisível e interativa a unidade psicológica, de modo a ficar definitivamente descartada a possibilidade de análise do “psicológico” (no caso específico, o comportamental) unicamente mediante avaliação de eventos particulares. Isso remete, de novo, à simbologia do comportamento *no e com o* contexto. A tradicional e inalienável idéia de *classe de respostas* corrobora na AEC a concepção de contexto. Afinal, os efeitos das conseqüências de um operante qualquer não se dão sobre respostas únicas e isoladas de um conjunto de condições específicas do ambiente. Ocorrem sobre um conjunto de respostas que exerçam similar impacto funcional.

Uma outra característica de um possível behaviorismo contextualista seria que (Carrara & Gonzalez, 1996):

(...) implica procedimentos que tentam sempre aproximar o seu objeto de estudo de um verbo, mais que de um substantivo. Em outras palavras, analisa-se o estar fazendo, o estar realizando, o estar agindo, o que representa uma característica dinâmica em contrapartida a um ato dado como pronto e estático: nesse sentido figurado, a maioria dos verbos não permite uma análise monolítica, mas relacional e, por isso, contextual (que vai, vai a

algum lugar; quem realiza, realiza algo; quem verbaliza sobre...).
(p. 213).

Conforme constante da proposta inicial de Morris (1988), numa análise comportamental contextualista o próprio contexto teria duas instâncias de organização: um contexto histórico e um contexto corrente. No primeiro (cuja natureza pode ser filogenética ou ontogênica), seriam examinadas quais funções de estímulo e resposta apresentam-se passíveis de ocorrência naquela determinada espécie, mediante aquela história de contingências particular. No segundo, o contexto corrente, examina-se a potencialidade de ocorrência de certos comportamentos particulares nas circunstâncias atuais. É evidente que o traço de uma demarcação entre até onde se estendem, temporalmente, o contexto corrente e o contexto histórico não está posto e trata-se de uma questão relevante para tal análise. Por certo, dependerá em parte das finalidades da análise em questão. De toda maneira, parece clara na posição assumida por Morris (1988) a idéia de uma divisão entre contexto histórico individual (ontogênico) e contexto histórico da espécie (filogenético), de um lado, bem como contexto corrente (privação, instruções, dimensão física, social e biológica da estimulação presente).

À pergunta sobre se o contextualismo pode ou não contribuir para um behaviorismo comprometido eticamente parece ser possível oferecer uma resposta positiva, todavia não sem algumas dificuldades a serem superadas:

Se se pretende uma orientação teórica mais consistente com a idéia de uma análise mais prudente e completa do comportamento e, caso o tempo realmente confirme a

relevância das implicações contextualistas, os analistas do comportamento precisam rever parte de sua prática e parte de seus pressupostos teóricos. O exercício que se sugere é aprimorar a Análise do Comportamento a partir do substrato teórico promissor que possui e que, se ancorado numa forma de contextualismo que ela própria poderá dimensionar, tende a oferecer respostas apropriadas às questões modernamente formuladas pela Psicologia. Muitas das implicações de uma dinâmica contextualista são absolutamente desconhecidas. Pouco existe de óbvio nesse campo, de modo que embora não se possa afirmar categoricamente a utilidade de sua adoção, torna-se imprescindível uma ampliação de informações a respeito: pesquisas e ensaios teóricos são o caminho para que a Análise do Comportamento defina-se por uma resposta positiva ou negativa ao contextualismo. (Carrara & Gonzalez, p. 215).

CAPÍTULO VI

Implicações de uma possível integração teórica no campo da Educação

A história do Behaviorismo tem apresentado evidências de que essa corrente de pensamento tem contribuições a oferecer à área de Educação. Entretanto, a mesma história mostra a experiência behaviorista tendo sido submetida ao crivo de duras críticas de tempos em tempos. Se, por um lado, houve acusações de que o behaviorismo sempre se ateve a intervenções “pontuais” em sala de aula, por outro se destacou o caráter superficial dos objetivos educacionais e comportamentais tão decantados nos anos 60 e 70. Por outro lado, não apenas o Brasil, mas em todos os países em desenvolvimento nos quais a AEC tem presença significativa (é o caso de México e Colômbia, por exemplo), a transposição das experiências de intervenção prática deram-se

ipsis literis, sem maiores considerações quanto à natureza diversa do contexto sob o qual se realizaram. Essa característica valeu para diversas escolas, ao longo da história, por vezes recomendadas de tempos em tempos ao sabor das mudanças governamentais: do mesmo modo foram consumidas, tal como produzidas, as sistematizações do behaviorismo, do cognitivismo, da fenomenologia e mesmo da psicanálise. As variáveis de caráter cultural, econômico-social e político-ideológico têm sido objeto de suficientes conjeturas, de muitas pesquisas sociológicas, mas de pouca investigação científica quanto ao seu impacto psicológico no cotidiano das pessoas. Evidentemente, não se trata aqui de defender a idéia de que se deva ter um behaviorismo, um cognitivismo ou uma fenomenologia para cada país, para cada realidade econômica e sócio-política. Entretanto, as condições concretas de vida é que constituem o cenário para a intervenção do profissional da Psicologia e, nesse sentido, tais cenários são freqüentemente diversos.

Nessa perspectiva, talvez uma análise comportamental contextualista deva prover condições para uma contribuição a um só tempo tecnicamente competente e eticamente democrática na área da Educação. A acusação infeliz e preconceituosa (mas fundada na história da área) acerca de uma atuação behaviorista em Educação baseada em idéias de manipulação de pessoas, na superdiretividade e na transação barata e sem critérios de recompensas, a partir de uma nova ótica pode estar perto de ser abandonada. Seguramente, o behaviorismo conviveu (e, em alguns casos e situações, convive) com a pecha de que não se constitui em abordagem preocupada com a consolidação de uma educação transformadora. Em Carrara (1998) indicam-se algumas razões:

- 1) sua preocupação histórica com questões metodológicas, em detrimento de um investimento em áreas complexas do

comportamento humano; 2) sua focalização exacerbadamente específica em contingências presentes na situação sob estudo, em detrimento de uma ampliação de análise que leve em conta mais enfaticamente as variáveis de ordem social, econômica, política e ideológica, igualmente presentes na situação, mas a exigir que sejam completamente desveladas; 3) sua origem objetivista, que faz aparentar a quem o estude superficialmente a idéia da impossibilidade de análise do que está sob a pele; 4) seu suposto caráter antidemocrático e reacionário, derivado de um nascedouro filosoficamente positivista e politicamente capitalista, com o que se constituiria como necessariamente incompatível com os ideais de uma sociedade democrática; 5) sua desatenção para com a parcela bem estruturada e competente da crítica (...) o que acaba resultando em aparente não-concordância com os ideais libertários e igualitários da maioria dos demais componentes da comunidade acadêmica. (p. 301)

Em função, principalmente, dessas constantemente supostas inadequações (nem sempre apontadas sem alguns razoáveis motivos), é que o behaviorismo tem sido identificado como paradigma intrinsecamente incapaz de servir aos objetivos da transformação social e de uma educação progressista. Vale a pena acompanhar o raciocínio de Luna (2001) sobre a participação behaviorista na crise educacional. Depois de demonstrar que os indicadores da crise da Educação são os mais diversos e podem ser observados de variadas formas, o autor constata a atual penetração mínima da AEC na área

educacional brasileira, se excluído o ensino superior, situação que entende merecer uma breve análise. De modo muito pertinente, passa a apontar algumas razões para essa tímida presença da Análise do Comportamento:

Não nos preparamos para a tarefa - O início da Análise do Comportamento no Brasil (possivelmente seguindo uma tendência norte-americana) teve características bastante marcantes e peculiares. Por um lado, a proposta sempre enfatizou aspectos metodológicos (...) Ao mesmo tempo, a sua introdução causou (e ainda causa) comoção no seio da Psicologia pela afronta perpetrada com a demolição de conceitos caros aos psicólogos e com a introdução de novas categorias de análise e de procedimentos associados ao trabalho com animais. Diga-se de passagem, a defesa do uso de organismos inferiores na pesquisa nunca foi aceita pela comunidade de psicólogos não-analistas e ajudou a fundamentar a rejeição (...)

Acirramos a questão metodológica na tentativa de mostrar que tínhamos uma proposta séria, fidedigna e válida de trabalho. Não dispúnhamos de uma metodologia de intervenção que, ao mesmo tempo, mantivesse o rigor alcançado no laboratório e gerasse resultados socialmente relevantes. Desse ponto de vista, os analistas do comportamento eram os primeiros a desmontar criticamente os trabalhos dos que se aventuravam a divulgar resultados de trabalhos em situações naturais. O resultado (...) gerou um forte impulso na pesquisa básica, sem um compromisso (...) com o aumento da compreensão de problemas sociais importantes (...) os que insistiram na atuação

prática, na intervenção, fizeram-no, em geral, em condições privadas: na clínica, na universidade (...) nas poucas situações onde ainda se aceitava trabalho de analistas do comportamento (por exemplo, nas instituições ligadas a indivíduos com deficiências e nas áreas ligadas ao trabalho) (...)

Não fizemos o que precisaria ser feito. A despeito de tudo isso, muito se fez em Análise do Comportamento, mesmo na área educacional. Mas, parece, deixamos de lado aspectos importantes envolvidos no sucesso de nossa atuação.

Divulgamos mal o que fazemos. Nosso jargão é hermético, além de arrepiar mesmo os mais insensíveis. Sabemos de longa data das conotações emocionais que ele adquiriu entre os não-analistas do comportamento. No entanto, analisamos mal as implicações disso.

A nossa resposta à produção educacional de outras abordagens.

(...) A Educação (e a Psicologia, sem dúvida alguma) é eivada de dogma e de modismo (...); em conseqüência, propostas entram e saem de moda, sem que se saiba exatamente que elementos recomendaram sua entrada, ou que avaliações justificaram sua saída (...) A postura da Análise do Comportamento é tímida a este respeito (...) A nossa aproximação com a produção piagetiana e vygotskiana tem de ser feita, seja pela qualidade dos resultados que apresentem, seja pela penetração que elas ganharam nos meios educacionais. A literatura em ensino de ciências, bastante calcada nas teorias de Piaget e Vygotsky, gerou dados extremamente importantes sobre as influências,

para o ensino, do que veio a ser conhecido como conceito espontâneo. Independentemente de concordar ou não com as explicações oferecidas pelas diferentes teorias, minha avaliação foi a de que o fenômeno era importante e merecia consideração e análise (os professores Júlio De Rose e Olavo Faria Galvão, por exemplo, mantiveram-se sempre a par das produções em outras abordagens e em muitas oportunidades procuraram explicações comportamentais para elas). O “erro” sempre teve um papel fundamental na programação de ensino e a questão é analisada por Skinner em inúmeras oportunidades (...). É preciso que analisemos se e como a noção de “erro construtivo” avança no que sabemos a respeito do erro e, em caso afirmativo, de que modo essa contribuição pode ser explicada pela Análise do Comportamento.

Estamos mal preparados para analisar o sistema educacional como um todo (...) Skinner (...) foi explícito na idéia de que valor é parte da contingência e de que outros cientistas podem deixar de lidar com valor em ciência (o que considero um equívoco), mas não o analista do comportamento. Que valores estamos prontos a defender para a Educação, como consequência de uma análise comportamental? Que respostas podemos oferecer às questões que Skinner (...) levanta como fundamentais para sobrevivência da cultura? Ou, por outro lado, que argumentos geramos para demonstrar que ele estava errado? (p. 143-152)

Luna (2001) segue buscando saídas para o futuro das contribuições da Análise do Comportamento à Educação. Nessa busca, conclui fundamental que o Behaviorismo Radical compreenda a necessidade de procurar interlocutores, uma vez que, em função da própria lógica da AEC, a solução ao problema parece residir em respostas a questionamentos sobre o tipo de seleção que tem controlado nossas ações enquanto pesquisadores em educação e sobre o impacto de nossos resultados e de nossa atuação sobre a educação nacional. Embora Luna informe acreditar, pessoalmente, que a AEC tem muito a contribuir para a melhoria e o desenvolvimento da Educação, crê também que “não seremos moda, não constituiremos dogma (felizmente), muito menos detemos um produto desejado de consumo” (p. 154). Entende que, se se pretende intervir no sistema educacional, torna-se imprescindível adotar algumas linhas de ação coordenada, onde deveríamos:

- 1) Analisar macrocontingências que nos permitam posicionar-nos lado a lado com os formuladores das políticas educacionais; afinal, valor é ou não parte das contingências?
- 2) Preparar-nos para identificar que problemas ameaçam - se não o futuro da cultura, como queria Skinner - pelo menos o presente da nossa sociedade. Quando presidente da SBPC, a professora Carolina Bori escolheu como tema de uma das reuniões, a criança brasileira. A razão disso foi uma tecla sempre rebatida por ela de que competia à Psicologia comprometer-se com problemas sociais emergentes e atacá-los de frente. Não meramente como um tema de discurso, nem apenas como um conhecimento produzido, mas como uma linha de frente de ação;
- 3) Produzir material educacional

passível de ser absorvido pelo professor na situação de ensino e divulgar seus resultados e eficácia; 4) Preparar o professor para usá-lo. O trabalho direto com o professor tem uma possibilidade de multiplicação dificilmente alcançado pelo trabalho direto com o aluno; 5) Marcar presença em todos os eventos em que o tema da Educação esteja presente. Não avançaremos nada se nos confinarmos a eventos específicos da AEC. Ou, poderemos continuar produzindo dentro da universidade, para que a universidade nos avalie e mantenha (ou não) nosso status. (p. 154-155).

Nos últimos tempos, parece que vários analistas brasileiros têm começado a raciocinar sob ótica equivalente à exposta no chamado de Luna. Por exemplo, em excelente artigo publicado em 2000 e dirigido a educadores, Zanoto, Moroz & Gióia procuram explicitar, de maneira bastante “didática”, os principais conceitos da AEC e as principais diferenças entre o Behaviorismo Radical e Metodológico. O texto, mais concretamente, foi elaborado para ser utilizado como suporte didático em cursos de Educação que estudem a abordagem behaviorista radical. As autoras começam por situar a condição de desqualificação em que se insere o behaviorismo, mostrando que ela pode ser preterida por várias razões, entre elas o fato de que possa nunca ter sido oferecida em cursos anteriores (o que indicaria que não é promissora), ou o fato de que o educador tenha ouvido falar que está ultrapassada (ou que já foi “moda” em décadas anteriores), ou ainda que é uma abordagem que, se servir, aplica-se apenas a animais (uma vez que desumaniza o ser humano e torna-o robotizado), ou ainda que, se se trata de abordagem útil para os humanos, teria aplicação apenas para portadores de necessidades especiais. O artigo

apresenta uma visão behaviorista radical acerca do ser humano e é dirigido especialmente a educadores, buscando explicitar conceitos, “utilizando exemplos e levantando implicações a partir de - e para o - contexto educacional” (p. 219). Depois de explicar uma série de conceitos básicos, as autoras discutem o caráter planejado do processo de ensino-aprendizagem, esclarecendo que tal planejamento deve tomar como ponto de partida o aluno a quem o professor pretende ensinar e os objetivos que se pretende que esse aluno alcance, isto é, quais os comportamentos que o professor deseja ensinar:

Quando dizemos que o professor deve tomar o aluno como ponto de partida de seu planejamento de ensino, estamos querendo dizer que é necessário que o professor conheça minimamente esse aluno: o que ele já sabe, o que é capaz de fazer, quais suas dificuldades e facilidades, do que esse aluno gosta e do que não gosta, o que ele deveria saber para conseguir aprender aquilo que o professor pretende ensinar... No entanto, o conhecimento do professor a respeito do aluno não pode se restringir a um diagnóstico que antecede o planejamento; deve, ao contrário, expressar uma preocupação constante do professor em observar seu aluno de modo a obter as informações necessárias para avaliar não só o aluno, mas o próprio planejamento do ensino, ou dando continuidade a ele ou refazendo-o, em decorrência dos comportamentos que o aluno for apresentando em seu processo de aprendizagem. Assim, as dúvidas, as dificuldades, os acertos, os erros do aluno devem servir de “pistas” para o professor ir, sistematicamente, revendo e refazendo seu trabalho. Não cabe, portanto, pensar

em planejamento de curso como uma atividade que se realiza na semana que antecede o início de um ano letivo e cujo produto só é retomado pelo professor na semana de planejamento do ano letivo seguinte (...) A proposição de objetivos para o processo de ensino-aprendizagem não é uma tarefa simples. Ela envolve desde o estabelecimento de metas amplas de Educação em termos das características do indivíduo/cidadão que se pretende formar, até o estabelecimento de objetivos específicos, definidos a partir de diretrizes curriculares que explicitam as habilidades e conceitos a serem dominados pelo aluno. Seja em relação às metas educacionais mais amplas e de longo prazo, seja em relação aos objetivos específicos a serem atingidos a curto prazo, o que defendemos é que objetivos de ensino devem ser expressos em termos dos comportamentos que esperamos que o aluno apresente. A educação é um processo social cujo papel é ensinar aos indivíduos, no presente, comportamentos que serão adequados, em um tempo futuro, para garantir a cada um e a todos as melhores chances de sobrevivência no mundo, isto é, uma vida pessoal e social de boa qualidade e feliz. (p. 231-232)

Em artigo anterior, Moroz (1993) retoma uma clássica afirmação de Skinner, de que "Educação é o estabelecimento de comportamentos que sejam vantajosos para o indivíduo e para os outros em um tempo futuro" (1953, p. 202), para contextualizá-la em relação à visão skinneriana de autonomia. Disseca em três aspectos essenciais a afirmação, mostrando que educar envolve a atuação de alguém em relação a outrem, que o comportamento deve

ser estabelecido como vantajoso não apenas para o indivíduo alvo da ação educativa e que educar implica atuação temporal dos agentes educativos ocorrendo no presente, para o estabelecimento de comportamentos que “ultrapassem o limite temporal, já que devem ser vantajosos em um tempo futuro” (p. 31). Essa perspectiva é compatível com a idéia sempre preseguida por Skinner de ensinar para o auto-governo intelectual. Naturalmente, a despeito da importância inequívoca desse objetivo, coloca-se outra conseqüência e contextualização do mesmo, qual seja o de compartilhamento em relação à transformação positiva da vida em comunidade.

Retomando Zanoto, Moroz & Gióia (2000), a viabilização do projeto behaviorista para a educação escolar implica a intervenção direta e cuidadosa em relação a *condições* e *conseqüências* sob as quais os comportamentos-alvo se apresentam. Tais condições e conseqüências são o fulcro da questão e cabe ao planejador de contingências levar em consideração o maior número e a natureza mais diversificada possível das variáveis implicadas na intervenção, tendo em vista objetivos educacionais claros e coerentes com o avanço social em busca de uma sociedade mais equânime.

CAPÍTULO VII

Contextualismo, Síntese Experimental, delineamentos culturais e implicações sociais de esforços de integração

O quadro teórico, referências e argumentos apresentados até aqui sinalizam vários encaminhamentos que consideramos relevantes para o Behaviorismo Radical, sendo possível entre eles encontrar articulações várias. Em primeiro lugar, parece plausível visualizar com clareza o perfil histórico da Psicologia como apresentando a absorção de diversas e por vezes divergentes fontes, chegando à atualidade como um conjunto de abordagens que defendem uma série de pressupostos epistemológicos diferentes e que, por sua vez, implicam formas próprias de explicar a natureza humana. Esses pressupostos diversificados, que englobam aspectos muito gerais, como o que é freqüentemente designado "concepção de homem", adoção ou não do determinismo científico, defesa do monismo ou do dualismo, somam-se a

características muito específicas, tais como tipo de delineamento de pesquisa utilizado como modelo, as técnicas de intervenção prática e a delimitação do foco de análise da realidade onde o ser humano se insere.

A Psicologia, nesse sentido, mais do que ter surgido enquanto uma ciência nova, resultante de uma descoberta científica relevante, parece ter evoluído a partir de contribuições da ciência e da filosofia que a precederam, passando, ao longo do seu desenvolvimento, a “classificar” tais influências em termos das escolas que foram se formando, nem sempre de maneira organizada e nem sempre constituindo edifícios teoricamente compatíveis em termos de sistema: vide exemplos do behaviorismo, cognitivismo, estruturalismo, humanismo, fenomenalismo e tantas outras alternativas.

Em tempos mais recentes, precisamente a partir do início do século passado, uma das alternativas que angariou inúmeros seguidores, mas também produziu inúmeros críticos, foi o behaviorismo. Instado formalmente à existência a partir dos escritos de Watson (1913), o behaviorismo superou alguns obstáculos, como o da consciência enquanto objetivo e o da introspecção enquanto técnica de acesso à natureza humana, substituindo-os respectivamente pelo comportamento e pela observação. Ao mesmo tempo, o behaviorismo criou outras tantas barreiras, como para a possibilidade de diálogo aberto com alternativas teóricas importantes, que tiveram seu desenvolvimento paralelo e movido por óticas diferentes. Em tempos mais recentes, os contrastes mais decisivos se deram em relação à Psicanálise e ao cognitivismo, tomados em conta de modo genérico, nas suas diversas acepções.

Em tempos mais recentes, após uma evolução que passou pelos cânones do Behaviorismo Metodológico, parece ter-se consolidado o Behaviorismo Radical, que enfrenta uma das principais barreiras teóricas e de grande

impacto na cultura ocidental, qual seja a crença na causalidade assentada no mentalismo e desposado por várias abordagens. O Behaviorismo Radical, por seu turno, parece ter desconsiderado, em função de sua veemente busca de um cientificismo compatível com o da ciência natural, a possibilidade de evolução paralela de outras abordagens auspiciosas. De certa maneira, centrou sua atenção grandemente no rigor experimental exigido pelas situações controladas das pesquisas de laboratório, ao mesmo tempo em que parte de sua tecnologia era apressadamente testada na prática, na maioria das vezes com sucesso quando tratava de questões pontuais, mas algumas vezes deixando um rastro de interrogações e reticências ao sabor de uma crítica voraz em busca dos descuidos behavioristas para com as questões sociais e, mais propriamente, para a consideração de variáveis sociais na determinação do comportamento.

Cientes dessas dificuldades, duas frentes de ação parecem despontar atualmente junto aos simpatizantes do Behaviorismo Radical e da Análise Experimental do Comportamento. Por um lado, o que é altamente positivo, tem sido ampliado significativamente o contingente de pesquisadores que passaram, nos últimos dez a quinze anos, a delimitar objetos de pesquisa de natureza complexa, especialmente através do desenvolvimento de estratégias oriundas de equivalência de estímulos e procedimentos adjacentes: isso significa um avanço da AEC em termos da busca de procedimentos experimentalmente testados que cada vez mais possam dar conta de comportamentos multideterminados e complexos. Por outro lado, o que também parece bastante positivo, na medida em sinaliza com a possibilidade promissora de aperfeiçoamento epistemológico, passou a aparecer na literatura científica da área um volume crescente de publicações de natureza teórica, a maioria das quais buscando dar solidez e consolidação às convicções behavioristas, todavia

procurando estabelecer canais de diálogo antes impraticáveis, com outras formas de pensar dentro da Psicologia.

Nesta última perspectiva, embora alguma resistência um tanto mais “apaixonada” de uma parcela de pesquisadores afeitos à pesquisa básica, parece evidente que os esforços de reflexão constituem-se imprescindíveis e que mostram o fato de que nem a Psicologia como um todo e nem o Behaviorismo Radical de modo isolado, conseguirão algum dia livrar-se de um conjunto de pressupostos e que pressupostos, sempre, implicam raciocínios teóricos e estes, por sua vez, implicam “diálogo” com o restante da ciência, quanto a modelos epistemológicos, quanto à natureza dos dados, quanto à tipificação do objeto de estudos, quanto à admissão ou não da intencionalidade, quanto à metodologia de acesso aos fenômenos e assim por diante. Essa frente de avanço dos analistas deparou-se, a partir de 1988, com a “releitura” de alguns escritos de Pepper e a visualização da possibilidade de que, à luz dessa literatura, fosse possível reorientar a AEC quando de seus empreendimentos diante da análise de comportamentos complexos, especialmente comportamentos verbais e eventos privados em geral, mas não apenas estes, no sentido de que as estratégias de intervenção devem ampliar-se horizontal e verticalmente. Ou seja, possam gradativamente dar conta de arranjos de contingências mais amplas e arranjos mais amplos de contingências. Não se trata, reitera-se, de qualquer pretensa proposta de substituição do Behaviorismo Radical por outro, mas da busca de recursos disponíveis na literatura, para reorganizar as ênfases que historicamente direcionam a abordagem.

Paralelamente, um outro esforço teórico vem sendo produzido sistematicamente dentro do Behaviorismo Radical. Trata-se da proposta de

Ardila e outros pesquisadores, no sentido de que o diálogo do Behaviorismo Radical com outras abordagens também passa pelo caminho da busca de um paradigma unificado da Psicologia. Tarefa ingente, é bem verdade, mas que parece coadunar-se adequadamente com os desdobramentos da adoção do contextualismo pepperiano. Naturalmente, as dificuldades serão muitas e passam pela inexistência de uma linguagem comum entre os psicólogos, o que, de resto, coloca à Psicologia uma dificuldade muito maior na perspectiva de consolidar-se enquanto ciência reconhecida e estável como a Física e a Biologia, ao que se acresce o fato da numerosidade de variáveis complexas que entram em seu processo de causalidade, agindo ao modo de rede de relações e implicando discordâncias por vezes inevitáveis nos debates entre diferentes vertentes teóricas. Entretanto, parece auspiciosa a via proposta por Ardila, no sentido de que tal projeto não seja orientado, de início, através de uma linguagem acordada, mas da definição metodológica de parâmetros possíveis de coleta e interpretação de dados oriundos da natureza humana. Tais dados, hoje, passam pelo consenso da necessidade de observação controlada e precisa, embora o que sejam tais conceitos para cada ótica ainda seja assunto em discussão.

Evidentemente, não se sabe o tempo a transcorrer com tal empreendimento, porque altamente complexo e certamente fadado a enfrentamentos e resistências muito profundas. De todo modo, como já assinalou o próprio Skinner, "talvez o comportamento humano seja a matéria mais difícil à qual se tem aplicado os métodos científicos, de modo que é natural que um progresso substancial seja lento" (1953, p. 41).

Efeito Walden e outras utopias

A própria Análise do Comportamento mostra que nos comportamos em função da seleção pelas conseqüências. Estas freqüentemente são divididas, embora apenas formalmente, em conseqüências imediatas e de longo prazo. Do mesmo modo que nosso comportamento enquanto pessoas comuns, no cotidiano, é controlado por esse formato de arranjo de conseqüências, não parece ser diferente quanto ao comportamento dos cientistas. E, enquanto cientistas, também nos comportamos pesquisando e procurando encontrar saídas, ou ao menos caminhos, ou ainda mais modestamente, encaminhamentos para diversas questões da ciência, sejam elas real e imediatamente ou apenas potencialmente passíveis de solução.

A questão da consolidação de um paradigma unificado para a Psicologia parece estar entre essas soluções de logo prazo, embora a multiplicação de publicações sugira um nítido esforço para encurtamento de caminhos. A questão da utilização do contextualismo pepperiano enquanto forma de aprimoramento do cenário teórico do Behaviorismo Radical a abrigar procedimentos cada vez mais eficientes da Análise do Comportamento também parece tarefa complexa, talvez com alguma solução a médio prazo. Entretanto, enquanto verdadeiro o fato de que o comportamento dos cientistas obedece às regras válidas para todos os demais comportamentos, é possível notar que, por vezes, a mobilização para pensar, para escrever, para conjeturar e para estabelecer aspirações de longo prazo a partir da ciência é absolutamente concreta e, traduzida em comportamento, implica escrever ensaios como o presente, sem a preocupação exacerbada de estar mais próximo ou mais distante de alguma verdade idealizada. Assim, embora seja de todo

extremamente difícil, parece-nos que há estofos para que o Behaviorismo Radical e a Análise do Comportamento, oriundos das mais específicas condições experimentais dos laboratórios de pesquisa animal, discutam hoje encaminhamentos para suas possíveis contribuições no sentido do delineamento de sociedades humanas organizadas com apoio significativo, mas não necessariamente exclusivo, de princípios e conceitos oriundos dessa ciência que gradativamente se consolida.

As utopias são muitas através da história. Walden (Thoreau), Walden II (Skinner) e Walden III (Ardila) foram algumas delas, todas muito polêmicas como, de resto, qualquer utopia. Como aponta Baum (1999):

A maior objeção é aquela de que um planejamento cultural conduzirá à ditadura. As ditaduras, porém, dependem de práticas de coerção ou exploração, relações essas que são inerentemente estáveis. Uma sociedade em experimentação que vise à felicidade das pessoas, dificilmente poderá ser ditatorial porque as pessoas só ficam felizes quando seu comportamento é positivamente reforçado e quando estão livres de relações coercitivas e exploradoras. (p. 284)

No presente caso, o que fundamentalmente move os incipientes (e insipientes) escritos aqui apresentados é a possibilidade de que o aprimoramento das descobertas behavioristas radicais possa disponibilizar-se, com eficiência, à construção de uma sociedade mais igualitária, com distribuição justa de renda e oportunidades, com um procedimento ético mantido por contingências funcionais e efetivamente aplicáveis, com uma convivência não predatória entre membros da sociedade e desta com o ambiente em geral. Embora aspiração genérica e dependente de todos os demais setores da ciência, certamente há

um papel relevante para a Psicologia de modo geral, talvez representada por uma Síntese Experimental em que a AEC, o Behaviorismo Radical e o Contextualismo desempenhem um papel relevante para a construção da verdadeira cidadania.

Parece que o comportamento do cientista, em última análise, sempre é temperado por alguma quantidade de reforço de longo prazo, talvez alguma consequência que reflita uma mescla de inúmeras outras variáveis que fizeram parte de sua experiência anterior. Não há um compromisso com o fato de que suas conjeturas se realizem tal como pensadas ou planejadas, mas aposta-se na probabilidade de ocorrência de outros comportamentos, emitidos por pesquisadores diferentes, geralmente mais jovens, que possam estar interessados em levar a Psicologia a missões mais ousadas.

REFERÊNCIAS

ABIB, J.A.D. **Teorias do comportamento e subjetividade na Psicologia**. São Carlos: Editora da UFSCar, 1997.

ALARCON, R. La síntesis experimental del comportamiento y la unificación de la Psicología. **Revista Latinoamericana de Psicología**, vol. 29, 3, 415-433, 1997

ARDILA, R. **Walden Três**. Barcelona: Ediciones CEAC, 1979.

ARDILA, R. Conductismo y Marxismo. **Revista de Psicología General y Aplicada**, 1980. 35(167), 955-968.

ARDILA, R. La síntesis experimental del comportamiento. **Interamerican Psychologist**, 58, 4-7, 1983.

ARDILA, R. Escuelas psicológicas, sistemas psicológicos y la síntesis experimental del comportamiento. **Interamerican Psychologist**, 60, 7-9, 1984.

ARDILA, R. **Síntesis Experimental del Comportamiento**. Madrid: Editorial Alhambra, 1988.

ARDILA, R. La necesidad de unificar la Psicología. El paradigma de la síntesis experimental del comportamiento. **Sumários do XXVI Congresso Interamericano de Psicologia**. São Paulo: 6-11/7/1997(a).

ARDILA, R. Hacia el próximo milenio: Psicología, ciencia y sociedad. El papel de la Síntesis Experimental del Comportamiento. **Revista Latinoamericana de Psicología**, vol. 29, 3, 495-503, 1997(b).

AYLLON, T. & AZRIN, N.H. **The token economy: a motivational system for therapy and rehabilitation**. New York: Appleton, 1968.

BACHRACH, A.J. **Introdução à pesquisa psicológica**. São Paulo: Herder, 1969.

BALLESTEROS, B.P. **Bases epistemológicas y teóricas del contextualismo funcional.** Trab. Apresentado no III Congresso Iberoamericano de Psicologia, AbaColombia, Bogotá, 2002.

BANACO, R.A. **Sobre Comportamento e Cognição- vol. 1.** Santo André: ARBytes Editora Ltda., 1997.

BAUM, W.M. **Compreender o Behaviorismo: ciência, comportamento e cultura.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

BERMAN, D.S. Cognitive Behaviorism as a Dialectic Contradiction: The Unity of Opposites. **Human Development**, 1970, 21(4), 248-254.

BIGLAN, A. Behavior Analysis and the larger context. **Behavior Analysis**, 1988, vol. 23, p. 25-32.

BIGLAN, A. The Need for a Science of Larger Social Units: A Contextual Approach. **Behavior Therapy**, 1990, 21, 195-215

BOTELLA, L. **El ser humano como constructor de conocimiento: el desarrollo de las teorías científicas y las teorías personales.** Internet: texto individual sob auspícios da Facultat de Psicologia i Ciènces de l'Educació, Barcelona, 2002, p. 1-42.

BRANDT, L.W. Phenomenology, Psychoanalysis, and Behaviorism. **Journal of Phenomenological Psychology**, 1970, 1, 7-18.

BRODY, N. & OPPENHEIM, P. Tensions in Psychology between the methods of behaviorism and phenomenology. **Psychological Review**, 1966, vol. 73, p. 295-305.

BUNGE, M. **La ciência. Su método y su filosofía.** Buenos Aires: Siglo Veinte, 1979.

CAMPBELL, D.T. & STANLEY, J.C. **Delineamentos experimentais e quase-experimentais de pesquisa.** São Paulo: EPU-EDUSP, 1979.

CARRARA, K. **Terapia comportamental: reflexões sobre a amplitude da análise de contingências**. Bauru: Fundação Educacional, 1984, 12 p. (mimeo.)

CARRARA, K. Implicações dos conceitos de teoria e pesquisa na análise do comportamento. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 1994, vol. 10, p. 41-47.

CARRARA, K. **Pesquisa científica e construção do conhecimento**. (Texto digitado) In Curso de Capacitação Científica, Trabalho científico: elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa. Marília: 1998.

CARRARA, K. **Behaviorismo Radical: Crítica e Metacrítica**. Marília: UNESP Marília Publicações/FAPESP, 1998.

CARRARA, K. **As bases epistemológicas da Psicologia: Behaviorismo Radical**. 21/9/99 (Texto adaptado de conferência ministrada na VIII Semana de Psicologia, FC/UNESP-Bauru.

CARRARA, K. Em busca do acesso integral ao psicológico: a contribuição possível das unidades conceituais do contextualismo. **Resumos do III Simpósio em Filosofia e Ciência**, 1999, 188-189. (Relatório de RDI DP, texto integral não publicado. Marília: UNESP, 2000).

CARRARA, K. & GONZALEZ, M.H. Contextualismo e Mecanicismo: Implicações conceituais para uma análise da Análise do Comportamento. **Didática**, 1996, 31, 199-217.

CASTRO, P.F. Reflexões em Psicologia e Ciência: uma análise da pesquisa aplicada à psicologia clínica. **Psicologia: Teoria e Prática**, 1999 v.1(1), 3-13.

CATANIA, A.C. **Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

CAVALCANTE, S.N. **Análise funcional na terapia comportamental: uma discussão das recomendações do Behaviorismo Contextualista**. Dissertação de mestrado, UFPA, 1999.

- CHALMERS, A.F. **O que é ciência, afinal?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1997.
- CHIESA, M. **Radical Behaviorism: The Philosophy and the Science.** Boston: Authors Cooperative, Inc., Publishers, 1994.
- CORIVEAU, M. Phenomenological Psychology and Radical Behaviorism: Skinner and Merleau-Ponty on Behavior. **Journal of Phenomenological Psychology**, 1972, 3, 7-34.
- CUPANI, A. Positivismo, "positivismo" e objetividade científica. **Reflexão**, 1990, vol. 46, p. 103-107.
- DAY, W.F. Radical Behaviorism in Reconciliation with Phenomenology. **Journal of the Experimental Analysis of Behavior**, 1969, 12(2), 315-328.
- DELGADO, M. P. El retardo em el desarrollo y la Sintesis Experimental del Comportamiento. **Revista Latinoamericana de Psicologia**, vol. 29, 3, 475-485, 1997.
- DENNETT, D. "Skinner skinned". In D. Dennett, **Brainstorms**. New York: MIT, 1978, cap. 4, p. 53-70.
- EVANS, R.I. **B.F. Skinner - the man and his ideas**. New York: Dutton, 1968.
- FERSTER, C.B. & SKINNER, B.F. **Reinforcement Schedules**. New York: Appleton-Century-Crofts, 1957.
- FEYERABEND, P.K. **Against Method: Outline of an Anarchistic Theory of Knowledge**. Londres: New Left Books, 1975.
- FIGUEIREDO, L.C. **Matrizes do Pensamento Psicológico**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FRANCO, M.L.P.B. Por que o conflito entre tendências metodológicas não é falso. **Cadernos de Pesquisa**, 1988, 66, 75-80

FULLER, P.R. Professors Kantor and Skinner: The "Grand Alliance" of the 40's. **Psychology Record**, 1973, 23(4), 318-324.

GALVÃO, O.F. O reforçamento na biologia evolucionária atual. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, 1999, vol. 1(1), p. 49-56.

GIORGI, A. Convergences and divergences between phenomenological Psychology and Behaviorism: A Beginning Dialogue. **Behaviorism**, 1975, 3(2), 200-212.

HARRELL, W. & HARRISON, N. R. The rise and fall of Behaviorism. **Journal of General Psychology**, 1938, 18, 367-421.

HAYES, S.C. Contextualism and the next wave of Behavioral Psychology. **Behavior Analysis**, 1988, 23(1), 7-22.

HAYES, S.C. **Understanding verbal relations: the second and third international institute on verbal behavior**. Reno: Context Press, 1992.

HAYES, S.C., HAYES, L.J. & REESE, H.W. Finding the philosophical core: A review of Stephen C. Pepper's World hypotheses: A study in evidence. **Journal of the Experimental Analysis of Behavior**, 1988, 50, 97-111.

HAYES, S.C., HAYES, L.J., REESE, H.W. & SARBIN, T.R. (eds), **Varieties of contextualism**. Reno, NV: Context Press, 1993.

KERBAUY, R.R. Como fazer pesquisa em clínica? In **Sobre comportamento e cognição**, vol. 1, 1997, cap. 34, p. 338-347

KERBAUY, R.R. Aprendendo a discriminar os sinais de manipulação. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, 2002, vol. 4(1), p. 13-20.

LERNER, R.M. **Concepts and theories of human development**. Mahwakee: Erlbaum, 1986.

LUNA, S.V. O falso conflito entre tendências metodológicas. **Cadernos de Pesquisa**, 1988, 66, 70-74.

LUNA, S.V. A crise da educação e o Behaviorismo. Que parte nos cabe nela? Temos soluções a oferecer? In Carrara, K. **Educação, Universidade e Pesquisa: Paradigmas do conhecimento no final do milênio**. Marília: Unesp Marília Publicações - FAPESP, 2001.

MARX, M. H. & HILLIX, W. A. **Sistemas e Teorias em Psicologia**. São Paulo: Cultrix, 1976 (trad. de Álvaro Cabral).

McGUIGAN, F.J. **Psicologia experimental: um enfoque metodológico**. São Paulo: EPU, 1981.

MOROZ, M. Educação e Autonomia: Relação Presente na Visão de B.F. Skinner. **Temas em Psicologia**, 1993, vol. 2, p. 31-40

MORRIS, E.K. Contextualism: the world view of behavior analysis. **Journal of Experimental Child Psychology**, 1988, 46, 289-323.

MORRIS, E.K. The aim, progress, and evolution of behavior analysis. **The Behavior Analyst**, 1992, vol. 15, p. 3-29.

MORRIS, E.K. Mechanism and Contextualism in Behavior Analysis: Just Some Observations. **The Behavior Analyst**, 1993, 16(2), 225-268.

MORRIS, E.K. Contextualism, Mechanism and Behavior Analysis: A Review and Assessment. Palermo: Trabalho apresentado em **Second International Congress on Behaviorism and the Sciences of Behavior**, 1994 (não publicado)

OWEN, J.L. (ed) **Context and communication behavior**. Reno, NV: Context Press, 1997.

PANIÁGUA, F.A. The relational definition of reinforcement: comments on circularity. **The Psychological Record**, 1985, vol. 35, p.193-201.

PEPPER, S.C. **World Hypotheses: A Study in Evidence**. Berkeley: University of California Press, 1942.

PEREIRA, M.E. **História da Psicologia: Linha de tempo das idéias psicológicas.** Universidade de Juiz de Fora. Internet: http://www.geocities.com/Athens/Delphi/6061/en_linha.htm, 2002.

PÉREZ-ACOSTA, A.M., GUERRERO, F. & LÓPEZ, W.L., Seven contemporary behaviorisms: a verbal and graphic synthesis. **Revista Internacional de Psicología y Terapia Psicológica**, 2002, vol. 2 (1), 103-113.

PLACE, U.T. Linguistic behaviorism and the correspondence theory of truth. **Behavior and Philosophy**, vol. 25(2), 1997. (versão *on-line*, p. 1-16).

POPHAM, W.J. **Como avaliar o ensino.** Porto Alegre: Globo, 1976.

POPHAM, W.J & BAKER, E.L. **Como planejar a seqüência de ensino.** Porto Alegre: Globo, 1976.

POPPER, K. R. Acerca da inexistência do método científico. In Prefácio da edição de 1956 de **O realismo e o objetivo da ciência.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987 (tradução). Esse prefácio foi também lido num encontro de pesquisadores do Center of Advanced Study in the Behavioral Sciences, em Stanford, Califórnia, em novembro de 1956.

REESE, H.W. & OVERTON, W.F. Models of development and theories of development. In L.R. Goulet & P.B. Baltes (eds.) **Life-span developmental psychology: Research and theory.** New York: Academic Press, 1970.

SÁ, C.P. Sobre o poder em Foucault e o controle em Skinner. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 1983, 35(2), 136-145.

SEGAL, E.F. El punto de unión de la psicología conductista y la psicología cognoscitiva. **Revista Mexicana de Análisis de la Conducta**, 1978, 4(2), 203-216.

SIDMAN, M. **Táticas da pesquisa científica.** São Paulo: Brasiliense, 1976 (orig. de 1960)

SKINNER, B.F. **The Behavior of Organisms: An Experimental Analysis**. New York: Appleton, 1938.

SKINNER, B.F. **Walden II**. New York: MacMillan, 1948.

SKINNER, B.F. Are theories of learning necessary? **The Psychological Review**, 1950, vol. 57(4), 193-216.

SKINNER, B.F. **Science and Human Behavior**. New York: MacMillan, 1953.

SKINNER, B.F. A case history in scientific method. **American Psychologist**, 1956, vol. 11, p. 221-233.

SKINNER, B.F. **Verbal Behavior**. New York: Appleton-Century-Crofts, 1957.

SKINNER, B.F. **Beyond Freedom and Dignity**. New York: Knopf, 1971

SKINNER, B.F. **About Behaviorism**. New York: Knopf, 1974.

SKINNER, B.F. Canonical Papers. **The Behavioral & Brain Sciences**, 1984, 7(4), 511-724.

SKINNER, B.F. (Discurso de agradecimento - mimeo., 3 p.) Prêmio **APA Citation**, 10/8/1990.

SLOANE, E.H. Reductionism. **Psychological Review**, 1945, vol. 52, p. 214-223.

STAATS, A. **Psychology`s Crisis of Disunity**. New York: Praeger, 1983.

STARLING, R. Breves considerações sobre ciência, teorias e fenômenos. In **Boletim Informativo da ABPMC**, 23, abril 2001.

TODD, R. 'Walden Two': Three? Many More? **The New York Times Magazine**, 15.3.1970, 112-126.

TOURINHO, E. Z. & CARVALHO NETO, M. B. **As fronteiras entre a psicologia e as práticas alternativas: algumas considerações**. Texto reproduzido da Internet (<http://www.behaviorism.org>, 16p.); publicado originalmente em R. F. MORETZSOHN (coord. edit.), **Psicologia no Brasil: direções epistemológicas** (p. 81-110). Brasília: CFP, 1990.

WATSON, J.B. Psychology as the behaviorist views it. **Psychological Review**, 1913, vol. 20, p. 158-177.

WINETT, R.A. & WINKLER, R.C. Current Behavior Modification in the Classroom: Be Still, Be Quiet, Be Docile. **Journal of Applied Behavior Analysis**, 1972, 5(4), 499-504.

WYNNE, L. Behavior Analysis and Behavior Synthesis. **The Psychological Record**, 1971, 21, 171-179.

ZANOTTO, M.L.B., MOROZ, M. & GIOIA, P.S. Behaviorismo Radical e Educação. **Revista da APG-PUCSP**, 2000, 23, 217-237.